

## Assembleia Municipal da Guarda

### Ata

#### Sessão Ordinária de Trinta de Junho de Dois mil e Vinte e Dois

Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois, pelas dez horas, teve início, na Sala António de Almeida Santos, nos Paços do Concelho da Guarda, uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, sendo a Mesa constituída pelos seguintes elementos: Presidente, José Carlos Travassos Relva; Primeiro Secretário, António Carlos Saraiva Fernandes e Segunda Secretária, Maria da Graça da Fonseca Soares Rodrigues. De seguida, procede-se à transcrição da mesma. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Permitam-me cumprimentar todos os senhores Deputados eleitos, os senhores Presidentes de Junta, o senhor Presidente de Câmara, as senhoras e os senhores Vereadores, os senhores Funcionários da Autarquia, os senhores Jornalistas, Público em geral. Como sabem, à entrada, estão listas de presença que eu agradecia que assinassem à entrada e que assinassem à saída. E que durante as votações tivessem o cuidado de não se ausentarem da sala, porque, relativamente à última Assembleia Municipal, vou-vos dizer as votações dos vários pontos: cinquenta e nove; sessenta e nove; setenta e sete; sessenta e um; sessenta e um; sessenta e um. E, às vezes, é difícil controlarmos e podermos proceder à contagem do resultado das votações. Permito-me, também, informar da renúncia ao mandato do senhor Deputado Jorge Manuel Barreto Xavier. Invocou razões pessoais para o fazer, mas permito-me também aqui realçar o modo como me comunicou esta renúncia. E, em consequência, irá tomar posse Luciano Manuel Calheiros Gomes, que era o candidato da lista imediatamente a seguir. Se não se importa.” -----

- **Luciano Gomes, Deputado (PSD):** “Muito bom dia. Juro, solenemente, por minha honra, que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas. Muito obrigado.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Dar conhecimento das substituições. Do grupo municipal Pela Guarda, falta Rute Teresa Rabaça Prata, é substituída por Paulo Jorge Costa Teixeira; falta António José Carvalho Mendes, é substituído por Lídia Lucas Teles Matos Aleixo. Do grupo municipal do PSD, falta Rodolfo Alberto Baldaia de Queirós, é substituído por João Bernardo Rebelo Marques; falta Hugo Miguel Mendes Fernandes,

é substituído por Sara Cristina Palos Ramos. Do grupo municipal do Partido Socialista, falta Ana Mendes Godinho, é substituída por Liliana Palos Almeida; falta Paulisa Dóris dos Santos Marques D'Assunção, é substituída por Gonçalo Daniel Saraiva Marques. Do grupo municipal do Bloco de Esquerda, falta Bárbara Inês Gonçalves de Almeida Xavier, é substituída por Bruno Alexandre Figueiredo Andrade. Das Juntas de Freguesia, falta o Presidente da Junta de Freguesia do Marmeleiro, David Lavado Barbeira, é substituído pelo Secretário, Marco Paulo Pires Ginete. Falta a Presidente de Junta de Freguesia da Faia, Liliana Filipa Brás Santos, é substituída pela Secretária, Maria de Lurdes Máxima Pires. Falta o Presidente de Junta de Freguesia de Aldeia do Bispo, Micael Alvané Costa, é substituído pela Secretária, Ana Isabel Costa Tavares. -----

Colocava, de seguida, à votação, a ata da Assembleia de 27 de abril de 2022. Algum senhor ou senhora Deputada têm alguma nota a fazer, alguma observação? Façam favor. Não havendo, colocava a ata à votação.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Algum senhor Deputado se quer pronunciar? Se não, colocávamos à votação.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Bom dia. Relativamente à ata, e sendo demasiado extensa, há situações, nomeadamente quando se fala de um senhor Deputado em que à frente está o grupo parlamentar, onde existem alguns erros. Eu dei conta que, por exemplo, o deputado Pedro Nobre aparece como sendo deputado do Partido Socialista. Entre parenteses tem o PS. Isso acontece várias vezes durante a ata e, portanto, agradecia. Era só para não deixar passar em claro.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Iremos ter em consideração. No entanto, dado o tamanho da ata, peço desculpa, em meu nome. Muito Obrigado.” -

- **Resultado da votação da ata do dia vinte e sete de abril de dois mil e vinte e dois. ---**  
- Aprovada, por maioria, com sessenta e três votos a favor e seis abstenções. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Os senhores deputados receberam um email, enviado na passada segunda feira à noite, na medida em que, por lapso, não estava incluído um ponto na ordem de trabalhos que era a aprovação do regulamento do Conselho Municipal de Juventude da Guarda. É permitido pelo atual Regimento que a Mesa proponha a alteração à Ordem do Dia, desde que aprovado por dois terços da

Assembleia. No caso concreto, por sessenta e oito votos. E o que a Mesa propunha era a alteração à Ordem do Dia, acrescentando o ponto 2.7, passando este ponto, a aprovação do regulamento, a ser o ponto 2.7 e a informação do senhor Presidente da Câmara passar a ponto 2.8. Era esta a alteração que a Mesa propunha à Assembleia. Não sei se algum senhor deputado se quer pronunciar? Não me parece. Então, colocada à votação.” -----

----- **Resultado da votação da alteração à Ordem do Dia** -----

- **Ponto 2.7 - Alteração ao Regulamento do Conselho Municipal de Juventude da Guarda - discussão e votação.** -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta e um votos a favor. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Dar também nota da alteração do Regimento da Assembleia. Apesar das várias reuniões que fizemos, não foi ainda possível obter um consenso e temos uma reunião marcada para meados de setembro, dado o período de férias, no sentido de ver se é possível levar as alterações à Assembleia a realizar durante o mês de setembro. -----

Foi colocada na plataforma, também, uma carta-aberta que fomos informados de que poderia não estar toda na plataforma. Acabámos, portanto, de a introduzir na plataforma. -----

#### **Período de Antes da Ordem do Dia**

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Quanto ao período antes da ordem do dia, por entrada, temos uma recomendação do CDS e depois uma moção do CDS. Senhora deputada, tem a palavra. Não sei por qual deseja começar, mas está à vontade. Muito obrigado.” -----

- **Cláudia Ribeiro Reis, Deputada (CDS/PP):** “Bom dia a todos. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes Membros da Mesa, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhoras Vereadoras, senhores Vereadores, senhoras e senhores Deputados Municipais. «Moção, criação do Espaço Carolina Beatriz Ângelo. A ideia de cidade banal expressa por Unamuno quando a visitou é uma marca que a Guarda foi abandonando, sendo difícil que hoje não conste dos mapas de cidades aconselhadas a visitar. Também na Guarda o futuro se constrói e tem bons fundamentos. É preciso, no entanto, dar ainda

mais protagonismo a alguns guardenses. É também fundamental incluir a Guarda nas rotas das visitas de estudo organizadas pelas diferentes escolas do país. É neste sentido que propomos a criação do Espaço Carolina Beatriz Ângelo. Carolina nasceu na Guarda e foi a primeira mulher cirurgiã e a primeira mulher a votar em Portugal, por ocasião das eleições da Assembleia Constituinte em 1911. Era filha do jornalista que imprimia o “Distrito da Guarda” e o facto de ser viúva e de sustentar a sua filha permitiu-lhe invocar em tribunal o direito de ser considerada chefe de família, tornando-se assim a primeira mulher a votar na Península Ibérica. É preciso dar destaque a esta guardense e criar um espaço para este efeito. Apesar de não ter presenciado a implementação do sufrágio universal em Portugal, Carolina Beatriz Ângelo é uma das mais reconhecidas sufragistas portuguesas do século XX por ter desafiado as normas conservadoras da sociedade portuguesa e realizado o feito de se tornar na primeira mulher a votar no país. O seu nome foi atribuído à toponímia de várias localidades portuguesas, existindo ruas com o seu nome nos concelhos de Almada, Oeiras, Guarda, Odivelas, Sesimbra, Sintra, Tavira, entre outros. Também aqui temos uma escola com o seu nome e em Loures o Hospital recebeu o nome de Carolina em sua memória e homenagem. Há ainda algumas peças de teatro que representam Carolina como, por exemplo, “Pela Mão de Carolina Beatriz Ângelo”, escrita por Maria Antonieta Garcia. Para a localização do Espaço Carolina Beatriz Ângelo, sugerimos uma das casas do centro histórico que tanto precisa de ser revitalizado. Carolina Beatriz Ângelo foi mais do que a primeira mulher a realizar uma cirurgia ou a votar na Península Ibérica: ela abriu caminhos para a igualdade de acesso entre géneros. Até morrer, fez parte da Liga Portuguesa da Paz, liderou o movimento feminista e o movimento republicano feminino em Portugal e chegou à direção da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas. Carolina Beatriz Ângelo deixou um legado de inspiração, de luta e sacrifícios. É este legado que devemos divulgar na Guarda, sua cidade natal.» -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora deputada, muito obrigado. Não sei se algum senhor deputado deseja pronunciar-se sobre este tema, faça favor. Não havendo, colocamos a moção à votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----  
----- **Criação do Espaço Carolina Beatriz Ângelo** -----  
- Aprovada, por unanimidade, com setenta e um votos a favor. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Quer ler a recomendação?” -----

- **Cláudia Ribeiro Reis, Deputada (CDS/PP):** “Sim. Eu tenho algumas imagens para apresentar. «Recomendação. O conceito de segurança rodoviária prende-se com a prevenção de acidentes de viação com o objetivo de proteger a vida das pessoas. Ora, a prevenção de acidentes resulta em grande medida da civildade dos condutores, mas também das condições que as próprias vias oferecem a quem nelas circula. Na Guarda tem sido sinalizado por vários condutores, como local de estrangulamento e perigosidade, a Rua Gil dos Santos Cabral, mais precisamente na bifurcação do cruzamento com a Rua Dr. Francisco Pissarra de Matos. Resulta evidente que esta rua não oferece as condições mínimas para circulação dos veículos que a usam diariamente, como é o caso dos autocarros de transporte de passageiros, uma vez que o perfil de via se vai reduzindo de 4 metros para 3,30 metros, chegando a uma largura mínima de 2,90 metros. Circular neste estrangulamento exige grande agilidade e experiência por parte dos condutores de veículos pesados. Para além disso, a existência de um muro separador sem guarda entre os dois níveis da bifurcação já motivou alguns acidentes e abre a possibilidade à ocorrência de muitos mais. É neste sentido que recomendamos ao executivo municipal que olhe com atenção para este cruzamento e introduza a necessária correção, por forma a diminuir a sua perigosidade e a facilitar a circulação.»”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Já terminou? Muito obrigado. Não sei se alguma senhora deputada ou senhor deputado se deseja pronunciar sobre esta recomendação? Senhor Presidente da Câmara, deseja dizer alguma coisa? Não? Muito obrigado. Assim sendo, passamos à moção e voto do Partido Socialista. E começaríamos pela reabilitação do Centro Histórico da Guarda. Tem a palavra a senhora deputada Luisa Campos. Penso que é a senhora deputada que vem falar. Como já tive oportunidade de dizer ao líder da bancada do Partido Socialista, chamava à atenção para o tempo porque ambos os documentos são grandes. Muito obrigado.” -----

- **Luísa Campos, Deputada (PS):** “Bom dia. Cumprimento o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e, na sua pessoa, todos os presentes e os que nos estão apenas a ouvir. «Quando se fala de Centro Histórico aos habitantes da Guarda, transparece em todos um sentimento de tristeza, de impotência e de vergonha. No entanto, há uma sintonia de vozes no que diz respeito à necessidade da sua reabilitação e não se deve aceitar que o Município, a quem cabe a operacionalização de uma estratégia de reabilitação urbana, ao longo dos anos tenha mantido uma inoperância quanto a este estado de degradação. Não há um plano de reabilitação e de requalificação. Há regulamentos sobre como fazer, mas não sobre o que fazer e quando. Há então que dar o primeiro passo. A Praça Velha é o local para onde todas as pessoas convergem com o objetivo de verem ou de estarem perto da monumental e magnífica Sé Catedral. Mas, depois de ser visitada e depois de se ir ao Museu, não há, por enquanto, muito mais onde passar o tempo. Ela é, pois, a nossa sala de visitas e, como sala de visitas, não está apresentável. Transparece o desleixo na falta de limpeza; na falta de dignidade conferida ao rei fundador da cidade; no pavimento da praça que tem de ser reajustado de modo a torná-lo num lugar seguro para quem por ali se passeia; nas ruínas de dois prédios que a ladeiam. Mas a Praça Velha é apenas a prioridade no imediato e há muito mais a fazer no Centro Histórico. Senhor Presidente da Câmara e Membros desta Assembleia: não é por falta de regulamentação que o Centro Histórico está no estado de degradação em que está. Ao longo dos anos foram elaborados e aprovados vários documentos, legalmente oficializados, que centraram a sua atenção na sua reabilitação, nomeadamente de 1994, de 2009 e 2012, de 2015 e de 2018, como podem ver do diapositivo. A reflexão sobre a reabilitação do Centro Histórico parece uma atuação repetitiva, mas que revela, de facto, alguma preocupação, embora não tenha até agora resultado em nada de substancialmente relevante. Hoje, em 2022, a revisão do PDM está em curso. No entanto, a Guarda não necessita de esperar por esta revisão para iniciar de imediato a reabilitação do Centro Histórico com o que constitui uma prioridade - a Praça Velha. Assim, tenho a honra de submeter à votação desta Assembleia Municipal a proposta que se segue: a) que a Câmara Municipal elabore, com a brevidade possível, um plano para a reabilitação do Centro Histórico da Guarda; b) que, para início da reabilitação do Centro Histórico da Guarda, no que diz respeito aos edifícios de domínio municipal, seja dada prioridade aos dois edifícios contíguos aos ex-Paços do Concelho,

com os números de polícia a partir do 36, aproveitando para fazer a reabilitação simultânea do outro edifício municipal que com estes dois confina do lado de trás e cuja fachada dá para a Rua Sacadura Cabral, com o número 24; c) que o projeto de reabilitação dos dois edifícios em ruínas da Praça Luís de Camões com o da Rua Sacadura Cabral, caso ainda não exista, se inicie dentro do mais curto espaço de tempo possível; d) que a Câmara Municipal apresente, na próxima reunião da Assembleia Municipal da Guarda, para consulta e para acolher sugestões, um quadro de identificação de todos os edifícios pertencentes ao município, onde se mencione o fim a que se destinam ou se pretenda virem a destinar-se e, e) dado que a reabilitação do Centro Histórico inclui também a ação de agentes privados, que a Câmara Municipal delineie, até ao fim do mês Setembro, medidas e um quadro indicativo de benefícios fiscais que encorajem, de um modo inequívoco, as entidades dos domínios privados, individuais ou empresariais, a procederem à requalificação e reabilitação dos edifícios de que sejam proprietários no Centro Histórico.» Obrigada pela vossa atenção.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora deputada, muito obrigado. Não sei se alguma senhora deputada ou algum senhor deputado deseja intervir sobre este tema? Façam favor. Senhor deputado Tiago Gomes, faça favor.” -----

- **Tiago Gomes, Deputado (PG):** “Senhor Presidente, permita-me, para que seja breve, na sua pessoa cumprimentar todos os presentes e quem nos assiste, visto que o senhor, no início desta Assembleia, já fez esses mesmos cumprimentos em nome de todos nós. Aproveito, também, para parabenizar o novo deputado que hoje tomou posse e desejar-lhe um excelente mandato. Esta moção, e deixem-me começar por aqui, é condicionante. Nós, com certeza, acompanhamos a vontade que o Partido Socialista tem em reabilitar o centro histórico. Todos nós, penso que acompanhamos essa vontade. Mas também não podemos, e aqui deixem-me ser franco, esperar que, em oito meses, se faça aquilo que não se fez em trinta e sete anos. E mais que isso, não podemos esperar que se venha aqui a apresentar um programa que, e deixem-me passar a expressão, também, eleitoralista. Um programa que faz, em vez de ser propostas, em vez de ser uma recomendação como aqui assistimos da senhora deputada Cláudia Guedes, e que acompanhamos, que de facto existem zonas que precisam de intervenção, zonas que precisam de requalificação, zonas que precisam de ser repensadas, e não uma moção

que condiciona completamente a ação do executivo. Executivo esse que, no programa eleitoral, tem precisamente estes temas da reabilitação da praça, tem precisamente estes temas da reabilitação do centro histórico, tem precisamente estes temas da reabilitação da área de reabilitação urbana. E muito mais, não só na cidade, mas também estendendo para a zona da estação e estendendo para as freguesias rurais. Para além de falar na Praça Velha e falando na Sé em particular, permitam-me também que diga que já começámos. O órgão de tubos já foi aprovado. Melhor, já foi adjudicado. Parabéns, senhor Presidente, pelos contactos que sabemos e que foram públicos que teve com a Diocese da Guarda e com as diversas entidades que compõem e que vão participar no órgão de tubos. Esperemos que o Governo, agora, disponibilize o dinheiro, de facto. Que se comprometa a disponibilizar a parte do dinheiro, visto que a Câmara e a Diocese assim já o fizeram e assim estão dispostos. E, portanto, esse órgão de tubos que dignificará ainda mais a sala de visitas, como muito bem disse a senhora deputada, da nossa Sé. E, sem dúvida nenhuma, logo para começar, critica que há muitos regulamentos, mas o primeiro ponto que propõe é precisamente a criação de um novo regulamento. E, portanto, nós achamos que é um bocadinho contrassenso criticar os regulamentos e propor um regulamento logo na alínea a). Sem dúvida nenhuma, se nós formos a ver, critica o piso e o Dom Sancho. Quem é que o lá meteu? Quem é que meteu o Dom Sancho no sítio onde está? Quem é que pôs aquele piso na Praça Velha? Por estas razões e mais uma, que acho que esta é crítica, diz: até setembro contactar os privados. Olhe, em primeiro lugar, isto é quase uma missão impossível. Acho que nem mesmo, e peço desculpa pela expressão, nem mesmo o super-homem conseguia contactar todos os privados do centro histórico até o mês de setembro. Ainda para mais em período de férias. E é completamente a limitar esta ação, como eu tinha já referido aqui, esta ação do executivo. E, além do mais, esse apanhado que, com certeza, terá que ser delineado, mas não pode ser aqui apresentado com um prazo tão curto, tão exíguo, em que simplesmente nós não conhecemos. Se os senhores quiserem contribuir para o reconhecimento de todos esses privados, nós aceitamos o vosso contributo. Nós aceitamos o vosso contributo. Mas colocar um prazo concreto... exatamente e não uma moção. E por isso, como este documento tem um carácter de moção, nós vamos, como é óbvio, o grupo municipal do Pela Guarda, vai, pelas variadíssimas razões, votar contra. Não porque somos contra a reabilitação do centro

histórico, antes pelo contrato, é uma prioridade nossa, mas sim, se fosse uma recomendação, porque era nesse aspeto que deviam ser apresentadas estas propostas. Obrigado a todos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor deputado, muito obrigado. Há mais duas inscrições. Senhor deputado, faça o favor.” -----

- **Luciano Gomes, Deputado (PSD):** “Muito obrigado, senhor Presidente. Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal e, na sua pessoa, todos os Membros da Assembleia, o senhor Presidente da Câmara e restante Executivo, digníssimo Público, Funcionários da Autarquia, Comunicação Social. Dizer o seguinte. Evidente que acho que toda a gente concorda com a necessidade da reabilitação do Centro Histórico. Eu diria até, em primeira instância, eu concordo com a necessidade da reabilitação do fundador da Guarda, porque, efetivamente, não sei quem é que teve a ideia na altura, não sei qual foi o projeto de colocarem o Dom Sancho no lugar em que ele se encontra. E, portanto, sendo completamente minimizado. Eu começava por reabilitar a imagem do fundador pela importância que tem, e não é só simbólica. Depois, efetivamente, é necessário reabilitar o Centro Histórico. Mas também considero, até, se calhar, mais premente - e há muitos anos que eu venho aqui com regularidade à Guarda. Eu sou natural da Vela e, portanto, venho aqui quase uma vez por mês, em média. E gosto muito da minha terra e é por isso que estou aqui, e tenderei a vir cá ainda com mais frequência se tiver saúde, como é vidente, e se a minha vida me permitir, - mas dizer-vos que, há muitos anos a esta parte, o que me faz impressão são as principais artérias da cidade que fazem ondulação, em que o piso está completamente gasto. E eu não estou a imputar aqui responsabilidades a este ou ao anterior Executivo, ou qualquer Executivo que seja. O que é facto, e toda a gente vê, andar a pé ou andar de carro na Guarda é quase uma odisseia. E, portanto, eu acho que, e sensibilizava aqui o Executivo na pessoa do senhor Presidente, para que, efetivamente, eu sei que estará atento, eu acho que há obras em curso e não sei se as principais artérias serão objeto de requalificação, mas se não forem, se não está previsto devia estar. Essa, para mim, é uma das prioridades. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor deputado, muito obrigado. Tem a palavra a senhora deputada Dulcineia.” -----

- **Dulcineia Moura, Deputada (PSD):** “Bom dia a todos. Na pessoa do senhor Presidente, permitam-me que cumprimente e enderece as minhas melhores saudações a todos os presentes. Sobre o tema que nos traz aqui para manifestar, portanto, o nosso sentido de voto, e quando digo nosso refiro-me aqui à bancada do Partido Social Democrata, nós estamos de acordo com a proposta que foi apresentada pelo Partido Socialista. Não só pelo facto de se apelar ao mapeamento daquilo que são os edifícios património do Município da Guarda; também as sugestões, nomeadamente às medidas de incentivo e à necessidade de reabilitação do centro histórico. E aí, permita-me, senhor deputado Tiago Gomes, concordo quando disse: nós. Nós. Porque efetivamente é nós. Nós todos estamos aqui e temos que nos sentir desafiados e exortados para fazer sempre mais e melhor pela nossa cidade e, no caso em concreto, também me dirijo a si, senhor deputado, é sempre possível esperarmos mais, melhor, daquilo que ainda não possa ter sido ou que possa não ter acontecido, que não tinha sido feito por outros, mas que agora, nós, vocês, se tiverem vontade, pode ser feito. E oito meses já são oito meses de mandato e já podia ter sido feito também. Associamo-nos ao Partido Socialista, mas também nos associamos aos tais temas de reabilitação que os senhores têm no programa eleitoral. Estamos, claro que sim. Jamais poderíamos descortinar tal apoio a esses temas da reabilitação do Centro Histórico e de toda a cidade. Em relação ao piso da Praça Velha e ao Dom Sancho, creio que os presentes, aqueles que... acho que, vou dizer mesmo que nos podemos demitir de qualquer responsabilidade face àquilo que não concordámos no passado, podemos fazer e trabalhar para que este Centro Histórico efetivamente venha a conhecer essa reabilitação. E acreditamos ser possível que para a próxima Assembleia Municipal já haja pelo menos esse mapeamento do património do Município, com uma eventual e possível proposta de estratégias, tal qual foi sugerido pela senhora deputada do Partido Socialista. Cremos que, até setembro, esse trabalho é possível ser feito. E também, havendo a indicação, a informação, o conhecimento de quem são os proprietários privados, também poderão ser iniciadas, até setembro, essas démarches. Portanto, nós, PSD, associamo-nos à proposta de reabilitação do centro histórico da Guarda. Muito obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora deputada, muito obrigado. Não sei se mais algum senhor deputado ou senhora deputada deseja intervir? Dado que.. se me permite, já lhe dou a palavra. Tenho, obviamente, também a qualidade de deputado municipal e permita-me que lhe diga, senhora deputada, que do conhecimento que eu tenho, por razões profissionais, a maior parte dos edifícios do centro histórico não pertencem a um indivíduo. Pertencem a famílias. A senhora deputada não faz a mínima ideia do que é contactar os herdeiros, muitos deles que nem sequer se sabem. E, portanto, acho que fixar aqui um prazo até setembro deste ano, são três meses, quanto aos privados, é manifestamente impossível. Só quem está fora do esquema é que entende que, em três meses, em férias, é possível saber quem são os proprietários daqueles imóveis. Era apenas esta nota. Faz favor, tem a palavra. Muito obrigado.” -----

- **Luísa Campos, Deputada (PS):** “Muito obrigada. Eu queria só começar por dizer que eu não critiquei este município pelo que não foi feito. Eu disse que o município, em geral, a quem, ao longo dos anos, tenha mantido uma inoperância. Portanto eu falo do que foi feito ao longo dos anos. Depois, eu quero também dizer que eu não proponho nenhum regulamento. A alínea a) da minha proposta diz que a Câmara Municipal elabora, com a brevidade possível, também não tem um prazo, um plano para a reabilitação do centro histórico. Portanto, é um plano. E ainda queria também dizer que, relativamente aos privados, o que se pede é que, dado que a reabilitação do centro histórico inclui também a ação de agentes privados, que a Câmara Municipal delineie, até ao fim do mês de setembro, medidas, medidas e um quadro indicativo de benefícios fiscais dos domínios privados, empresariais, a procederem à requalificação e reabilitação dos edifícios de que sejam proprietários no centro histórico. Portanto, que delineie um quadro com essas medidas. Mas, ainda havia outra crítica... Portanto, também não me parece que seja uma proposta fora de tudo e penso que é uma proposta que todos percebem que a prioridade, de facto, a dar e que a Câmara deverá seguir, será reabilitar a Praça Velha, porque é essa a nossa sala de visitas. Portanto, em vez de andarmos a pensar noutras reabilitações possíveis, aqueles dois edifícios da Praça Velha parece-me que são fundamentais porque é aí que vão os turistas, é para aí que nós vamos também. Um destes dias, só para dizer que eu fiquei envergonha, e quando digo envergonhada é mesmo envergonhada, porque eu vi um turista a aproximar-se, olhou para as casas e foi

espreitar para dentro daqueles vidros. E aqueles vidros é uma vergonha, o que está lá para dentro é um caos. Portanto, num centro histórico, manter aqueles edifícios e não os ter como prioridade de reabilitação, parece-me uma coisa que não é de bem para a Guarda. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Pode, pode.” -----

- **Luísa Campos, Deputada (PS):** “Havia ainda mais uma, peço desculpa, mais uma crítica que era relativamente a ser posto em causa uma coisa que foi feita pelo PS. De facto, o pavimento e a localização do Rei Dom Sancho, foi feito no tempo da Câmara guiada pelo PS. Agora, aquilo foi feito. Mas quando as coisas são feitas é possível reconhecer que há necessidade de haver modificações para o melhorar. Portanto, se pode ser melhorado vamos melhorá-lo. E a limpeza, e eu falei especificamente, nem falei da localização de Dom Sancho embora isso possa ser posto em causa, a limpeza que tem aquele pedestal do Dom Sancho deixa muito a desejar. É uma vergonha. Já não só ele está num local muito secundário, mas a limpeza, ou a falta de limpeza que apresenta é uma vergonha, de facto. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Não sei se mais algum senhor deputado deseja intervir? Faz favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom dia senhor Presidente, bom dia a todos. Efetivamente uma boa ideia pode morrer por *timings*. É obvio, é claro para todos que o centro histórico é o coração da cidade. É obvio que é fundamental requalificar-se. Já fizemos não sei quantos regulamentos, acho que foram quatro. Se fizermos outro à pressa, vai ter o mesmo caminho. Pensem no centro histórico a sério. Vamos pedir ao Executivo para, com todos, delinear uma estratégia para ver se temos um centro histórico dos melhores do interior. Porque, se for bem requalificado, pode ser um dos melhores do interior. A ver se nós fazemos bem. Isto é uma ideia, ainda bem que a puseram para se pensar nisto. Mas agora até setembro não se consegue fazer nada bem. Tentar fazer bem, com calma, ponderados, todos juntos. E ninguém pense que por o Dom Sancho estar ali ou além que vamos assacar possibilidades a alguém. As casas também estão devolutas, têm que ser compostas. É prioritário. Mas temos que ter calma

para fazer isto bem. Até setembro eu penso que se pode fazer pouco. Se calhar, quase nada. Não sei. Não matem a ideia.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor deputado Miguel Borges, faz favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Senhor deputado Valbom, para ir de encontro às suas palavras, uma boa ideia morre pelos prazos. O Partido Socialista questiona o senhor Presidente que prazo necessita para delinear uma estratégia para o centro histórico e a proposta será alterada em função das suas palavras.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais algum senhor deputado deseja intervir? Senhor Presidente da Câmara, faz favor, se desejar intervir. Muito obrigado.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Bom dia a todas e a todos. Cumprimento-o a si, cumprimento toda a Mesa, senhoras Vereadoras, senhores Vereadores, senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia. Acho que não há dúvidas de que cem por cento das pessoas que aqui estão presentes anseiam, não é há oito meses, é há vinte anos pela reabilitação do centro histórico. Acho que não há dúvidas sobre essa matéria. Acho que não há aqui uma Pole Position, tipo aquela da Fórmula 1, a dizer que eu vou mais à frente a reivindicar mais do que os outros. Acho que não há dúvida absolutamente nenhuma sobre isso e sobre as intenções de cada uma e de cada um de nós sobre a necessidade da reabilitação do centro histórico. Mas sejam todos bem-vindos à reabilitação do centro histórico. Já aqui foi falado quem é que fez a reabilitação. Já toda a gente sabe que aquele projeto foi mal pensado, que foi mal feito. Estamos todos de acordo. Acho que também não há aqui ninguém que não esteja de acordo, seja com o piso que tem a Praça Velha, seja com aqueles degraus que tem a Praça Velha. Bom, e já aqui foi falado também naquela questão do Dom Sancho. Já aqui foi falado sobre isso também. Senhoras deputadas, senhores deputados, senhor Presidente, este Executivo foi eleito para governar durante quatro anos. E ao longo destes quatro anos, aquilo que vai fazer é cumprir, fazer por cumprir, com zelo e com dedicação, aquilo que está no seu programa eleitoral. E, por isso, nós temos em curso o programa de apoio à reabilitação

de coberturas e fechadas. O seu regulamento, é preciso este regulamento para podermos apoiar os privados para a reabilitação das coberturas e das fachadas dos seus edifícios. Esse regulamento virá um dia destes aqui à Assembleia Municipal. Assim que tenha todo o respaldo jurídico, tem que ir à Câmara Municipal e depois tem que vir à Assembleia Municipal para ser aprovado. É nisso que nós estamos a trabalhar. É nisso, com medidas concretas e bem definidas, como estão plasmadas no nosso programa eleitoral. Mas não é só para o centro histórico da Guarda. É para a Sequeira, é para os Galegos, é para a Póvoa do Mileu, é para a vila de Gonçalo, é para as nossas aldeias todas. Todas aquelas pessoas que queiram reabilitar e que cumpram aquilo que ficar plasmado no regulamento, terão direito a essa reabilitação. Não é só a Guarda, é o concelho todo. Porque, quantas e quantas, senhores Presidentes de Junta de Freguesia, o cadastro que é complicado, (conforme falou e muito bem, muito obrigado senhor Presidente da Assembleia, senhor deputado, permita-me, nessa qualidade) que vocês reivindicam que sejam reabilitadas as casas que estão devolutas em grande parte das aldeias do nosso concelho. É preciso criar medidas para as reabilitar também. E por isso, não só, mas também por isso nós estamos a fazer o caminho, já aqui foi falada a questão da reabilitação urbana e dos pisos irregulares. Não podemos estar mais de acordo. Não havia projetos na Câmara da Guarda. Zero, sobre esse ponto de vista de projetos de reabilitação urbana. E por isso nós estamos a fazer esse caminho. Estamos a fazer os projetos necessários para nos prepararmos para o Portugal 2030. Ainda ontem, eu, a senhora Vereadora e a senhora Chefe de Divisão, estivemos com quem de direito a falar sobre essa matéria, a programar o futuro. E é sobre o futuro que nós devemos falar. Mas o caminho tem que ser feito. Já aqui foi falado também, o senhor deputado Tiago Gomes, no órgão de tubos. Permita-me apenas uma correção. Não é o governo que dá dinheiro para o órgão de tubos. São os fundos comunitários que dão dinheiro para o órgão de tubos. Que não restem dúvidas sobre esse ponto de vista. O dinheiro não vai chegar para tudo. Ou melhor, não dá para pagar tudo. Ainda vai ter que haver aqui uma coleta regional, tal como eu falei naquele dia, para que o órgão de tubos seja totalmente pago. Mas deve-se dizer aqui também que essa candidatura foi uma candidatura inicial, é bom recordar estas coisas, da Câmara Municipal da Guarda em 2015 ou 2016, salvo erro. E depois, por razões técnicas e operacionais, foi transferida para a direção regional de cultura do centro. A Câmara da Guarda, à época, abdicou dos fundos que estavam no

seu PEDU, no plano estratégico de desenvolvimento urbano, para ir para a DRCC, para a direção regional de cultura do centro. É bom que não se esqueça. Este dinheiro vem dos fundos comunitários, que têm feito um excelente trabalho de reabilitação ao longo destas dezenas de anos em que Portugal já está na União Europeia. No que diz respeito à questão dos benefícios fiscais, a ARU, a área de reabilitação urbana, é assim que está plasmado na legislação, já permite benefícios fiscais. Seja com a redução do IMI, seja com a redução das taxas e licenças. É para isso que servem as ARU's, muito. Não só, mas também. E a Guarda tem duas ARU's, senhora deputada. Tem duas ARU's. Tem na zona alta e tem a zona, digamos, mais baixa da cidade e zona norte. Para quê? Para incentivar. Esse instrumento que já existe há muitos anos é para incentivar os privados com esses benefícios fiscais. É claro que não chega. E é por isso que nós estamos a fazer aquele programa de apoio, aquele regulamento, para apoiar os privados na reabilitação das coberturas e fachadas. E olhe que eles vão começar a aparecer. Assim que esse regulamento seja aprovado aqui, como esperamos que seja, daqui a algum tempo, na Assembleia Municipal, eles vão começar a aparecer. Porque como disse, e muito bem, o senhor, permita-me, deputado José Relva, o cadastro do centro histórico da Guarda... em dois meses?! Senhora deputada, só quem não sabe como é que estas coisas se fazem. Então, onde é que está o cadastro nos últimos vinte anos na Câmara da Guarda? Onde é que está o cadastro? Desculpem, onde é que está o cadastro? Digam-me lá. Se alguém souber onde está o dossier do cadastro do centro histórico da Guarda e do centro histórico do nosso mundo rural, digam lá onde é que ele está porque nós vamos lá buscá-lo. Não existe. É um trabalho de sapa que tem de ser feito. Claro que sim. Estamos todos de acordo que tem de ser feito para chamar os proprietários e encontrar uma forma de podermos reabilitar as suas casas, nesta tal relação de parceria de público e privado que tem que ser feito. Estamos todos de acordo. E aproveitando os instrumentos financeiros que o próximo quadro comunitário de apoio nos pode dar. Como sabem, o acordo de parceria ainda não está assinado. Esperemos que seja estabilizado nas próximas semanas para depois começarmos a construir o futuro. Mas é nisso que nós estamos a trabalhar. E por isso, senhor presidente, senhoras e senhores deputados, este documento, enquanto moção, não faz qualquer sentido. Se fosse uma recomendação sem datas, acho que estaríamos todos de acordo porque estamos todos imbuídos do mesmo espírito. Agora, querer condicionar um executivo que foi eleito

para quatro anos pelo povo da Guarda, da forma como foi votado, é condicionar claramente. É uma tentativa de condicionar este executivo municipal. E isso nós não podemos admitir. Isto mais parece uma preocupação de se querer deitar foguetes antes da festa, durante os meses de férias, julho e agosto, onde o grosso dos funcionários desta casa têm o direito, o legítimo direito de poderem ir de férias. Senhor presidente, muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Fazia um apelo ao Partido Socialista, dizendo-lhes apenas que há, no mínimo, quatro meses, no mínimo, quatro meses, um senhor Presidente de Junta de Freguesia, que está aqui sentado, me pediu para ver se eu conseguia descobrir qual era o artigo matricial de uma antiga casa do povo. Não é de um particular, é de uma casa do povo. Senhora deputada, eu ainda não consegui, ao fim de quatro meses, descobrir qual é o artigo. Fixar aqui três meses, repito o que disse há pouco... não faço mais nenhum comentário. Muito obrigado.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Senhor Presidente, eu não sei, quer dizer, nós não pedimos que o cadastro do centro histórico seja feito até setembro! Nós dizemos para delinear uma estratégia até setembro. E eu já vim aqui dizer que damos o tempo que o senhor Presidente entender, mas que dê uma data. Porque aquilo que o senhor presidente, nos últimos meses, tem feito, é planear, penso eu que deve estar a planear, mas datas não existem. Que dê uma data de quando é que nos traz aqui um documento e nós acataremos a decisão do senhor presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se o senhor Presidente deseja...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhor Presidente, apenas realçar que nós fomos eleitos para quatro anos. É apenas e tão só isso. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora deputada, pediu de novo para falar? Faz favor.” -----

- **Luisa Campos, Deputada (PS):** “É apenas, é apenas... Posso?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora deputada, peço-lhe imensa desculpa. O regulamento diz que o último a falar é o senhor Presidente da Câmara. Se for para alterar esta moção para recomendação, dou-lhe a palavra. Se não, ao dar-lhe a palavra, violo o regimento e não o vou fazer. Muito obrigado. Se é para alterar, muito bem. Se não é, se é para manter como moção, não lhe posso dar a palavra. Diz o regimento que o último a falar é o senhor Presidente da Câmara, gostemos ou não gostemos. Mas é o que o regimento diz. Muito obrigado. Colocava, então, a moção à votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Reabilitação do Centro Histórico da Guarda** -----

- Rejeitada, por maioria, com trinta e quatro votos contra, treze abstenções e vinte e oito votos a favor. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Tem a palavra, de novo, o Partido Socialista para o tema sobre agricultura. Uma Recomendação. Faça o favor, senhora Deputada. Peço desculpa do que vou dizer aos senhores Deputados, mas viemos todos para uma Assembleia Municipal. Não faz sentido que acabe uma votação e alguns se ausentem. Lamento. Muito obrigado. Tem a palavra.” -----

- **Maria Manuel Pimentel, Deputada (PS):** “Muito bom dia. Cumprimento a Mesa da Assembleia na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal da Guarda, estendendo este mesmo cumprimento a todos os presentes nesta sala e a quem nos ouve por outros meios. Senhor Presidente do Executivo, Eng. Sérgio Costa, «Há vinte anos, a Guarda era conhecida como uma região em desenvolvimento. Hoje, a Guarda é conhecida como uma região de baixa densidade populacional. Isto quer dizer qualquer coisa, senhor Presidente, e não é coisa boa. No que diz respeito ao tema agricultura, base da nossa vida, e considerando que estamos num concelho rural, é com muita tristeza e preocupação que, lendo o programa eleitoral do PG, ela só é mencionada no capítulo sustentabilidade ambiental, agricultura e florestas, mais concretamente no ponto 9 e que no nosso entender nada diz em relação ao futuro desta atividade empresarial e crucial para o concelho. Senhor Presidente, o concelho da Guarda é rural. Qual o destino que Vossa Excelência quer dar às freguesias rurais no que diz respeito à agricultura, uma vez que nada está espelhado no seu programa eleitoral? A agricultura e o desenvolvimento rural têm de ser obrigatoriamente um eixo estruturante para o

concelho. Considera a bancada do PS que é um dever e uma obrigação deste Executivo fazer todos os esforços para haver uma convergência deste eixo estruturante com os outros eixos estruturantes para assim criar um concelho sustentável. Terá de haver obrigatoriamente uma ligação entre as economias locais. Isso é inevitável e, se assim não for, nada resultará. Primeiro, a agricultura tem de estar ligada à indústria e esta, por sua vez, ter uma ligação à cadeia de comercialização. Segundo, este Executivo tem de ser agente facilitador e o impulsionador desta cadeia. Terceiro, com o aparecimento de novas tendências de consumo e novas tecnologias de produção, vamos ultrapassar alguns constrangimentos e pontos fracos da região, no que se refere ao potencial agrícola. Quarto, com uma agricultura diferenciadora e forte estamos a harmonizar o concelho, indo-se refletir nos benefícios sociais, económicos e ambientais. Quinto, deve incentivar as práticas agrícolas mais sustentáveis, o que inevitavelmente levará ao crescimento da economia local, à criação de emprego e à fixação de pessoas no meio rural. Sexto, uma agricultura sustentável estará indiretamente a desempenhar um papel importante na prevenção das alterações climáticas e dos incêndios, na proteção do solo e da água, no aumento da preservação da biodiversidade e das variedades locais, bem como na retenção de carbono, diminuindo os gases com efeito de estufa na atmosfera. Sétimo, a agricultura tem de ser tratada como um eixo estruturante para o concelho e capaz de criar riqueza e valor. Oitavo, é urgente e inadiável que se comece a trabalhar na captação de investimento para a área da transformação e comercialização dos produtos agrícolas e diferenciá-los em relação a outros produtos existentes no mercado. Nono, crie um pavilhão onde se concentre a produção e tenha a valência do frio e que aí se faça o embalamento, a rotulagem e expedição com custos baixos para o produtor. Décimo, crie oportunidades de negócio baseadas em ciência e tecnologia. Décimo primeiro, estabeleça meios de divulgação e transferência de conhecimento. Décimo segundo, desenvolva uma marca registada que identifique e diferencie os produtos do concelho. Por exemplo, Produto de Montanha. Décimo terceiro, estabeleça parcerias nacionais e/ou internacionais para bolsas de investigadores estudantes na área dos recursos genéticos. Em relação ao desenvolvimento rural, temos a dizer que este não se faz por decreto, nem se impõe e este concelho, além de atrativo, tem de ser acolhedor. Para que haja desenvolvimento rural, é preciso criar um sentimento de pertença. É preciso criar condições para que as pessoas se sintam cá bem e se sintam deste

concelho. Se assim não for, podemos estar a replicar os erros do passado. Consideramos que, queira Vossa Excelência desenvolver este concelho no que diz respeito ao mundo rural, tem muitas ferramentas que poderá, digo mais, deverá aproveitar para fazer a diferença e dar às gerações vindouras uma herança relevante e um concelho acolhedor e capaz de fixar pessoas. E termino esta minha intervenção convidando-o a consultar as propostas do programa eleitoral do PS para a agricultura e desenvolvimento rural, aproveitando para corroborar esta minha recomendação com a citação do então senhor Ministro da Economia, Dr. Pedro Siza Vieira, que no dia 15 de setembro de 2021, no Café Concerto do Teatro Municipal da Guarda, disse: “Estes territórios têm de ser atrativos e acolhedores”.» E eu sublinho a palavra acolhedor.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Não sei se algum senhor Deputado se deseja pronunciar? Senhor Deputado, faz favor.” -----

- **Miguel Bandarra, Deputado (PSD):** “Bom dia a todos, de forma geral. Respondendo à Deputada do PS, na última Assembleia Municipal, o PS chumbou uma moção ou uma ideia proposta pelo CDS que era a barragem do Luzelo. Querem agricultura com que água, então? É apenas esta a questão que coloco. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhora Deputada, só um bocadinho. O senhor Presidente da Junta pediu a palavra, faz favor.” -

- **António Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Rochoso e Monte Margarida PG):** “Obrigado, senhor Presidente. Senhores Deputados. Cara senhora Deputada, considere que indicar o desenvolvimento da Guarda há vinte anos, especificamente no tema agricultura, é claramente controverso vindo de um partido que representou 50% desse tempo. Acredite, senhora Deputada, que este é o momento de fazer. Efetivamente, nos últimos seis meses, já fez mais este Executivo pela agricultura do que os senhores e o PSD nos últimos vinte anos. Atentos que estamos à consideração que demonstra ao programa eleitoral do movimento Pela Guarda, alertamos que, para além do ponto 9 que refere, consegue encontrar, mais especificamente no ponto 14, criar um plano de reflorestação das áreas ardidas com cedência de espécies autóctones e mais resistentes aos incêndios, preservando os solos da erosão e os recursos hídricos, tendo

o compromisso de plantar, nos próximos quatro anos, um milhão de árvores; criar um programa de desenvolvimento do mundo rural e das suas atividades, promovendo uma verdadeira cadeia de distribuição, de forma a aumentar o consumo e o valor de diversos produtos endógenos, estimulando a agricultura familiar e biológica como forma de valorizar produtos e territórios, assim como apoiar os criadores de animais de raças autóctones e os produtores hortícolas e frutícolas, cuja logística tem de ser apoiada de uma forma efetiva. Podem todos os produtores contar com o nosso apoio, não só para manter, mas para cimentar e mesmo aumentar os apoios do município, ajudando a canalização célebre dos seus produtos na cadeia logística para todo o mercado nacional, divulgando a qualidade comprovada dos diversos produtos, a criação de forma responsável e sustentável e a valorização do bem-estar animal. Está no programa do PG. Mas eu já lho ofereço. Depois, dizer, se me permite, que consigo elencar algumas dessas medidas já tomadas pelo Executivo liderado pelo movimento Pela Guarda, propaladas pela comunicação social, logo, públicas. A Câmara da Guarda cedeu um imóvel na PLIE à Agroguarda para a criação do centro Operacional Agrícola da Guarda. O protocolo assinado, tratou-se de um contrato de comodato entre Autarquia e a Cooperativa Agropecuária e tem como objetivo promover os produtos endógenos da região. A aposta deve passar por criar um tecido empresarial agrícola e agroindustrial, com prioridade aos produtos locais. A Guarda promoveu o território de produtos endógenos na Feira Internacional de Turismo de Interior, em Valladolid. Entre 18 e 21 de novembro, o município da Guarda marcou presença na 24ª edição da INTUR, para Feira Internacional de Turismo de Interior, em Valladolid, Espanha. O Presidente da Câmara da Guarda diz que município está disponível para estudar eventuais apoios para os agricultores e produtores de gado por causa da seca, mas lembra que cabe ao estado central assumir, em primeiro lugar, esta responsabilidade. Desta feita, que fique claro que para o atual Executivo municipal, a aposta na valorização dos produtos e produtores deste território, representa um eixo fundamental da sua ação na valorização e implementação de políticas agrícolas. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Só um bocadinho! Não sei se mais alguma senhora deputada ou senhor deputado se deseja pronunciar? Senhor Deputado, faz favor.” -----

- **Luciano Gomes, Deputado (PSD):** “Senhor Presidente, senhores Membros da Assembleia. Dizer o seguinte. Eu também tendo a concordar com as preocupações que foram aqui evidenciadas. Obviamente que nós estamos num território em perda proporcional, nós temos uma população envelhecida e, naturalmente, não podemos estar resignados. E a agricultura é um setor fundamental, que sofreu uma reestruturação há muitos anos e, portanto, não é só a Guarda que tem esses problemas. Particularmente o interior, é verdade. Mas há municípios do interior e nós devemos, também, enfim, seguir as boas práticas, há municípios do interior e bem perto daqui que estão a trabalhar muito bem nessa área. Eu refiro-me ao caso do Paulo Fernandes, no Fundão. Portanto, os autarcas aqui têm um papel importantíssimo na dinamização, concretamente da agricultura de que estamos a falar, e também na atração de investimentos e de pessoas para o território. Esse caso que eu falei e que eu conheço particularmente bem, do Fundão, e acho que muitas das pessoas que estão aqui estarão de acordo, nós podemos ir para aí. Também o movimento migratório, atrair pessoas para a Guarda. Porque, efetivamente, ainda ontem eu falava com o Presidente da Junta da minha terra que está ali na bancada do Partido Socialista, o Carlos Gonçalves, e ele tinha uma das preocupações está plasmada neste documento, que era o tal armazém. Ontem à tarde estávamos a falar sobre isso, porque os Presidentes de Junta claro que têm essa preocupação. São eles que têm que dar a cara perante as populações, eles não têm pessoas nas aldeias. Eu vejo na minha terra também. Onde é que há agricultura na Vela? Zero. Não há nada, a não ser uns nichos que começam a aparecer de pessoas que vêm de fora, que se vão fixando ali e que gostam, que vêm agora para o interior porque o interior também começa a estar na moda há uns tempos a esta parte. E eu acho muito bem que este Executivo, enfim, pense num plano estratégico, digamos assim, algumas das ideias que estão aí, de facto, para o desenvolvimento da agricultura. Essa deve ser uma preocupação prioritária também do Executivo da Câmara Municipal da Guarda. Mas, repito, há autarcas a trabalhar muito bem, quer no interior, quer no litoral, sobre esta matéria da agricultura que foi abandonada no país há muitos anos a esta parte, até por força da nossa integração na então comunidade económica europeia. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguém deseja intervir? Faz favor, senhor Deputado.” -----

- **Bruno Andrade, Deputado (BE):** “Muito obrigado, senhor Presidente. Na sua pessoa cumprimentar todos os presentes, Mesa, senhores Deputados, Funcionários do Município, Comunicação Social, Presidentes de Junta e pessoas que nos ouvem através das redes sociais. pegando neste tema da questão da agricultura, e muito bem, naturalmente que nós vamos acompanhar o Partido Socialista. Mas queria referenciar aqui o seguinte e aproveito para questionar o senhor Presidente da Câmara para saber como é que está a questão do lítio. E isto porquê? Porque se lutamos pela questão da agricultura na nossa região, não podemos destruir aquilo que existe. Neste momento, existe a prospeção de lítio, eu falo porque muitos dos Presidentes de Junta... aliás, todos os Presidentes de Junta receberam do Município um estudo para dar um parecer. Ao que sabemos, nem a própria Câmara tem um geólogo que consiga fazer este tipo de estudo, muito menos uma Junta de Freguesia. De qualquer maneira, os senhores Presidentes de Junta sabem aquilo a que eu me refiro na questão do lítio. Neste momento já está a haver exploração. Podem-lhe chamar feldspato, o que quiserem. Na minha freguesia, que na Vela, já está a haver exploração de lítio. Eu posso-vos mostrar o mapa a vermelho e os Presidentes de Junta de Pêga, Monte Novo, Benespera, Seixo Amarelo, Gonçalo, Vela, estão a ser todos afetados. E eu queria procurar ao senhor Presidente da Câmara se já há algum parecer técnico do Município relativamente à questão do lítio. Isto também relativamente à agricultura. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Antes de dar a palavra à senhora Deputada do Partido Socialista, não sei se mais algum senhor Deputado se deseja inscrever? Não havendo, senhora Deputada, faça favor. Não deseja usar da palavra? Muito obrigado. Não sei se o senhor Presidente da Câmara deseja intervir? Faça o favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Sim senhor Presidente, muito obrigado. Notas breves... Peço desculpa.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente da Câmara, peço-lhe desculpa, mas a Mesa não tinha reparado no levantar de braço. Muito obrigado.” -----

- **Pedro Nunes, Presidente da Junta de Freguesia de João Antão (Independente):**  
“Cumprimento todos na sua pessoa, senhor Presidente. No que respeita a este tema, falando pela minha freguesia e por alguns colegas com quem falei, foram realizados plenários e recolhas de assinatura contra esta exploração, porque as Juntas não foram informadas, a população não foi informada, os proprietários dos terrenos não foram informados. E acho que deve ser feito um estudo como deve ser em termos dos recursos hídricos, em termos do espaço, em termos de poluição sonora, em termos da poluição ambiental. Acho que deve ser feito um estudo concreto e coerente, antes de haver uma prospeção. Por isso, eu fiz um plenário na minha freguesia. Recolhi setenta assinaturas contra, não houve nenhuma assinatura a favor durante o plenário. E acho que devemos estar atentos a este tema porque devemos proteger o interior. E acho que é uma mais-valia protegermos os nossos terrenos, as nossas populações e não virem destruir tudo como querem, como está previsto, sem falarem com proprietários, sem dizerem como é que vão entrar e sair, sem deixarem as coisas como estavam antes. E é isto, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor deputado, muito obrigado. Agradecia, como estão sentados todos ao mesmo nível, agradecia que quando quisessem falar levantassem convenientemente o braço para vermos. Peço desculpa. Penso que não há mais nenhuma senhora deputada ou senhor deputado que deseja intervir. Senhor Presidente, faz favor. Mais uma vez, pedindo-lhe desculpa.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Ora essa. Muito obrigado, senhor Presidente. Somos todos bem-vindos aos apoios aos nossos agricultores. Mas que não fique só aqui, em meias palavras, dentro desta sala. É preciso ações concretas e definidas, seja aqui na Guarda, seja em Coimbra, em Castelo Branco ou em Lisboa. Porque nós podemos falar muito para o ar, mas, às vezes, pode-nos cair algum meteorito em cima. Nós, pela primeira vez, este Executivo Municipal decidiu apoiar as raças autóctones do nosso concelho. Nunca tinha sido feito tamanho investimento, tamanhos apoios às nossas raças autóctones do nosso concelho. Sempre em espreita articulação com a nossa

Acriguarda. Já qui foi falado, mas nunca é demais podermos voltar a referir isso para que não caia no esquecimento. E o futuro a Deus pertence, porque este incentivo é para que essas raças autóctones aumentem os seus efetivos, aumentem o seu encabeçamento. Isso é que é importante que nós devemos defender. Porque, dessa forma, estamos a proteger os nossos territórios. Já aqui foi falado também, o edifício que foi entregue à Agroguarda. Nós fizemos questão de chamar todas as senhoras e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia para essa iniciativa, para que entrassem em estreito diálogo. Porque quem vai gerir o espaço é a Agroguarda. E, a partir de agora, os senhores produtores, é com a Agroguarda, que é a associação que os representa que deve dinamizar. Se isso não funcionar, então façam o favor de dizer que nós cá estaremos para resolver o assunto. Se isso não funcionar, é aquilo que pedimos a todas e a todos vós, que nos façam chegar essa preocupação, se as coisas não estiverem a funcionar, porque o Executivo Municipal tem a obrigação de zelar pelo bom uso dos espaços que cede em comodato, como foi o caso. Senhora Deputada, às vezes nós falamos aquilo que queremos. E o senhor Deputado António Simões, bem-haja também, já referiu aí algumas matérias que o nosso programa eleitoral bem contempla e, portanto, aconselhamos a reler novamente. Nós não devemos andar de distraídos com algumas coisas. Então, não terá o Governo da República o papel fundamental no apoio à agricultura portuguesa? Falando em matéria de competências legais, (depois há os apoios, senhor Deputado, como muito bem referiu, que as autarquias podem e devem ajudar a alavancar), mas os apoios de fundo é do estado central, é dos fundos comunitários. Então, e não devem ser redefinidas as políticas de apoio à nossa agricultura, aos nossos produtores? Eu, há poucas semanas, falei na comunicação social. Vêm tempos difíceis para os nossos agricultores. É bom que estejamos todos muito bem cientes daquilo que vai acontecer este ano, principalmente, e falando no grosso da agricultura no nosso concelho, ou da zona mais nascente do concelho, perdão, vêm aí tempos difíceis. Não há comida para o gado. Não sei, senhora Deputada, se já lhe fizeram chegar esta preocupação, ou não. Mas há agricultores a quererem vender as suas manadas ou os seus rebanhos. Porquê? Porque não têm comida para o gado. Não há água, não há pasto e os cereais para o gado estão a preços exorbitantes. Mais do que duplicaram em alguns casos. O Estado central tem o papel fundamental, e que aqui reivindico, e todos nós reivindicamos, para o apoio e as ajudas aos agricultores. A

Câmara da Guarda nunca se irá colocar de fora. Nunca. Na justa medida das nossas possibilidades e das nossas necessidades, cá estaremos para podermos ajudar, nessa medida, os nossos agricultores. Mas o Estado central tem esse dever. Agora, não queiramos que, de repente, em vinte anos... ou melhor, em oito meses, se faça aquilo que não se fez em vinte anos. Senhor Deputado, como sabe, eu sou colega e amigo do Paulo Fernandes do Fundão. Ele entrou para a Câmara do Fundão há vinte anos. Há vinte anos. É só para referir isto. Somos colegas e amigos. Mas eu devo referir aqui uma coisa porque é preciso pensar o futuro. O que é que cada uma e cada um dos senhores Deputados, senhora Deputada, do Plano Nacional de Regadios, ouviram falar nisso? Ouviram falar no Plano Nacional de Regadios? Passou, assim, um bocadinho... foi no final do ano passado. O Plano Nacional de Regadios passou, assim, um pouco pelas nuvens, sem ninguém dar conta. Mas a Câmara da Guarda foi lá e reivindicou, senhores Presidentes de Junta de Freguesia, senhores Deputados, reivindicou e está lá. Esperamos, agora, o que é que vão dar os estudos que o Ministério da Agricultura em conjunto com a EDIA ficaram de sistematizar. Vamos ver o que é que vai dar. E nós reivindicámos regadios na Ribeira do Massueime, na Ribeira das Cabras, Luzelo (há duas naquela zona), a extensão do regadio da Cova da Beira à zona sul do concelho e o regadio para o Vale do Mondego. Está lá. Agora, aquilo que se pede é que o Estado central os sinalize para que, no Programa 2030, com tantos milhões que dizem que vêm por aí, haja a coragem de fazer estas barragens para o regadio em todas estas zonas. Senhor Presidente, muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente da Câmara, muito obrigado. Tratava-se de uma Recomendação e, portanto, não será colocada à votação. Seguidamente, tem a palavra o Partido Socialista, ainda, para um Voto de Louvor. Não sei quem vai usar da palavra? Senhor Deputado, faz favor.” -----

- **Rui Ribeiro, Deputado (PS):** “Bom dia senhor Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os Membros da Mesa. Senhor Presidente da Câmara, cumprimento também todos os Membros da Câmara Municipal na sua pessoa. Senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta, Técnicos da Autarquia, Comunicação Social e Público presente, ou que nos segue pelos meios digitais. «Em 14 de março de 2020 foi

o dia em que foi criado o Grupo de Emergência da Guarda, como resposta à Pandemia por COVID-19 e não só. Após mais de 800 dias da sua criação, o grupo é uma enorme referência no mundo digital, no segmento da cidadania ativa. É acompanhado por cerca de 40 mil utilizadores, que estão espalhados por mais de 70 países no mundo inteiro. Nas primeiras 24h após a sua criação, este grupo solidário, que nos deseja todos os dias "Bom dia" e "Boa noite", ganhou 5 mil seguidores, tendo começado nesse dia um compromisso que passava essencialmente pela comunicação de informação credível sobre a pandemia por COVID-19 na região, em Portugal e no mundo. Mas o Grupo de Emergência fez muito mais... Foi criado um grupo de Psicólogos para apoio à população; Foram realizados "diretos" para apoio à atividade física em casa; Foram disponibilizadas informações sobre serviços essenciais, fundamentais nos períodos de confinamento; Foi criado um site de apoio com todos os números e estatísticas detalhadas da pandemia (locais e nacionais); A região da Guarda teve disponível um semáforo COVID-19 que mostrava o nível da doença nos diversos concelhos; Foram criados vários elementos gráficos de alerta e compreensão da pandemia; Foram apoiados grupos de makers que criaram mais de 1500 viseiras e produziram mais de 16 mil cogulas e outros equipamentos de proteção individual, que foram doados à ULS da Guarda e IPSS (assim como alguma comida); Foi fortemente apoiada e divulgada uma iniciativa de angariação de fundos promovida pela ANAFRE, que conseguiu angariar cerca de 87,500 euros para compra de ventilador para a nossa ULS; Foi entrevistado um dos primeiros casos de COVID-19 em Portugal; Foram realizados mais de 100 diretos com médicos, enfermeiros, presidentes de câmaras, psicólogos, jovens, entre outros, com o objetivo de ajudar e esclarecer a população; Realizaram-se ações de apoio ao Comércio Local; Realizaram-se e analisaram-se sondagens de opinião; Foi realizada uma ação de Angariação de fundos para Aldeias SOS; Foi realizada uma campanha solidária para recolha de tampinhas e caricas, para ajudar o pequeno João que tem Trissomia 21; Foi apoiada a angariação de fundos do "Príncipezinho com nome de Rei", para tratamento intensivo em Espanha; Foi realizada uma campanha de solidariedade para obtenção de fundos para uma cirurgia a Sílvia Pereira; Foi solicitado o apoio a Refugiados e organizada a realização de uma vigília; Foi prestado apoio na informação aos Centros de Vacinação; E muitas mais ações de proximidade com os cidadãos. O Grupo de Emergência tem também feito um trabalho único e notável no que diz respeito à promoção do território, revelando os mais

diversos locais da nossa região. Ao reconhecer o Grupo de Emergência da Guarda estamos hoje a reconhecer todos aqueles que dele fazem parte e que contribuíram para o seu crescimento. Por tudo o que foi referido, o grupo parlamentar do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Guarda, tem a honra de propor um Voto de Louvor ao projeto Grupo de Emergência da Guarda.» Obrigado.» -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja pronunciar-se? Senhor Presidente de Câmara? Não? Muito obrigado. Então, colocava à votação este Voto de Louvor.” -----

----- **Resultado da votação do Voto de Louvor** -----

----- **Grupo de Emergência da Guarda** -----

- Aprovado, por maioria, com cinquenta e três votos a favor e dezoito abstenções. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Declaração de voto? Faça favor.” -----

- **Dulcineia Moura, Deputada (PSD):** “Simplesmente para dizer que o grupo do PSD se associa àquilo que foi a proposta do Partido Socialista, nomeadamente sabendo que foi um serviço de cidadania, foi serviço público que foi proporcionado à comunidade e é louvável, portanto. E até aproveito para felicitar a pessoa do Pedro Pinto, aproveitamos, aliás, porque é extensivo ao grupo de PSD.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Passo a palavra, agora, ao grupo parlamentar do PSD. Recomendação sobre Desporto e Progressão Desportiva.” -----

- **Lucinda Fernandes, Deputada (PSD):** “Exmo. senhor Presidente da Assembleia Municipal, bom dia e, na sua pessoa, apresento os bons dias a todos aqueles que estão aqui e que nos acompanham pelos meios de comunicação social. «A atividade física e o desporto são grandes opções da humanidade e os valores por elas transmitidos estão diretamente ligados à sua prática. São componentes importantes na formação do indivíduo e, por isso, não é suficiente haver recintos desportivos. É importante, também, existirem recintos desportivos com condições, que transmitam aos praticantes valores

que vão para além do desporto, como a conservação e o uso de espaços públicos, a cidadania, entre outros. Se um espaço está limpo e bem conservado, temos mais possibilidades de que se mantenha assim. Nesse sentido, a manutenção de instalações e equipamentos desportivos são o veículo para a progressão na prática desportiva e para o crescimento enquanto atletas e indivíduos. Para que nos possamos desenvolver nestas áreas, os equipamentos desportivos são fundamentais, pois o acesso à prática desportiva passa, essencialmente, por espaços adequados à prática do desporto e em boas condições. A função de um equipamento desportivo é não só oferecer sistematicamente um espaço para a prática desportiva, como também, e não menos importante, promover a utilização do mesmo e o crescimento por parte dos atletas. Estes locais podem ser vistos não só como espaços de treino, mas também como espaços para a realização de grandes eventos desportivos. No entanto, e para que isto aconteça, é fundamental que a manutenção desses espaços seja tratada como necessidade premente. Por isso, o Município não pode ter apenas uma política de gestão, terá de ter também uma política de gestão eficaz dos equipamentos e instalações desportivas. Por isso, é necessário e urgente que o Município aplique os procedimentos de manutenção dos recintos e equipamentos desportivos. Esta recomendação vem no seguimento de várias chamadas de atenção, feitas por parte da população e pela verificação in loco de alguns destes espaços. Se nada for feito, alguns destes espaços vão ficar sem utilidade desportiva. É disso exemplo o ginásio que está debaixo das bancadas do Estádio Municipal. Devido ao infiltramento de águas, está com a cobertura do teto em vias de ruir. Este é um espaço nobre. Sendo um espaço de treinos de diversas associações e escolas e de realizações de alguns eventos de caráter nacional, torna-se urgente uma intervenção. Acrescento que é um dos ginásios talvez dos mais bonitos que temos. Noutros locais, a manutenção evitaria perdas de energia com mais conforto para os atletas, como é o caso do Pavilhão do Inatel. Os vidros exteriores estão todos, ou quase todos partidos, e alguns equipamentos, de desgaste rápido, estão também a necessitar de substituição. A outro nível de manutenção, seria conveniente que as instalações mantivessem um aspeto cuidado. Por exemplo, uma simples pintura de paredes no Pavilhão de S. Miguel faria toda a diferença na promoção dos eventos e da própria cidade, aquando da divulgação das fotos e vídeos na comunicação social e outros canais. As instalações desportivas devem responder às aspirações dos

utilizadores dessas mesmas instalações. Isto significa que, se um atleta ou clube tiver aspirações ao nível de competição nacional ou internacional, tem de ter condições para o seu desenvolvimento e crescimento dos próprios atletas. O Município, por sua vez, deveria ambicionar realizar eventos que possam elevar a cidade a um patamar mais ambicioso, um patamar nacional ou mesmo internacional. Por mais esta razão, seria de toda a conveniência, e quiçá obrigatória, uma intervenção urgente no piso de tartan do Estádio Municipal, que está prestes a perder a possibilidade de realizar qualquer tipo de competição. As piscinas da cidade encontram-se em circunstâncias semelhantes. O desporto, quer seja ou não de competição, é caracterizado pelo constante esforço de superação e pela busca de novos limites. Tudo isto requer uma articulação da inteligência, da vontade e do corpo, exigindo, por vezes, sacrifícios. Se pudermos otimizar o fator das instalações e equipamentos, seremos, com toda a certeza, melhores atletas e teremos, com certeza, melhores resultados. Recomendamos, assim, que o Município assuma a importância da manutenção das instalações e dos equipamentos desportivos, implementando boas práticas de gestão, que são um fator determinante na qualidade do desporto, do desporto de competição e do espetáculo desportivo.

- Manter janelas e portas em boas condições, para reduzir o consumo de energia, principalmente numa região fria como a nossa. Além de obtermos um benefício económico, a condição física dos atletas fica mais livre de lesões;
- Verificar a existência de equipamento de primeiros socorros, em todos os locais, e substituí-los sempre que seja necessário. É uma questão de segurança para todos e em especial para os atletas.
- Melhorar a imagem das instalações junto dos utentes externos e internos é um incentivo à realização de eventos, que, por sua vez, são geradores de mais-valias.
- Fortalecer os protocolos de qualidade dos espaços desportivos dentro do concelho, usando a organização como forma de gestão de excelência; Os objetivos das boas práticas de manutenção das instalações, dos espaços desportivos e equipamentos desportivos, são prolongar a vida útil dos bens. Uma correta gestão de manutenção de instalações e equipamentos deve proporcionar aos utentes um serviço de qualidade adequado à sua tipologia e função, rentabilizando o investimento inicialmente efetuado, que na sua maioria foi um investimento público. Dito de outra forma, foi o dinheiro de todos nós.» Muito obrigada pela vossa atenção.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Se algum senhor Deputado deseja usar da palavra... Senhor Deputado, faz favor.” -----

- **José Breia Lopes, Deputado (PG):** “Muito bom dia a todos. Cara Lucinda, esta parece que foi uma entrada daquelas à futebol. Já passou a bola e depois o jogador já não passa. Em primeiro lugar, só para dizer que já estão a decorrer obras no Estádio Municipal, já estão contratadas obras para as piscinas municipais. Portanto, foi uma entrada a destempo. E tudo isto vem já de encontro ao que estava plasmado no programa eleitoral do Pela Guarda. Por outro lado, sempre se ouviu dizer que Roma e Pavia não se fizeram só num dia e, portanto, em oito meses, temos que recuperar espaços que foram degradados ao longo de vinte anos. Portanto, temos que dar um bocado de tempo ao tempo. É só isso.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado Miguel Borges, faz favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Senhora Deputada Lucinda Fernandes, concordo em absoluto com tudo o que expôs. Reparo que 80% dos espaços desportivos citados foram edificados por Executivos Socialistas. Reparo também que esses mesmos espaços são geridos, aparentemente, não eficazmente, como refere, desde há mais de oito anos. Muito tempo em clima agreste em que as instalações não resistiram. Agora, senhor Presidente, corresponsável por essa gestão não eficaz dos espaços durante este longo período de tempo, associamo-nos às recomendações propostas e sugerimos que sejam ainda também considerados outros espaços, alguns deles até já referidos em intervenções anteriores e em reuniões deste mesmo órgão, nomeadamente os parques infantis, os pavilhões cimentados nos diferentes bairros e freguesias do concelho, entre outros.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado Miguel Borges, muito obrigado. Mais alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado deseja intervir? Senhor Deputado, faz favor.” -----

- **Bruno Andrade, Deputado (BE):** “Muito obrigado, senhor Presidente. É com agrado que vemos o grupo parlamentar do PSD vir com uma proposta no sentido de melhorar as condições para o desporto. Eu vou direto ao assunto. A pista que temos no estádio municipal está deteriorada. Segundo se sabe, o Município não tem financiamento, não há financiamento para compor a pista. Passámos dois anos de pandemia, se calhar a altura ideal para o anterior Executivo ter feito algo sobre a pista que tanto nos orgulha nesta cidade. E é com agrado e surpresa que vemos agora o grupo parlamentar do PSD vir a esta assembleia demonstrar uma tão forte vontade em melhorar as condições para os desportistas da Guarda. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguém, algum senhor Deputado deseja intervir? Não havendo, se o senhor Presidente da Câmara deseja intervir, faz favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Isto é caso para dizer: olha para o que eu digo, não olhes para o que eu faço. É mais ou menos esse o ditado do povo, senhor Deputado Bruno Andrade, do Bloco de Esquerda. É mais ou menos isso. E agora temos que andar a correr atrás do prejuízo. Efetivamente, o que é que foi feito em oito anos em matéria de requalificação de espaços desportivos? Foi feita apenas uma única intervenção nos pequenos polidesportivos dos bairros da cidade. Foi essa a intervenção que foi feita em oito anos. Eu sei bem daquilo que falo. E não será certamente, ou não seria certamente... isto já começa a ser um discurso redundante, hoje. Mas não é em oito meses que nós vamos reabilitar todos estes espaços desportivos. Mas vamos às contas, vamos aos números. O estádio municipal padece de várias anomalias. É para que fique em ata para que nós todos saibamos. As bancadas estão num estado deplorável. O edifício das bancadas avança para um estado cada vez mais deplorável. O relvado que foi colocado em 1986, salvo erro, era pelado até então, honra a quem o fez na altura, tem que ser todo renovado. Não é só o relvado, isso é o que nos dizem os técnicos, é toda a caixa. A pista tartan não existe. Aquilo é uma pelezinha que lá está, já ninguém pode correr em cima daquilo sob pena de poder ter uma entorse ou cair. No pavilhão do estádio, entra ar por tudo quanto é lado e já chove lá dentro. Montante do investimento: dois milhões de euros. Pavilhão de S. Miguel,

muito para além da pintura, a cobertura tem que ser arranjada. Todo o espaço interior que tem que ser arranjado. A requalificação integral de todo aquele espaço. Previsão de custos, dependendo da solução, pode variar entre meio milhão e um milhão de euros. Não se assustem, mas estes são os números. O Pavilhão do Inatel, como sabem não é do Município, está em comodato, algo do género, há uns anos a esta parte. Mas não deixa de ser um presente envenenado porque foi entregue já num estado avançado de degradação. Pois bem, os tais vidros foi a empresa de manutenção do espaço que os partiu, vai ter que os repor. Foi isso que os serviços retrataram. Mas nunca menos de meio milhão de euros para fazer a requalificação do Pavilhão do Inatel. No edifício das Piscinas estão a decorrer obras, está a ser feita alguma intervenção nas piscinas também, seja nos tanques exteriores e algumas melhorias no interior. Mas toda a requalificação daquele espaço, para além da eficiência energética: um milhão e meio de euros. E, por isso, ninguém nos dá, senhora Deputada, lições de manutenção. E por isso sejam bem-vindos à realidade escondida. E por tudo isto, senhoras Deputadas e senhores Deputados, não há financiamento. Nem há perspetivas, neste momento, de no próximo quadro comunitário de apoio haver financiamento para isto. Nós estamos a falar de uma verba que já se aproxima de cinco milhões de euros. Cinco milhões de euros para o qual, neste momento, não há qualquer garantia de financiamento. Mas estamos a tratar dos projetos de reabilitação porque é importante nós termos isso. E depois veremos, com um plano estratégico bem definido ao longo dos anos, como é que vai ser feita esta intervenção. Ou se temos que contrair algum empréstimo para fazer esta requalificação. Aí acho que estamos todos de acordo, porque os espaços desportivos, nos últimos oito, dez anos, senhor Deputado, têm sido pouco ou nada reabilitados. Têm sido uns paliativos. Têm sido paliativos e estamos num clima agreste, como todos sabemos. E, portanto, é este o montante do investimento. Mas não só. Nós devemos e queremos falar naquilo que está no nosso programa eleitoral, que foi aquilo que foi sufragado pelas pessoas, aquilo que os clubes da cidade e do mundo rural ambicionam, seja o campo sintético ambicionado pelo NDS há tantos anos, ou do clube de Casal de Cinza; e a necessidade de pavilhões cobertos no mundo rural, seja na zona sul do concelho, seja no Vale do Mondego, no Porto da Carne. Há esta necessidade. Não é só na cidade. É a descentralização da prática desportiva, é para isso que todos nós temos que trabalhar. Senhor Deputado, sobre a questão dos parques infantis, sabemos bem.

Estamos a tentar resolver. Não sabemos como, ainda. Ainda não transitou em julgado as multas de mais de cem mil euros por, nos últimos anos, não ter havido qualquer intervenção nos parques infantis. Cem mil euros, dava para recuperar dois ou três. Bom, mas os serviços técnicos a todo o momento nos fazem chegar o caderno de encargos para podermos lançar o primeiro concurso de reabilitação dos parques infantis. Estamos todos de acordo em relação a essa matéria. Senhor Presidente, muito obrigado. Mas eu há pouco esqueci-me, se me permite, senhor Presidente, ainda na intervenção anterior, sobre a questão do lítio que o senhor Deputado Bruno Andrade falou. No que diz respeito àquela última consulta, não tem a ver com lítio, tem a ver com quartzo, feldspato e outras areias especiais e foi dado um parecer negativo à DGEG. O ponto de situação é este. É aquilo que estava ao alcance da Câmara Municipal, por agora. No que diz respeito à consulta anterior do lítio, sabemos bem aquilo que foi falado na comunicação social. Não sei se foi isso que até nem levou à recondução, ou não, do senhor Ministro do Ambiente. Mas o que é facto é que o processo, daquilo que nos é dado a conhecer, está parado por agora. Veremos o futuro o que irá ditar sobre essa matéria. Muito obrigado, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Ainda uma Recomendação do Partido Social Democrata «Terra de ninguém». Não sei... senhora Deputada, faça o favor.” -----

- **Ana Rita Brissos, Deputada (PSD):** “Muito bom dia. Cumprimento o excelentíssimo senhor Presidente da Mesa da Assembleia e, na sua pessoa, todos os presentes. Fazendo uma ligação até com o que já foi dito aqui numa das áreas da agricultura, em que o senhor Presidente da Câmara referiu, e bem, que de facto os tempos que aí vêm serão complicados, são transversais às áreas. E esta temática que trazemos hoje, relativamente a esta recomendação, é exatamente neste sentido. «A sociedade é um organismo dinâmico e inacabado, por isso é importante a sensibilidade e a maleabilidade mental para muitas vezes se refazer criativamente o que em tempo foi solução e por vicissitudes da passagem dos tempos deixou de o ser. Os estratos sociais são por isso mutáveis e é sempre importante que as medidas sociais sejam aquelas que mais potenciem a supressão das necessidades da população. Temos atualmente o RSI,

que é o Rendimento Social de Inserção, que hoje não será aqui debatido e aprofundado relativamente à sua génese, mas que é medida que visa garantir mínimos sociais, protegendo os grupos com maiores fragilidades e vulnerabilidade, assim como garantir a continuidade de proteção às famílias em situação de pobreza. Seja qual for o número de beneficiários abrangidos por esta medida, serão sempre muitos e merecedores da nossa atenção e preocupação. O número de beneficiários no concelho da Guarda não é mínimo, com tendência crescente, face às circunstâncias nacionais e mundiais. Na sequência do Decreto-Lei 55/2020 passam para os municípios, entre outras, as competências do domínio da ação social. Não tendo o município da Guarda utilizado o Decreto-Lei 23/2022, solicitando a prorrogação do prazo das referidas transferências, assume desde o dia 1 de abril as respostas sociais que versam esta intervenção. No artigo 14º do Decreto-Lei 55 podemos ler, e passo a citar: “para efeitos do exercício de competências previstas no artigo 10º e 11º, são transferidas para o município os montantes às remunerações devidas aos trabalhadores afetos ao exercício das mencionadas competências”. Lamentamos que estas verbas, que eventualmente poderão ainda não ter chegado ao município, estejam a causar impacto negativo na vida dos técnicos que acompanham os beneficiários de RSI e Serviço de Atendimento e Aconselhamento Social, bem como as IPSS que até então assumiam a responsabilidade deste serviço. Temos, no concelho da Guarda, técnicos que estão sem auferir vencimentos desde o dia 1 de abril e outros que o estão a receber fruto do esforço que as IPSS fazem para realizar os pagamentos sem receber qualquer tipo de verba para este efeito. Estamos a falar de pessoas e suas famílias que têm compromissos financeiros e que vivem do seu rendimento e apenas. E de IPSS que têm de retirar verba de outras respostas para que os técnicos não passem a beneficiários. Gostaria a bancada do PSD de deixar a recomendação ao senhor Presidente da Câmara da Guarda de passar o município a avançar com o pagamento dos referidos técnicos e, desta forma, aliviasse o esforço das IPSS, voltando a trazer estabilidade a estas famílias. Consideramos que a liquidez da tesouraria de uma IPSS não é comparável com a de um município. E estamos em terras de ninguém, precisamente porque passaram três meses e ainda não foi formalizado o protocolo com os técnicos e com o município, sendo que estes já se encontram sob orientações do município.» Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Não sei se alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado deseja intervir? Senhor Deputado, pode intervir, mas já ultrapassaram o tempo em quase sete minutos. Peço-lhe que seja sucinto. Obviamente que ninguém corta a palavra. Muito obrigado. Só lhe peço, sucinto.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “O Decreto-Lei 55/2020 de 12 de agosto, realmente veio concretizar a transferência de competências no domínio da ação social para os municípios. Como sabemos, o município da Guarda deliberou a aceitação das competências no âmbito da ação social, o que determinou a assunção, a partir de 1 de abril 2022, de várias competências nesse âmbito. Como a deliberação já tinha ocorrido à data de publicação do Decreto-Lei nº 23/2022, de 14 de fevereiro, que prorrogou o prazo de transferência das competências para as autarquias locais, o aditamento não se aplicava ao município da Guarda, ao contrário do que é referido pela Deputada do PSD. Tendo em conta os constrangimentos verificados com a aprovação do último orçamento de estado, só pelo despacho Nº 7497 de 2022, de 15 de julho, veio recentemente a estabelecer os montantes a transferir para os municípios, tendo em vista o financiamento dos encargos assumidos com as competências descentralizadas no âmbito da ação social entre abril e julho de 2022. Tal como se pode verificar no referido despacho, cabe ao município da Guarda, para este período, a transferência de cento e vinte e um mil, setecentos e doze euros, cerca de quarenta mil, quinhentos e setenta euros por mês. Considerando os pressupostos anteriormente referidos, não se compreendem, de facto, os motivos que levam o município da Guarda a não transferir, desde já, para as IPSS que desenvolvam no concelho protocolo de RSI e os acordos de serviço de atendimento e acompanhamento social, os montantes respetivos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais algum... senhora Deputada, faz favor.” -----

- **Sandra Macedo Madeira, Deputada (PG):** “Bom dia a todos. Na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal da Guarda, permita-me que cumprimente todos os presentes e os que nos estão a acompanhar pelos meios digitais. Efetivamente o sistema económico não tem sido capaz de assegurar um pleno emprego e uma coesão social

efetiva. Nas últimas décadas, temos assistido a um crescente agravamento das condições sociais de vida, despoletando as situações de pobreza e de exclusão social. A economia de mercado apresenta sérias dificuldades em acompanhar as transformações sociais das sociedades atuais, seja ao nível do apoio à velhice, da proteção social, da saúde ou da educação. Perante este panorama, foi imperativo criarem-se estratégias de atuação que possibilitem uma resposta concreta aos problemas que os cidadãos enfrentam. Eis o surgimento de novas formas de organização económica, sendo uma delas a tão falada economia social. A comissão europeia salienta o papel preponderante levada a cabo pela economia social no equilíbrio do mercado, na diminuição da taxa de desemprego. Está mais do que provado que a economia social gera emprego, riqueza, favorece a integração e a coesão social. O Executivo Municipal assumiu, desde logo, o compromisso de desenvolver instrumentos facilitadores do fortalecimento do trabalho em rede entre todas as instituições com intervenção ao nível social, visando a procura conjunta de soluções para a melhoria das condições de vida da população. As IPSS, instituições particulares de solidariedade social, assumem atividades de reconhecida importância ao nível de inclusão social e de incremento da qualidade de vida, para as quais não existe financiamento, ou este é insuficiente por parte dos organismos centrais. Em 1 de junho, e convém lembrarmos, o município da Guarda entregou mais de trezentos e cinquenta mil euros em apoios extraordinários a catorze IPSS, fortalecendo, desta forma, a estabilidade funcional destas entidades, cofinanciando os projetos já aprovados e candidatados aos fundos do plano de recuperação e resiliência. Estes projetos contemplam, essencialmente, a ampliação das valências de apoio a idosos, construção e reconstrução de infraestruturas sociais, sejam lares, estruturas residenciais para idosos, centros de dia ou de acolhimento. Esta medida irá potenciar o investimento de onze milhões de euros, resultantes da execução destes projetos, e a criação de duzentos e dez postos de trabalho diretos. Equivale, portanto, ao aparecimento de uma grande empresa virada para a economia social. Necessário, sim, é que quem tem a responsabilidade de gerir os fundos do PRR tenha a noção da importância destes projetos para a dinâmica económica dos nossos territórios. De relembrar, também, a associação do município ao programa de alargamento de equipamentos sociais, sendo o PARES um programa governamental vocacionado para o apoio ao desenvolvimento e consolidação da rede de equipamentos sociais em território continental. Foram

abrangidos por este programa quatro instituições do nosso concelho, a saber: o Centro de Dia de Santana da Azinha, a CERCIG, a Santa Casa da Misericórdia da Guarda e a Fundação João Bento Raimundo. A integração do primeiro Centro de Formação para a Economia Social do país no Centro de Estudos Ibéricos, bem como o Polo do Observatório para o Envelhecimento inaugurado no Instituto Politécnico da Guarda e que irá permitir a partilha de informação entre os vários operadores do setor social, estão em linha com a atual política autárquica que ambiciona ver a Guarda a afirmar-se como um Cluster da economia social. Também convém não esquecer o apoio financeiro que foi prestado às associações culturais e desportivas, às associações humanitárias de bombeiros voluntários da Guarda, Gonçalo e Famalicão da Serra e às quatro equipas de sapadores florestais do concelho. Todas estas entidades desenvolvem um trabalho meritório junto da comunidade, abraçam de forma exemplar a causa pública pelo serviço público que prestam, seja na promoção do bem-estar das populações, no desenvolvimento socioeconómico do concelho, ou no apoio à vigilância, à prevenção e combate a incêndios rurais no nosso distrito. Também lembrar a formalização de protocolos de parceria com a Acriguarda, a Associação Floresta Viva de Fernão Joanes e a Junta de Freguesia de Valhelhas.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, peço desculpa por estar a interromper, mas agradecia-lhe que fosse sintética.” -----

- **Sandra Macedo Madeira, Deputada (PG):** “Tentarei e já estou mesmo no final. O grupo da Assembleia Municipal do Movimento pela Guarda felicita o Executivo pelo empenho que se traduzirá, certamente, numa melhoria das condições de vida das nossas populações e estamos convictos que esse Executivo não vai deixar mesmo ficar ninguém para trás. Só um pequeno aparte, resultante das intervenções do grupo parlamentar do PSD e do grupo parlamentar do PS, e aproveitar também para questionar o senhor Presidente da Câmara se, porventura, foi feito algum estudo relativamente à questão da transferência de competências da área social para os municípios, que está previsto no Decreto-Lei 55/2020. Bem-haja.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir? Senhora Deputada, faça favor.” -----

- **Ana Rita Brissos, Deputada (PSD):** “Portanto, relativamente à intervenção anterior da senhora Deputada, eu tive alguma dificuldade em conseguir enquadrar o que vem na sequência desta nossa apresentação. Até porque nós nunca colocámos em casa o valor e a verba que foi atribuído às IPSS. Nós falámos numa situação muito concreta que tem a ver com a transferência de competências e com o não pagamento que é, na prática, aquilo que está a acontecer aos técnicos que trabalham com esta área. Portanto, não tem, de facto, nada a ver. Nós até somos de opinião de que devem ser feitos esses apoios financeiros, mas nesta área específica não está a ocorrer. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Penso que não haverá mais... deseja responder? Faz favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Relativamente, ainda, a esta questão e não entendendo, realmente, como enquadrar a intervenção do PG neste ponto, apenas questionar se há ou não intenção da Câmara Municipal da Guarda aproveitar a experiência e o know how dos trabalhadores das instituições e da sua importante proximidade ao terreno e à realidade social do concelho, e celebrar, com as IPSS, os respetivos acordos e protocolos, passando a assumir a posição contratual do Instituto de Segurança Social que, como sabemos, se extinguiu. Para quando, senhor Presidente, a celebração desses acordos e protocolos e as transferências de verbas para as instituições, deixando ao senhor Presidente que não esteja no seu horizonte, no âmbito da reestruturação do organograma municipal em curso, assumir diretamente essas competências, sendo estas assumidas pelos técnicos que as vêm assumindo até agora.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se... faz favor. Sucinta.” -----

- **Sandra Macedo Madeira, Deputada (PG):** “Em resposta ao grupo parlamentar do PSD, Ana Rita, dizer-lhe que daí o meu parágrafo final a questionar diretamente o senhor

Presidente da Câmara se, de facto, foi feita alguma avaliação, algum estudo, acerca da transferência de competências.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Senhor Presidente, deseja intervir? Faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Muito obrigado, senhor Presidente. Senhora Deputada Sandra Macedo, bem-haja por nos recordar o trabalho que temos vindo a fazer, e um trabalho que demora meses a preparar, no apoio às associações do nosso concelho, seja ao nível das IPSS, seja ao nível das associações desportivas, culturais, aos nossos bombeiros voluntários, às nossas equipas de sapadores florestais. Mas devo acrescentar às nossas associações de produtores, às nossas associações que zelam pelo bem-estar animal e também aos produtores de mel. É este trabalho que nós nos propusemos fazer e é este trabalho que nós vamos fazer, escrupulosamente, sob esse ponto de vista, ao longo do nosso mandato. Sobre aquilo que é aqui referido, senhora Deputada, desconhecemos, em absoluto, que não esteja a haver pagamento aos técnicos. Desconhecemos, em absoluto, porque nenhuma das instituições nos fez chegar essa situação. Mas já lá vamos. Mas também devo dizer à senhora Deputada que é ilegal nós pagarmos aos técnicos diretamente. Isso é uma ilegalidade. Tem a ver sim com as instituições. E sobre aquilo que é referido sobre o estudo de impacto económico-financeiro do município, senhora Deputada, não existe. Não foi feito nem na parte social, nem na parte da educação. Podemos dizer que, neste momento, ao nível da educação, as contas ao primeiro quadrimestre têm um défice de duzentos mil euros, senhora Deputada. Senhoras Deputadas e senhores Deputados, duzentos mil euros. A senhora vice-Presidente, nas comissões de acompanhamento, é isso que anda a fazer reportar. E andamos, neste momento, a fazer negociação com a DGEstE e outras entidades para vermos como é que nós vamos estabilizar estas verbas. Ninguém pretende ganhar dinheiro com as transferências da educação. Não. Pretendo sim é estabilizar as despesas. Equilibrar as despesas com as receitas. E, portanto, neste momento, temos duzentos mil euros no primeiro quadrimestre de défice. Ao nível social, é um dos motivos do atraso nesta assinatura, senhora Deputada, porque há uma instituição, uma

das instituições visadas que, quer a DGAL, a Direção Geral das Autarquias Locais, quer o Instituto da Segurança Social, se os protocolos que estavam afetos a uma determinada instituição se estão, ou não, incluídos nas verbas. Porque, se estiverem, voltamos a entrar em défice. Andamos há dois meses à espera. Há dois meses, pelo menos, para não dizer mais, e já falámos com variadíssimas pessoas para que haja esta clarificação. Esperemos que a clarificação chegue ainda esta semana. É isso que nos dizem, que a clarificação vai chegar esta semana. Porque, senão, é mais uma competência que vai contribuir para o défice do equilíbrio da balança. Mas nós devemos dizer também que, ao nível da assunção das competências pelo Município da Guarda, nós não andamos a prometer tachos a nenhum técnico, nem a condicionar instituições em período eleitoral. Nós nunca o fizemos, nem nunca o vamos fazer e condenamos todos aqueles que ousaram ou ousarão fazer isto no futuro. Esperemos que isso nunca mais aconteça. O despacho, senhora Deputada, o despacho que diz a verba que Município da Guarda vai receber foi publicado a 15 de junho. O despacho governamental. É apenas e tão só a 15 de junho, dos quarenta e qualquer coisa mil euros por mês, que foi publicado, como bem sabe. Portanto, estamos a falar de há quinze dias atrás. E, por isso, bom, eu até agradeço que tenham colocado... até acabamos por agradecer este documento. Senhora Deputada, já vem é um bocado atrasada porque está marcada para sexta-feira a assinatura com as instituições. É para sexta-feira, portanto, olhe... é amanhã. Está a ver? Já sabiam? Ai já sabiam? Pronto, então, ok... acabei de ouvir isto. Acabei de ouvir isto. E, portanto, senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, é esta a nossa palavra de honrar os compromissos, sempre que nós tenhamos estabilidade financeira e sempre em comum acordo com as instituições. Porque aquilo que nós dissemos às instituições foi que por agora, (não é verdade senhor Chefe de Divisão e senhora Vice-Presidente?) até ao final do ano, é assim que vai ser. Vamos estabelecer os protocolos com as instituições para haver a estabilização das competências, para que as competências tenham a sua continuidade, naturalmente. E o futuro a Deus pertence no que diz respeito a essa matéria. O que importa agora é que amanhã serão assinados os protocolos com as três instituições. Muito obrigado, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Permitia-me sugerir, até porque a Lei diz que o período antes da Ordem do Dia tem uma duração máxima de 60 minutos, devemos estar aqui com os relógios muito desfasados do normal. De qualquer modo, temos dois Votos de Congratulação e eu permitia-me sugerir que, após estes dois Votos de Congratulação, interrompêssemos para almoço e o ponto da ordem 2.1 e subsequentes ficassem para depois de almoço. Dava a palavra ou grupo do PG.” -----

- **Paulo Teixeira, Deputado (PG):** “Exmo. senhor Presidente da Assembleia Municipal, na sua pessoa, permita-me que cumprimente todos os presentes e aqueles que nos acompanham através dos meios digitais e que faça uma breve apresentação do motivo deste Voto de Congratulação. Permita-me que comece por saudar o senhor Presidente da Câmara pela organização dos festejos do Santos da Guarda. Mas não só ao senhor Presidente, esta saudação deve ser dirigida a todos os colaboradores da Autarquia que, incansavelmente, durante duas semanas, tudo prepararam e dispuseram. Não foram, como é obvio, apenas duas semanas, mas muito tempo de contactos, de preparação, coordenação e que, de facto, culminou com tudo aquilo que nós vimos, a participação do maior número de bairros e associações da nossa cidade. A todos eles este voto de reconhecimento se estende. Foram eles os atores principais, sem os quais tudo era impossível. Penso que, em nome da Guarda, posso aqui dizer bem-hajam. Mas também, senhor Presidente, destaco a feira de São João que decorreu num novo espaço, uma nova e forte aposta que, pelos contactos com os envolvidos, população e comerciantes, me pareceu de grande agrado para todos. Por que não, deixo desde já o repto, a realização da feira anual de São Francisco neste novo espaço? Por que não outras feiras, mercados? Tenho a certeza que V. Exa. Saberá, de forma ponderada, e ouvindo todos, tomar a melhor decisão. Também as diversas Juntas de Freguesia, que em parceria com o Município, merecem o mesmo reconhecimento por continuarem a dinamizar as diversas atividades que promovem, não só de forma contínua a vida comunitária, como atraem pessoas para o nosso tão querido mundo rural, raízes de muitos de nós aqui presentes. Por estas razões, a Assembleia Municipal da Guarda, reunida a 30 de junho de 2022, delibera atribuir o Voto de Congratulação ao Executivo Municipal, aos colaboradores da Autarquia, a todos os bairros e associações que participaram nas

comemorações dos Santos da Guarda. Que este mesmo Voto se estenda às Juntas de Freguesia rurais, associações, assim como dado a conhecer a essas comunidades.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se algum senhor Deputado se deseja pronunciar? Senhora Deputada, faz favor. Depois já lhe dou a palavra, senhor Deputado. Muito obrigado.” -----

- **Manuela Fernandes, Deputada (PS):** “Ora, muito bom dia. Na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal, cumprimento todos. Ainda bem que a situação atual nos permite regressar a uma normalidade em que podemos conviver e celebrar o que nos distingue e as nossas raízes. Os festejos dos Santos da Guarda e os festivais de Cultura Popular são de facto importantes e foram uma importante dinamização sociocultural, pelo que todos os envolvidos estão de parabéns. Importa, no entanto, referir que gostaríamos que regressassem as marchas de cada um dos nossos Bairros e estamos certos de que, com um melhor planeamento no próximo ano, será possível dispensar a importação maciça de Lisboa. Lisboa e Porto, também no pós-covid, os Santos Populares regressaram com o foco nas tradições e identidade de cada terra. Gostaria, também, de novamente chamar à atenção que todos nós fomos eleitos para defender os interesses dos guardenses e da Guarda e que os Votos de Congratulação não devem ser banalizados, devendo ser atribuídos a situações excecionais. Assim, e reforçando os parabéns a todos os envolvidos, a bancada do Partido Socialista irá abster-se pelas razões atrás descritas.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Senhor Deputado João Correia, faça favor.” -----

- **João Correia, Deputado (PSD):** “Exmo. senhor Presidente, os meus cumprimentos e autorize que, na sua pessoa, cumprimente todos os presentes e os que nos assistem através de meios audiovisuais. Eu não tenho qualquer dúvida em elogiar e louvar as associações, as juntas de freguesia, os funcionários, os colaboradores da autarquia, na execução de tão difícil tarefa que foram as festividades que recentemente terminaram. Não consigo entender por que razão incluímos quem tem obrigação de organizar, porque é que está incluído neste voto de louvor o Executivo Municipal. Parece haver

uma necessidade constante de elevar o líder, antes que alguém questione ou ponha em causa. Por outro lado, não nos parece que as atividades que estiveram diretamente a cargo do Executivo, tenham corrido de forma exemplar ou intocável. Na noite do desfile da marcha, todos percebemos a irritação na expressão de alguns responsáveis. Há que separar o trigo do joio. Este louvor não pode usar o bom nome das associações e das juntas de freguesia para escudar o menor desempenho da autarquia. Já sabemos, oito meses de mandato de quatro anos. Oito meses. Assim, haja coragem política para apresentar... não sei se na próxima Assembleia iremos ouvir dez meses, na outra, catorze meses. Chega! Assim, haja coragem política para apresentar à votação dois votos de louvor distintos, e não misturar alhos com bugalhos. Porque, afinal, infelizmente, nem tudo foi festa.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se havia mais algum senhor Deputado inscrito? Não. Senhor Presidente, deseja intervir? Faz favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Sim, muito rapidamente, senhor Presidente, muito obrigado. Senhora Deputada, em relação à questão das marchas populares, já esclareci, dez, vinte vezes. Pela primeira vez, a organização, que foi o Executivo que desafiou os chefes de divisão e os colaboradores, a quem muito agradecemos o trabalho que tiveram, mas partiu do Executivo. Quando o Executivo não faz, não faz. Quando faz, é porque faz. Não é assim, senhor Deputado? Mas bem-hajam a todos os colaboradores da Câmara Municipal, às associações que se envolveram e a todos os voluntários que se envolveram, em todos os doze bairros da cidade, para que nós pudéssemos ter uma excelente organização deste excelente evento que foram os Santos da Guarda. Mas, senhora Deputada, pela primeira vez, dizia eu, que nesta sala pela primeira vez, de uma forma democrática, foi entre os bairros que se tomaram todas as decisões. E nessa reunião democrática havia apenas, a certa altura, depois de muito diálogo, havia apenas uma associação que estava predisposta a fazer as marchas populares com o fardamento de anos anteriores. Não fazia sentido termos apenas uma única marcha. E, portanto, aquilo que se acordou foi que este ano viriam marchas de fora e no próximo ano, e é a partir de agora que se começa a trabalhar, venham todos os bairros, se possível, fazer

as marchas da cidade. Foi esse o nosso compromisso e foi aquilo que nós dissemos já publicamente. Muito obrigado, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Colocava o voto à votação.” -----

----- **Resultado da votação do Voto de Congratulação** -----  
- Aprovado, por maioria, com quarenta e sete votos a favor e vinte e oito abstenções. --

-----  
- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Permitam-me... faz favor.” -----

- **João Prata, Presidente da Junta de Freguesia da Guarda (PSD):** “Bom dia senhor Presidente, aos senhores distintos Membros da Mesa e ao senhor Presidente da Câmara, aos senhores Vereadores e aos senhores Deputados e aos senhores Técnicos da Câmara Municipal da Guarda e, naturalmente, a quem nos assiste e aos Técnicos que aqui acompanham o trabalho da Comunicação Social, bem como ao público que nos deve estar a acompanhar na internet. Dizer o seguinte. Votei a favor deste voto de congratulação e achei interessante a intervenção que aqui foi produzida, quando alguém veio aqui dizer que não devemos banalizar os votos de congratulação. Por acaso, aqui, na última Assembleia Municipal, nós fizemos aqui um voto de congratulação precisamente vindo da bancada que agora vem dizer que não devemos banalizar os votos de congratulação. E, neste caso, há um motivo para fazer este voto de congratulação. E o caso concreto, e por essa razão eu votei a favor, é que este voto de congratulação é, acima de tudo, um voto de congratulação para a população da Guarda no seu todo. Não só para a Câmara Municipal da Guarda, não só para quem organizou estas festas, mas para toda a comunidade do concelho e da cidade da Guarda. E não foi só a Câmara que também colaborou nesta iniciativa, sendo a principal protagonista, não só os bairros, a freguesia também deu toda a sua colaboração, porque, acima de tudo, e é esta a razão principal do voto, senhor Presidente da Assembleia Municipal e senhores Deputados, é que veio a confirmar-se que esta estratégia iniciada em 2013/2014 estava correta e fazia parte da proposta de governo apresentada pelo partido do qual eu sou militante, com muita honra e com muito gosto. Veio-se a provar

que esta estratégia está correta. Ela pode ser melhorada? Seguramente que sim. Já aqui ouvi falar, não sei quem foi o senhor Deputado, peço desculpa, não apanhei o nome, da mudança da feira para o Polis. Eu peço desculpa, alguém falou neste tema. Não me recordo agora do nome do Deputado, mas quero dizer que eu subscrevo... o senhor Deputado Paulo. Estou inteiramente de acordo consigo. Correu muito bem a feira lá em baixo, penso que podemos retificar e melhorar. Eu próprio já sugeri ao senhor Presidente da Câmara que devemos criar um transporte próprio, associado à ideia da Feira, para as pessoas saberem onde é que é, de meia em meia hora. Enfim, são sugestões que podem ser... mas queria dizer que eu subscrevo a sua intervenção. E dizer aqui, as festas dos Santos da Guarda ou dos Santos do Bairro... esta coisa das terminologias... isto é como no 25 de Abril. No dia 24 de abril era a Ponte Salazar e no dia 25 de abril passou a ser a ponte da Liberdade, ou a Avenida da Liberdade, ou da democracia. Era Santos da Guarda, passou a Santos do Bairro. Acima de tudo, a linha estratégica está lá e é bom que seja mantida porque foi uma proposta do Partido Social Democrata, do qual eu me honro e seguramente, todos os Deputados aqui presentes, indistintamente da cor partidária, estão também de acordo. Foi uma grande vivência da comunidade que nós devemos, obviamente, melhorar e aprofundar com a colaboração de todos. De todos. E quando eu digo de todos refiro-me às associações, refiro-me à câmara, refiro-me às juntas de freguesia, na qual se inclui também a freguesia da Guarda. Dizer, por último, uma palavra de agradecimento aos quatro bairros que, pela primeira vez, participaram nos Santos da Guarda. Para mim continuam a ser os Santos do Bairro. Mas agora é Santos da Guarda, diremos Santos da Guarda. Mas aos quatro novos bairros que participaram, uma palavra especial de agradecimento para esses quatro bairros que muito fizeram. Pela primeira vez não é fácil de organizar estas coisas. Também já assei muitos frangos e já virei muitas sardinhas. De todas as formas, uma palavra de agradecimento para esses quatro bairros. E esperemos que para o ano, naturalmente, com a colaboração de todos, possamos aprofundar ainda mais este conceito dos Santos da Guarda, que há algo que é inovador a nível nacional, embora se façam festas dos santos populares em muitos locais com muita tradição. Mas essa tradição é bom que esteja a ser ganha aqui, como foi a questão do caldo de grão. Muito obrigado senhor Presidente e é esta a razão da minha declaração de voto.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Creio que há um... senhor Deputado Rui Ribeiro, faz favor.” -----

- **Rui Ribeiro, Deputado (PS):** “Não pondo em causa a forma como decorreram os festejos e a valia que foi, ainda para mais após um período de dois anos em que todos nós já sentíamos falta de algum tipo de festejos destes, e, portanto, reconhecendo embora o papel dos técnicos que se empenharam e de todas as pessoas que estiveram envolvidas, achamos sim que houve aqui, que há nesta moção, e não sejam inocentes, este voto é dirigido ao Executivo. Quer dizer, os outros assumem aqui um papel secundário. Não acreditamos que este seja um feito excepcional e, portanto, nessa medida, acreditamos sim que há aqui alguma banalização destes votos de louvor. Coisa diferente é, por exemplo, a moção que nós tínhamos apresentado atrás, que é um ato de cidadania de alguém de quem não se espera nada, ou, pelo menos, não é legítimo esperar que faça mais do que os outros e sobre o qual, com muita pena minha, não ouvi nenhuma declaração de voto de quem se absteve. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Tenho aqui, foi entregue à Mesa, no início desta Assembleia, um Voto de Congratulação pelo grupo PG, porque ontem, em Diário da República, no espaço do Ministério da Administração Interna, foi publicado um voto. E este Voto diz assim: «Exmo. senhor Presidente da Assembleia Municipal da Guarda, caro Executivo, senhores Deputados, Técnicos, Comunicação Social e Público em geral. Apresentamos este Voto de Congratulação de forma extraordinária após conhecimento por publicação do dia 28 de junho, em Diário da República, da atribuição do louvor e condecoração do Comando Territorial da Guarda, da Guarda Nacional Republicana, com a Medalha de Serviços Distintos de Segurança Pública, no grau ouro. Passando a citar sumariamente o referido no dito despacho: “Pela excelência do serviço público prestado e reconhecido espírito de bem servir dos seus militares e civis, devem os serviços prestados pelo Comando Territorial da Guarda ser qualificados de elevado mérito, relevantes, extraordinariamente importantes e distintos para a segurança pública, deles tendo resultado honra e lustre para a Guarda Nacional Republicana e para Portugal”. De relembrar que com uma área de atuação de mais de cinco mil quilómetros quadrados,

distribuído por vinte e cinco postos territoriais, os militares da Guarda Nacional Republicana desempenham nas competências que lhe são atribuídas um elevado profissionalismo. A cooperação além fronteiras com a Guardia Civil, nomeadamente com a Comandancia de Salamanca, é um fator chave que merece relevo e dignificado, assim como o projecto e-Guard, que faz o acompanhamento das pessoas idosas do distrito, através de teleassistência. Por estas razões, a Assembleia Municipal da Guarda, reunida a 30 de junho de 2022, delibera atribuir um Voto de Congratulação aos militares do Comando Territorial da Guarda pela atribuição desta nobre distinção, mas sobretudo pelo seu profissionalismo e ação. Que o mesmo seja dado a conhecer ao referido Comando e a todos os seus militares dos vinte e cinco Postos Territoriais.» Se algum senhor Deputado se deseja pronunciar, tem a palavra agora. Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Como é óbvio, iremos votar favoravelmente. Aqui está um Voto de Congratulação colocado no momento certo, de forma correta pelo mesmo Movimento, lido pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal e, portanto, claramente, o Partido Socialista irá votar favoravelmente.” -----

- **Dulcineia Moura, Deputada (PSD):** “Reiteramos, também, e aqui em representação do Partido Social Democrata... sim, senhor Presidente, posso?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Pode, pode. Faz favor.” -----

- **Dulcineia Moura, Deputada (PSD):** “Desculpe, pensava que me estava a querer interromper. E aproveitamos, ainda, claro que estamos do lado do Voto de Congratulação, mas aproveitamos para estender as nossas felicitações, neste caso de o particularizar, não estender, ao senhor Comandante Territorial da Guarda, Coronel Cunha Rasteiro, que sabemos que tem sido timoneiro neste Comando e que tem mantido um diálogo de cooperação e de proximidade muito profícua entre as forças e numa zona de fronteira como é a nossa. Portanto, estamos do lado deste Voto de Congratulação. Muito obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Não sei se mais algum senhor Deputado se deseja pronunciar?” -----

----- **Resultado da votação do Voto de Congratulação** -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta e cinco votos a favor. -----

-----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Interromperíamos, então, para almoço e recomeçaríamos... a Mesa aceita sugestões. 14h00? Eu sugeria impreterivelmente às 14h00 porque ainda não começámos no ponto da ordem de trabalhos. Muito obrigado.” -----

---

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados, eu permitia-me chamar a atenção para que é quase completamente impossível à Mesa proceder à contagem porque os senhores Deputados quando saem e se ausentam da sala, quando regressam não ocupam a cadeira que antes estavam a ocupar. Alguns, não são todos, é óbvio. E, portanto, eu pedia a especial atenção para ocuparem as cadeiras que ocupavam antes de sair, porque senão é quase impossível fazer a contagem e saber quem está. Muito obrigado. Dr. João Correia, a título fora de prazo, pediu para dar uma informação. E então pedia-lhe, se está preparado, se fizesse o favor antes de entramos na ordem do dia bom.” -----

- **João Correia, Deputado (PSD):** “Bom, senhor Presidente, com a sua autorização e com a autorização da Mesa, os Deputados que representam esta Assembleia Municipal na CPCJ da Guarda pretendem dar conhecimento a este Órgão de uma situação que reportamos de grave. Dentro das comissões em que a Assembleia Municipal se faz representar, há uma que reporto, eu e penso que todos nós, de elevada importância, que é a Comissão de Proteção de Jovens e Crianças, CPCJ. A Assembleia Municipal designou quatro elementos aqui eleitos na Assembleia. Designou quatro elementos, digo eu, para ser representada na CPCJ da Guarda. A comissão tem o regulamento próprio, é composta por elementos de diversas proveniências e é composta por uma comissão restrita e uma comissão alargada. A comissão restrita é, no fundo, permanente

e trata diretamente os assuntos relacionados com as crianças e os jovens em risco, e uma comissão alargada que, no fundo, prepara as tarefas do ano e faz a apresentação do plano de ação. Esta comissão alargada reúne uma vez por mês. Ambas as comissões têm uma figura extremamente importante, como em tudo, que é o Presidente. Em fevereiro deste ano, o Presidente foi eleito do grupo de compostos ou componentes, melhor dito, desta comissão ou de comissários como se deve chamar. Ser Presidente implica passar a trabalhar para a comissão a tempo inteiro, o que tem, como consequência, que a instituição de onde é originário deixa de contar com ele, ou seja, perde um funcionário. Neste caso, por decisão da direção local da Segurança Social, o elemento que foi eleito, e torno a repetir, eleito para Presidente da comissão foi obrigado a regressar à Segurança Social. E foi designado outro elemento substituto, que não é Presidente, é substituto e está a tempo parcial. Este assunto, e estamos a falar de fevereiro, este assunto foi comunicado... aliás, o Presidente teve funções durante cerca de vinte dias, não mais do que isto. Foi comunicado à Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco e, também, obviamente, ao Ministério Público. As reuniões da comissão alargada têm acontecido presididas pela secretária, o que pode acontecer, obviamente, e tem sustentabilidade legal, se ocorrer de vez em quando, mas não em permanência. Mas o trabalho na comissão restrita, obviamente, está comprometido, com vários processos em atraso. Para terminar, só lembrar que na semana passada os média voltaram a proclamar a importância das CPCJ. E é isto que eu trago. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Antes de começarmos, uma nota informativa que a Junta de Freguesia da Guarda me pediu para ler. «Nos próximos dias 04, 05 e 06 de julho vai decorrer na Freguesia da Guarda uma ação de rastreio à Doença Pulmonar Obstrutiva Crónica, através da realização de espirometrias à população com hábitos tabágicos. A realização dos testes do rastreio não comporta qualquer custo adicional para os cidadãos e tem como principal objetivo despistar eventuais indícios da patologia que em 2018 implicou um total de 2834 óbitos (8 óbitos por dia), 2.5% da mortalidade total registada. Trata-se de uma organização da Fundação Portuguesa do Pulmão com a Boehringer Ingelheim Portugal a que a Junta de Freguesia presta toda a colaboração e incentiva os cidadãos a participar no dia 04 na

sede da freguesia de Freguesia e nos dias 05 e 06 de julho nos serviços na Guarda-Gare entre as 8h30 e as 17h00. A realização dos testes de rastreio é coordenada por um técnico de cardiopneumologia.» Era esta a nota que queria deixar aqui. Vamos entrar no ponto da ordem do dia, ponto 2.1.” -----

### **Período da Ordem do Dia**

#### **Ponto 2.1 - Assuntos de Interesse Geral Municipal.** -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Pela ordem de entrada, tem a palavra o PG, faça favor. Sobre o tema saúde.” -----

- **Tiago Gomes, Deputado (PG):** “Exmo. senhor Presidente, nem a propósito, o tema da saúde depois desse anúncio da Freguesia da Guarda, a qual também parabenizo e dou os parabéns à freguesia da Guarda pela realização deste rastreio. O tema, como disse, que o grupo municipal Pela Guarda traz a debate é a saúde. A saúde que, segundo a Organização Mundial de Saúde, consiste no bem-estar físico, mental e social e não apenas na ausência de doença. Por isso mesmo existem vários ramos e áreas que procuram dar uma resposta às várias necessidades do indivíduo. Desde a economia e políticas de saúde, que o senhor conhece, passando pela medicina preventiva, os cuidados saúde primários, hospitalares, continuados, paliativos, entre tantos ramos, entre tantas áreas que se juntam. E assim é que deve ser. Juntos e unidos num só bolo para fomentar uma boa saúde de toda a população. Chegam-nos notícias na televisão, pela rádio, pelos vários jornais, alarmantes, que muitas das vezes, e com razão, criam alarme social. Até mesmo, às vezes, declarações de responsáveis da área da saúde. Pois, a saúde é um pilar fundamental e funcional da sociedade. Serviços carenciadas a que, infelizmente, a nossa o ULS não foge à regra e que levam a longas listas de espera. Serviços de urgência encerrados por falta de profissionais por esse país fora. VMER’s, ou seja, viaturas médicas de emergência e reanimação, inoperacionais como foram o caso da Covilhã e da Guarda que atingiram um pico de 20%. E para terem ideia, a informação do dia de ontem do INEM, só a da Guarda esteve duzentas e vinte horas, durante o mês de maio, inoperacional. Tudo isto põe em causa o serviço prestado. Não pretendo criticar ninguém ou apontar o dedo seja a quem for, mas sim que o tema não seja

esquecido e, senhor Presidente da Câmara, continue aquilo que prometeu na área da saúde. E esta intervenção serve sobretudo para o relembrar disso. Sabemos, também, segundo notícias da comunicação social, tem vindo a ocorrer a estreita e frutuosa comunicação com o conselho de administração da ULS da Guarda, com ordens profissionais ligadas à saúde, pedindo e exigindo mesmo que os maiores problemas, desde a falta de profissionais até às condições, sejam resolvidos. Com isto, deixo também um alerta lançado para que a medicina preventiva não seja esquecida, como lembra tão bem a Fundação Portuguesa da Luta Contra a Sida que esta semana, sobretudo na área educacional das doenças infetocontagiosas e sexualmente transmissíveis, deixou este alerta para que não sejam esquecidas as populações do interior que ficam sem esse ensinamento nas escolas. Mas permitam-me falar dos cuidados primários também e da proximidade que, além de alargados, devem ter e ser um foco importante na política de saúde. Mais meios para a saúde na comunidade, para o apoio ao domicílio. A abertura das extensões de saúde rurais - e temos aqui tantos Presidentes de Junta - que foram encerradas antes da Covid e com a desculpa da Covid e que teimam em não abrir. Essas mesmas Juntas, sim, essas mesmas Juntas, todas elas, não apenas aquelas que fazem parte da ANAFRE, mas sim todas elas que contribuíram com apoios para a área da saúde na altura do Covid. É público o apoio também que o senhor Presidente de Câmara já atribuiu para o projeto de reabilitação de pavilhões do Parque da Saúde. Esse parque, ex libris também da nossa cidade. Se há pouco falávamos do centro histórico também podemos falar deste parque, património histórico e identitário. Todos conhecemos: Guarda, cidade da saúde. Sabemos o investimento feito para o Centro Nacional do Envelhecimento Ativo, não só do senhor Presidente de Câmara, mas de outros intervenientes que saudamos também. Para além da nova dinâmica ao espaço, à saúde e atratividade, esperamos que esta aposta seja uma aposta vencedora e não apenas uma maré. Mas não se esqueça de sempre exigir mais. Não se esqueça que é necessário mais. Não se esqueça que queremos a segunda fase do hospital da Guarda. Queremos a segunda fase do hospital da Guarda que as obras sejam completas. Tanto nos dá que seja numa fase 2.1, numa fase 2.2, numa fase 2.3 ou numa fase 2.4, mas que elas sejam completas como foram prometidas. E como foram prometidas porque a Guarda merece, os guardenses merecem. E foram todos eles, assim como os profissionais de saúde que, respeitando orientações e estando na linha

da frente no combate, e foram vários profissionais como já disse, pais, professores, todos nós que aqui estamos, presidentes de junta que já referi, todos esses, sim, merecem um louvor. A Guarda merece pois não se conta apenas com um grupo, mas um conjunto de todos os cidadãos da Guarda. Não banalize, como muitos fazem. E eu referia as promessas. Essas promessas que o senhor fez durante a campanha eleitoral...”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, peço-lhe...” -----

- **Tiago Gomes, Deputado (PG):** “É mesmo para terminar. Vá à frente. À frente de edifícios alvo de tantas e falsas expectativas, como aconteceu nesta praça há alguns anos atrás essa promessa da segunda fase do hospital. Lute. É isso que, nós que aqui estamos, esperamos de si. E sim, repito, todos. E como há bocadinho a senhora deputada Dulcineia dizia: o nós. Todos nós queremos, da direita à esquerda, uma Guarda e um compromisso, queremos mais e melhor saúde. Queremos compromisso e liderança para os levar a cabo. Queremos acreditar, trabalhar e construir para a Guarda, que tanto merece e deseja. Conte connosco, que todos nós contamos consigo para continuar a bater a todas as portas. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se algum senhor Deputado deseja intervir nesta matéria? Senhor Presidente da Câmara, se deseja intervir. Peço desculpa. Perguntei e ninguém levantou o braço, passei à frente. Muito obrigado. De qualquer maneira, peço desculpa.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Boa tarde. Espero que o almoço tenha sido saboroso para todos. Dizer-vos que, neste momento, como é obvio, nós também estamos preocupados com a saúde. E estamos, neste momento, a assistir àquilo que não devíamos estar a assistir, neste país, relativamente à questão da saúde. E apoiando nós, neste momento, o Governo, achamos que não faz sentido aquilo que neste momento estamos a verificar ao nível da saúde. De qualquer forma, dizer-vos que no caso do pavilhão 5, o auto de consignação estará para breve. Todos sabemos exatamente o que é que está a acontecer. Atualmente, 80% das extensões de saúde do concelho da Guarda têm médico de família. Tenho a informação que Vila Garcia e Rochoso não terão ainda essas valências, no entanto, em setembro, tal estará concluído. Está feita uma

candidatura para que a Unidade de Saúde da Ribeirinha ocupe o pavilhão António Lencastre e, portanto, a ULS deixe de estar a pagar, neste momento, aquilo que está a pagar pela USF Ribeirinha. E dizer-vos também, e agora referindo-me à Deputada do CDS, que está também prevista a constituição de uma USF Carolina Beatriz Ângelo, localizada agora no Centro de Saúde que deverá iniciar funções em setembro deste ano. Por outro lado, dizer que fomos todos capazes, de uma forma exemplar, dar resposta capaz e eficaz, num momento crítico, em que todos reconhecemos o notável empenho e dedicação dos profissionais de saúde. Todos nos lembramos de quando se batiam palmas à varanda e nos manifestávamos pelo seu reconhecimento. Todos nos devemos associar à melhoria dos cuidados, bem como à melhoria das condições de trabalho, de salário e progressões das carreiras destes profissionais. Ainda assim, é do equilíbrio da discussão honesta e aberta que nascem as soluções e também por isso acreditamos que a saúde, na Guarda, verá reforçada a sua capacidade de resposta aos nossos concidadãos. Terá sempre o Município de fazer a sua parte. Todos nos lembramos que o senhor Presidente no debate, no período eleitoral, prometeu reuniões mensais e comprometimento absoluto com a ULS, que cremos estarem a acontecer. Deixamos, assim, ainda algumas propostas do nosso programa eleitoral para que possa considerar como inspiradoras da sua ação proativa: promoção de transporte para as instituições de saúde de e para as freguesias rurais; promoção de uma política de saúde que contemple os cidadãos com necessidades especiais; e desenvolvimento de campanhas de promoção de estilos de vida saudáveis, nomeadamente aquilo que nos foi trazido pela Junta de Freguesia da Guarda, antitabágicas e outras. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais algum senhor Deputado desejar intervir? Senhor Presidente da Câmara, deseje dizer alguma coisa sobre o tema? No fim de tudo? Muito obrigado. Permitam-me apenas, em nome da Mesa, dizer que não há nenhum interesse em cercear qualquer intervenção, no entanto permito-me dizer que todos estes temas vieram fora do prazo. O que o regimento diz é que são cinco dias úteis. Vieram todos fora do prazo. Tenho nota de que o PG veio no dia 23. É a nota que eu tenho aqui, o apontamento. Estes são cinco dias úteis. Quinta-feira é fora do prazo. Cinco dias úteis. Mas vamos em frente. Senhor Deputado, se eu tiver um jogo de futebol às quatro da tarde, fechem-me a

porta às quatro da tarde e eu for para a bicha para tirar o bilhete às quatro menos cinco, é evidente que tenho todas as perspetivas de não conseguir entrar no estádio. Deixam tudo para a última da hora, portanto, não é fácil. Mas avancemos. De qualquer maneira...” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “A questão é completamente diferente, senhor Presidente. Isto não é entrar fora de prazo num jogo de futebol. Nós aquilo que fizemos foi tentar entrar dentro do prazo do jogo de futebol. O problema é que o estádio estava fechado...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “O jogo de futebol era dia 22, não era a 23.” --

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Mas o estádio estava fechado porque nesse dia a plataforma não estava aberta, senhor Presidente. A plataforma não estava aberta nesse dia, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Pronto, não há problema. Senhor Deputado, só me permito é chamar à atenção de que tendes dois temas para tratar e, neste momento, só tendes dois minutos e um segundo. É só isto. Portanto, descontrolam o tempo... Vamos em frente para não perdermos tempo. Partido Social Democrata: centro histórico. Senhora Deputada, faça favor.” -----

- **Helena Saraiva, Deputada (PSD):** “Boa tarde. Na pessoa do senhor Presidente cumprimento todos os presentes e também os que estão a assistir à distância. O centro histórico da Guarda, no momento presente, parece estar numa situação de pré-falência. A praça Luís de Camões, nos últimos meses, tem estado praticamente deserta, com aspeto de abandono total, pouco cuidada e sem vida, tal como foi também evidenciado aqui hoje noutras intervenções. Valha-nos a situação dos últimos dias em que foi retomada a iniciativa da extensão dos bares situados naquele espaço envolvente. Pelo menos essa situação foi reconduzida. No entanto, será de questionar porque é que encerram habitualmente todos os estabelecimentos que se encontram num espaço privilegiado, que deveria ser a sala de visitas da cidade, às vinte horas? Quando é às vinte horas, quando não é às dezanove. Isto para já nem falar do que acontece

habitualmente todos os domingos na Praça Luís de Camões e no centro da cidade em geral. Um turista que chega à Guarda vai visitar a Sé e o espaço envolvente e o que é que encontra? Encontra uma Praça deserta, com estabelecimentos, poucos, e a maior parte fechados a partir das dezanove/vinte. Nós sabemos que o inverno é difícil, mas isto acontece mesmo na primavera e mesmo no início do verão. Quem saia da Sé, depois de visitar a Sé, e vá visitar a Torre dos Ferreiros, o que é que encontra? Uma rua cheia de espaços comerciais, alguns recentemente renovados, mas praticamente todos, com raras exceções, encerrados, vazios e praticamente devolutos. Em particular a situação verificada na Rua dos Ferreiros, um entre os eixos principais do centro da cidade, necessita de intervenção urgente. Um choque fiscal que vá para além das medidas atualmente existentes e previstas na lei até agora, envolvendo não só a eventual devolução de impostos e taxas de cariz municipal, para além destes já previstos, mas ainda um sistema de incentivo à instalação de entidades naquele local e à implementação do sistema de rendas controladas para aqueles espaços. E para aqueles espaços que funcionem em permanência. E permitam-me reforçar a expressão permanência. Este sistema poderia ser extensivo pelo menos ao espaço da Praça Luís de Camões e preferivelmente a todo o centro histórico, mas se não têm passado na rua dos ferreiros, por favor, vão lá dar um passeio e verifiquem. Quem se desloca à porta principal da Sé Catedral o que é que vê? Vê uma casa, que outrora foi emblemática, num espaço nobre da cidade, virada à porta principal do principal monumento, como já disse com vários séculos de história, que poderá ainda esconder alguns elementos históricos consideráveis, e o que é que a Câmara Municipal da Guarda considera fazer? Um parque de estacionamento. Um parque de estacionamento de maior ou menor dimensão, mas sempre um parque de estacionamento. E agora eu pergunto. Terá a Guarda um património edificado assim tão abundante que até se possa dar ao luxo de o arrasar para criar espaços de estacionamento? Será o mesmo parque tão essencial? Não haverá outros locais que não impliquem a perda de património? Assim de repente não me ocorre mais cidade nenhuma que queira atrair mais automóveis para o centro da cidade. Pelo contrário. Só me ocorrem exemplos precisamente do contrário. Não faria sentido voltar a incentivar o trânsito pedonal no centro da cidade, criando um movimento que alimentasse os negócios que ali deviam estar e os poucos que ainda existem e conferindo animação? Animação é vida. Por falar em animação, sabendo que a Guarda,

em especial o centro, tem este problema, não seria de o dinamizar criando iniciativas frequentes, não só compostas por eventos de alguma dimensão, mas também por pequenos apontamentos de iniciativas de escolas, de associações, de grupos recreativos, que coordenados e solicitados pela Câmara Municipal aí pudessem ocorrer. Mas iniciativas que sejam de cá, feitas por pessoas de cá porque a terra precisa do envolvimento dos de cá. Por último, e ainda relativamente à casa da legião. Houve uma consulta pública não vinculativa. Ainda bem que houve. A participação e o envolvimento são sempre importantes por parte da comunidade e, neste caso, o acesso à possibilidade de contribuição para a decisão foi descomplicado para qualquer pessoa de qualquer idade, desde que tivesse acesso a meios informáticos ou de comunicação. Por outro lado, ainda bem que a consulta era não vinculativa porque aparentemente ambas as propostas, foram as propostas de base, parecem não servir o centro da cidade. O centro da cidade necessita de locais e de casas que envolvam atividades, que atraiam pessoas e não tanto de lugares de estacionamento que permitam visitar a Sé num instante e ir embora. Isso sim, seria de evitar. Pode a casa ser um dinâmico museu, albergando uma importante coleção de arte onde se encontrem representados a maior parte dos grandes nomes nacionais e alguns de cariz internacional? Poder, pode. Pode uma vez que todo o processo foi conduzido com esta finalidade pelo anterior Executivo e porque não aproveitar esse capital acumulado? Pode ainda a casa ser utilizada como um centro interpretativo da história da cidade, das fases de construção da Sé, da história da própria casa? Poder, pode. Pode a reconstrução ser adiada no sentido de haver um estudo do local? Desde que haja uma calendarização que delimite o espaço temporal, um espaço temporal definido e não estarmos indefinidamente à espera da reconstrução. Poder, pode. Poderia a casa albergar a sede da organização do SIAC? Poder, podia. Por falar nisso, onde é que anda o SIAC? O Simpósio Internacional de Arte Contemporânea da nossa cidade onde é que anda? Poderia ter animado a cidade e em particular a Praça Luís de Camões durante grande parte do mês de junho, como era habitual, e conferido à cidade mais algumas obras de arte das quais tanto necessita. Pois, poderia. Só para finalizar, qual o resultado da consulta pública acerca da finalidade a dar à casa da legião? Em que ficamos? Será que os de cá nos salvam e será que no fim do processo corremos o risco de perguntar ou de dizer, podia ter sido? Podia, mas fez-se um parque de estacionamento. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Não sei se alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir nesta matéria? Quer intervir? Faça favor.” -----

- **José António Pereira, Deputado (PG):** “Muito boa tarde senhor Presidente, considerem-se cumprimentados todos. Voltamos a falar do centro histórico, voltamos a falar da dinamização de espaços. É obvio que todos nós temos a noção de que no centro histórico não existe vida, principalmente ao fim de semana. Queixamo-nos que os comerciantes não estão abertos, os comerciantes queixam-se que nós não vamos e isto é uma bola de neve que se vai manter infundável. E para se contornar tudo isso é preciso haver algumas estratégias, penso que algumas delas estarão a ser tomadas. No entanto, um apontamento muito claro, quando foi afirmado aqui de que é pretensão de criar, parece que a casa da legião que está já com predestinado um parque de estacionamento. Eu não vi isso em lado nenhum. Acho que houve uma consulta pública. Esperemos que essa consulta pública tenha um resultado. Quando vier esse resultado, que seja respeitado e daí haver uma requalificação daquele espaço. A preocupação é a requalificação. Se é um simples parque de estacionamento na parte subterrânea e uma praça por cima, se nessa praça for reconstruído algum edifício, isso será aquilo que, a seu tempo, será analisado e estudado. Parece-nos que o que estava na consulta pública eram várias opções, opções essas que saíram de uma reunião da Câmara Municipal. Portanto, enquanto não houver esse resultado da consulta pública, será extemporâneo estarmos aqui a discutir qual será o futuro da casa da legião. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais algum senhor Deputado deseja intervir? Penso que não. O grupo parlamentar do PSD tinha aqui ainda uma outra proposta, «Da Guarda a Roterdão, o estado da arte» que estava subscrito, penso eu, pelo senhor Deputado Ricardo Neves. Penso que ele não leva a mal que eu transmita que ele me enviou uma mensagem a dizer que não consegue estar e diz-me: “vou tentar recuperar o atraso, mas se até lá não conseguir, a minha intervenção fica sem efeito. Agradeço antecipadamente toda a atenção, Ricardo Neves.” Não sei se o Dr. João Correia deseja... não? Fica para a próxima. Passamos, agora, então, ao... era sobre? Sabe qual é o problema disto para a Mesa? É que são oitenta e sete

deputados. Se eu abro uma exceção para um, nunca mais fecho a porta para ninguém. E, portanto, não leve a mal, mas... se ele vier, ótimo. Grupo parlamentar do CDS, faça favor.” -----

- **Cláudia Ribeiro Reis, Deputada (CDS/PP):** “Boa tarde a todos, novamente. Eu começo com uma citação que parece muito pertinente «Não é suficiente que façamos o nosso melhor, às vezes temos que fazer o que é preciso». E na Guarda, de facto, temos mesmo que fazer o que é preciso. O planalto beirão, nomeadamente o maciço da Serra da Estrela, é uma zona rica em água. A partir daqui desenvolvem-se três das principais bacias hidrográficas nacionais. A bacia do Rio Mondego, a do Rio Zêzere e a do Rio Côa. De manhã, alguém falava na importância da agricultura. Duvido que haja aqui alguém que não saliente ou que não sublinhe, de facto, a importância da agricultura. Mas podemos fazer agricultura sem água? No entanto, somos uma região seca que tradicionalmente tem falta de água no período mais quente do ano, com especial incidência nos anos que são genericamente secos em todo o país. Mas apesar de toda esta riqueza natural, temos água, não temos bacias de armazenamento dessa mesma água. Temos água, mas não beneficiamos dela. Em 2006, foi cancelada a construção da barragem do Luzelo. Uma barragem de regadio que permitiria o armazenamento de água na albufeira que tem como destino a rega de uma área considerada de elevado potencial agrícola, possibilitando a reestruturação fundiária e cultural, no sentido de desenvolver e incrementar a sua produção. Em 2016, foi cancelada a construção da barragem de Girabolhos, que se localizava no concelho de Seia, mas cuja albufeira se estendia para os concelhos de Oliveira do Hospital, Mangualde, Gouveia, para além desse mesmo concelho de Seia, e que permitia não só o aproveitamento hidroelétrico, mas também o aproveitamento para atividades de turismo e lazer, regadio e abastecimento público. Uma bacia de armazenamento desta dimensão, permitiria a manutenção dos níveis freáticos desta região. Não podemos aceitar a falta de aproveitamento agrícola e da distribuição da água da barragem do Sabugal, cuja água segue especialmente para o regadio da Cova da Beira, através de um túnel que permite encher a barragem da Meimoa e garantir o regadio a sul, sem benefícios para o próprio concelho do Sabugal. Ainda este mês, agricultores da Guarda, e na semana passada a comunicação social falava disso, reclamaram ajudas do Governo para novas captações

de água. Também aqui, temos que fazer o que é preciso. Segundo notícias vindas a público, há grave carências de pessoal médico em diversos serviços da ULS da Guarda, situação que se arrasta há já algum tempo. Alguns serviços não têm tido a capacidade de prestar o devido cuidado aos utentes. Ouvimos muitas vezes dizer que, relativamente à contratação de profissionais de saúde, designadamente médicos e enfermeiros, a capacidade de atração das regiões do interior é inferior às do litoral, não obstante os reiterados esforços de discriminação positiva daquelas regiões. São preocupantes as carências existentes no Hospital Sousa Martins, que são aliás do conhecimento público, ao nível de especialidades médias e do quadro do pessoal de enfermagem. Esta grave carência de recursos humanos pode colocar em causa a qualidade dos serviços prestados, bem como a resposta nalgumas valências fundamentais. Não deveria a ULS assegurar, no âmbito da sua missão, atribuições e competências, o acesso da população da sua área geodemográfica a cuidados de saúde seguros e de qualidade? É preciso fazer o que é preciso. Neste concelho do interior, devemos lutar por aquilo que somos credores. No que respeita à Guarda, eu continuo a acreditar que é possível construir coletivamente as soluções de que o nosso concelho precisa. Queremos uma Guarda sustentável, saudável, inclusiva e empreendedora. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Não sei se alguma senhora deputada ou deputado deseja intervir? Se desejar, faça favor. Parece que não. Então, passamos aos dois temas do Partido Socialista. Primeiro tema «política cultural». Faça favor. Senhor deputado, permite-me dizer-lhe que o PS tem, para as duas intervenções, dois minutos e um segundo. Depois, logo veremos.” -----

- **Rui Ribeiro, Deputado (PS):** “Muito obrigado. Eu, a título de consideração, senhor Presidente, queria-lhe só dizer que, da minha parte, estou disposto a fazer todo o esforço por apressar. Foi o que fiz de manhã na minha intervenção também, porque sei que o tempo era curto. Mas dei-me conta agora, observando melhor a sala, que isso, de alguma forma, pode dificultar o trabalho da intérprete que temos connosco e bem, e que gostaremos de continuar a ter. E, portanto, estou aqui dividido entre a rapidez e a eficiência. Mas tentarei ser o mais breve possível. Obrigada. Recentemente, a Guarda almejou ser Capital Europeia da Cultura. No âmbito de uma iniciativa da União Europeia,

que tem como objetivo a promoção de uma cidade europeia, permitindo a essa cidade mostrar à Europa a sua vida e desenvolvimento cultural, como forma de promoção de um maior conhecimento mútuo entre os cidadãos da União Europeia. Os atrativos desta distinção, para os nativos da cidade selecionada, passam pela possibilidade de regeneração das próprias cidades, pela projeção do seu perfil internacional, pela elevação do reconhecimento das cidades aos olhos dos próprios cidadãos, pela indução de uma nova vida às cidades e pelo aumento do atrativo turístico dessas cidades. Tudo isto a Guarda quis e achou que poderia conseguir. Diante do alargado conjunto de argumentos para uma candidatura, um dele sobressaiu: o consistente investimento na dinamização cultural ao longo dos últimos anos. Com efeito, nos últimos vinte e cinco anos, a Guarda e a sua Autarquia investiram de forma continuada na cultura, não só em infraestruturas cujos exemplos creio não ser necessário aqui recordar, mas também no apoio ao associativismo e na programação e execução de iniciativas. Mesmo quando em 2013 se verificou uma mudança na força política à frente da Autarquia, e pese embora tenham sido efetuados alguns ajustamentos que sempre são necessários, os cidadãos da Guarda continuaram a sentir orgulhosamente, sublinhe-se, que no concelho o investimento na cultura era importante e que isso nos distinguiu dos demais concelhos da região e mesmo do país, pois ombreávamos, se não em quantidade, pelo menos em qualidade, com o que de melhor se fazia em termos de política autárquica de apoio à cultura. Foi esse o caminho que nos permitiu a ousadia e ambição de virmos a ser Capital Europeia da Cultura. Porém, 2022 trouxe-nos já dois sobressaltos em matéria de consistência no investimento em cultura. No carnaval não tivemos o tradicional espetáculo da Morte do Galo e, no final da primavera, não tivemos o SIAC, Simpósio Internacional de Arte Contemporânea. Se relativamente ao primeiro demos o benefício da dúvida devido às restrições decorrentes da pandemia Covid-19 que enfrentámos em 2020, 2021 e início de 2022, e que vigoraram pelo menos até março, apesar de muitos outros municípios terem retomado os festejos de carnaval, no segundo exemplo devemos ficar muito preocupados, porque não se tratando de um evento que junta multidões, como foi tantas vezes a Morte do Galo, e sendo expectável que se realizasse numa época já praticamente livre de restrições, a sua clamorosa ausência é devida uma opção clara do Executivo de a não realizar. Ao longo do tempo em que fui deputado nesta Assembleia, foram várias as ocasiões em que cumprimentei os Executivos pelo

sucesso e ousadia de realizar um evento com as características do SIAC no nosso concelho, na nossa cidade. Por isso estou à vontade para hoje vir pedir ao senhor Presidente de Câmara que nos diga sobre a sua opção em matéria de política cultural, nomeadamente que nos esclareça: prevê voltar a realizar, no seu mandato, os eventos da Morte do Galo do entrudo e do SIAC? O que fundamentou a decisão de não realizar este ano estes dois eventos? Quais as opções, em matéria de programação, que vigorarão no seu mandato? Que avaliação faz das edições passadas destes dois importantes eventos da Guarda? E que outras alterações, em matéria de política cultural, devem os guardenses esperar? É que em qualquer dos exemplos que aqui trouxe há um importante investimento na continuidade dos eventos que se perde a cada edição que não é realizada, porque o público quer programas confiáveis. Os guardenses sentiram-se defraudados, os visitantes da Guarda que vêm habitualmente para estes eventos sentiram-se defraudados e as nossas associações e instituições culturais sentiram-se defraudadas. Entendemos, por isso, que nos são devidos esclarecimentos quanto ao que podemos esperar do Município em matéria de investimento na cultura dos guardenses, já que os festejos populares, como recentemente tivemos por ocasião do S. João, são importantes, mas não podem ser o alfa e o ômega da política cultural de uma autarquia com os pergaminhos que a Guarda tem nesta área. Termino, voltando ao tema com que introduzi o tema da minha intervenção. A Guarda ousou querer ser Capital Europeia da Cultura, mas não fomos capazes de mostrar os nossos argumentos e convencer o júri do nosso potencial. É do conhecimento público a existência de um relatório final da equipa de gestão da candidatura Guarda 2027 e, neste contexto, pergunto, senhor Presidente, vai partilhar o relatório ou algumas das suas conclusões com esta Assembleia? Ou pelo menos com a comissão de acompanhamento Guarda 2027 que foi constituída nesta Assembleia Municipal? É que o assunto não está devidamente encerrado. Há uma discussão final a fazer e consequências a retirar, porque, citando Plutarco, o ser humano não pode deixar de cometer erros, é com os erros que os homens de bom-senso aprendem a sabedoria para o futuro. Obrigado.” ---

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se alguma senhora deputada ou senhor deputado deseja inscrever-se? Temos duas

inscrições neste momento. Senhor deputado, foi o primeiro a levantar a mão. Faça favor.” -----

- **Júlio Santos, Deputado (PSD):** “Muito obrigado, senhor Presidente. E cumprimento o senhor Presidente pedindo que todos se sintam cumprimentados na sua pessoa. Estou totalmente de acordo com aquilo que ouvi por parte do senhor deputado do PS. E, antes de mais, eu quero enaltecer o senhor Presidente da Câmara pelas provas de aprendizagem que tem demonstrado ao longo deste mandato. Parece-nos que aprendeu todos os tiques, posturas e até mesmo a forma de falar do primeiro Presidente do Executivo ao qual pertenceu. Falta-lhe o ímpeto na voz, mas isso é uma coisa com a qual se nasce. Lamentamos que essa imitação se cinja à postura e ao discurso, não nos parecendo haver aprendizagem relativamente ao modus operandi, muito menos a impulsionamento da Guarda enquanto capital de distrito. A imponência e a envolvimento dos eventos outrora realizados, deram lugar a festinhas sustentadas em outsourcings. O envolvimento dos técnicos da autarquia e das associações da nossa terra, deram lugar a empresas com pouca experiência no ramo, isto a avaliar pelas referências do portal BASE. A boneca de cristal foi trocada por um singelo caldo de grão. Preocupa-nos a forma como está a ser tratada a cidade e a cultura. Custa-nos ver que estão a ser afastados os técnicos do Município e as associações da nossa terra. Relativamente às Festas da Cidade em particular e à cultura em geral, deixamos algumas questões que consideramos pertinentes para o esclarecimento desta Assembleia e da população em geral...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, peço-lhe imensa desculpa. Noto que está na primeira página e já ultrapassou o seu tempo. Peço-lhe que seja sucinto, se faz favor. Muito obrigado.” -----

- **Júlio Santos, Deputado (PSD):** “Com certeza. Relativamente às questões que eu queria deixar ao senhor Presidente de Câmara, que empresas, e relativamente aqui às Festas da Cidade, que empresas da Guarda, ou de outro lado, é que concorreram às Festas da Cidade? Diga-nos quais. Os grupos que vão estar presentes nas Festas da Cidade, já atuaram anteriormente na Guarda? Se sim, qual é que é o interesse e a novidade? Tem a certeza de que foi feita a melhor negociação, grupo a grupo e artista a artista? A

estratégia cultural deste Executivo será comprar eventos por catálogo? Tem confiança nos funcionários da Câmara que faziam a programação dos eventos? Ou não confia e vai passar a privilegiar as contratações diretas? Qual é ou vai ser a programação cultural até dezembro? E as associações do nosso concelho, que dedicam a sua causa à cultura, qual será o seu papel? A ideia não era valorizar os da terra? É que, nos Santos Populares, os de cá fiaram a assistir. Não se valorizou o bairrismo, a camaradagem, o convívio saudável, a envolvimento participativa. A divisão da cultura não tem responsável, sendo a coordenação desta área assumida, para já, pela Vice-Presidente, Dra. Amélia Fernandes. Aqui as perguntas que deixo, são: até quando? Acredita que a Vice-Presidente dá conta do setor cultural até dezembro? Não acha que esta é uma das razões pela qual a cultura está completamente estagnada, na Guarda, atualmente? O coordenador e programador do TMG, Vitor Afonso, está a aguardar resposta ao pedido de desvinculação desde março. O diretor do Museu, Tierry dos Santos, está demissionário. A Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço está sem diretora desde que Dulcilena Borges se jubilou. Estes são apenas alguns exemplos do conhecimento público, ilustrativos de uma cultura à deriva, sem rumo, em roda livre. O senhor Presidente da Câmara consegue explicar a desmotivação total no setor cultural da Guarda? Este Executivo nunca acreditou na candidatura da Guarda a Capital Europeia da Cultura 2027. A pergunta que deixo é, acredita que vale a pena apostar na cultura no concelho da Guarda, ou vai reduzir algumas boas ações passadas a sopas de grão?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, provavelmente vou ter que mandar desligar o micro. Se não se importa.” -----

- **Júlio Santos, Deputado (PSD):** “Para terminar, é a última questão que vou colocar. Ainda relativamente à cultura, e também indo de encontro ao que disse o senhor deputado, ia fazer uma avaliação da Capital de Cultura. Quando é que a vai fazer? Já há relatório? Quando é que teremos acesso a ele? Já agora, o Festival de Jazz vai ter lugar ou não? Muito obrigado, senhor Presidente, pelo tempo.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. De modo algum a Mesa deseja cercear, mas o que me parece é que o senhor deputado, com todo o respeito, devia ter apresentado esta questão porque nós estamos a tratar de um tema levantado

por outro partido. E o que o senhor deputado fez, em meu entender, e se eu estiver errado peço-lhe desculpa, foi fazer uma intervenção completamente diferente e não pronunciando-se sobre a intervenção do Partido Socialista. O que o senhor tem que fazer é, na próxima vez, tem a coragem, inscreve-se, e vem falar. Não, peço-lhe desculpa. Agora não lhe volto a dar a palavra, por amor de Deus! Senhor deputado, veja o tempo que ocupou. Peço-lhe desculpa, mas tem que haver aqui regras. Tenho que tratar mais ou menos toda a gente por igual. Senhora deputada, faz favor... Não. Não é bem assim. Então, nessa perspectiva, a Mesa vai, a partir de agora, tomar uma atitude. Tudo o que saia fora do filme, cortou. Agradeço que é para depois não se queixarem que a Mesa cerceia a palavra. Não sei em que assunto é que foi, mas tudo bem. Se estou a errar, peço desculpa. Mas creio que não. Senhora deputada, faça favor. Tem a palavra.” -----

- **Isabel Gonçalves, Deputada (PG):** “Boa tarde a todos. Cumprimento o senhor Presidente da Mesa e sintam-se todos cumprimentados. Eu tive oportunidade de falar...

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora deputada, peço-lhe desculpa, mas vai ter que ser muito sucinta porque também já está a ultrapassar o tempo. Portanto, isto é igual para todos.” -----

- **Isabel Gonçalves, Deputada (PG):** “Só ainda tive tempo de dizer boa tarde! Então, de uma forma sucinta. Veio aqui à baila a questão da Capital da Cultura, eu até gostava de pedir à Mesa que, depois, facultasse a entrevista de José Amaral Lopes, o ex-coordenador da comissão, para a Assembleia. Como não tenho tempo, não consigo falar mais sobre o assunto. Quanto às questões que foram levantadas, eu queria só relembrar algumas coisas que foram feitas...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, repito. Estamos a ultrapassar o tempo em muito. O PG está a ultrapassar o tempo em muito, portanto, para ser igual, vou ter que lhe retirar a palavra.” -----

- **Isabel Gonçalves, Deputada (PG):** “Natal; Cantos da Quaresma; várias exposições no Museu da Guarda, como por exemplo Ilda David e Le Couple; Santos da Guarda e São

João; Viagens às Raízes; Festival de Jazz e Blues; Festas da Cidade. E haverá certamente mais eventos que se irão realizar. Não posso falar mais. Muito obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Tem que ser. Não sei se mais algum senhor deputado se deseja inscrever para falar? Então entrávamos no último ponto do Partido Socialista, «análise política». Senhor deputado, faz favor. Há um esclarecimento a fazer. É com alguma graça, se me permite, voltamos a ter a geringonça. Meia geringonça, porque o Bloco de Esquerda cedeu tempo ao Partido Socialista. Muito obrigado.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Antes de mais, agradecer ao Bloco de Esquerda por isso. Bem... espero que não esteja a contar tempo.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não, não está a contar tempo Miguel, por amor de Deus. Faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Bem, antes de mais, queria aqui solicitar à deputada Ana Brissos, eu vou utilizar algumas palavras que ela escreveu numa moção que depois, a seguir, não veio aqui, e pedir se poderia utilizar essas suas palavras para iniciar a minha intervenção. Muito obrigado. A Guarda foi notícia de primeira página como um dos municípios que se prontificou e recebeu efetivamente refugiados. Foi aqui que muitos sentiram uma espécie de paz e olharam, com alguma distancia, a guerra que tinham até então à porta de casa. Ouvimos, depois, a seguir, que de uma forma fria e desumana se recolocaram pessoas noutra local. E isto aqui veio na comunicação social nacional. Os silêncios são muitas vezes mais duros e cruéis do que qualquer outra forma de expressão. Assim, não nos calarmos é uma obrigação moral. É obrigação daqueles que servem o interesse comum. Por isso, importa questionar: foi aberto um inquérito relativamente às primeiras situações, ocorrências, expostas na comunicação social? A situação retratada na comunicação social nacional coloca em causa, não só o município, como toda a comunidade. Não queremos questionar a competência e dedicação de ninguém. Não queremos encontrar culpados, mas todos aguardamos um esclarecimento cabal do sucedido. Todos merecemos uma justificação e clarificação. Na eventualidade de haver um inquérito a decorrer, como estamos certos de que haverá,

questiono se os procedimentos foram ou não alterados, de forma a melhor garantir a segurança e bem-estar daqueles que a nós recorrem. À justiça o que é da justiça, mas à Guarda o que é da Guarda. Não esquecendo que na última Assembleia Municipal, e voltando àquela questão dos votos do louvor ou não, foi aprovado um Voto de Louvor a toda a comunidade pela forma como sabe acolher quem mais necessita. Ficamos, assim, a aguardar o vosso esclarecimento. Por outro lado, vamos agora regressando à normalidade e podemos conviver e celebrar, nomeadamente nos santos populares, nos festivais de cultura popular e em outras manifestações que vão acontecendo no nosso e noutros concelhos. Como já anteriormente referi, os festejos dos santos da Guarda e os festivais de cultura popular foram importantes na dinamização sociocultural e todos os envolvidos estão de parabéns. Mas viemos agora da festa e em breve estaremos novamente na festa. E mais? Nada mais? Voltamos com os santos populares, regressarão as festas da cidade, teremos um festival do vinho aparentemente internacional, Wine Festival, coisa deste género. E mais? Nada mais parece acontecer. Este é o plano para o futuro? Pensa ainda organizar este ano o primeiro encontro de nómadas digitais, proposto e votado favoravelmente nesta Assembleia? Pensávamos que o tempo planear, reorganizar e projetar tinha terminado. Mas não. Na Guarda, para além do silêncio ensurdecedor que percorre as ruas num qualquer dia normal, demonstrativo da falta de vivência e atração da nossa cidade, apenas podemos consultar o programa dos eventos, o programa das festas e, posteriormente, a mostra facebookiana num qualquer post do município. E, mesmo este, parece ser uma continuidade de uma prática anterior, que em muitas situações se considera de gosto e proveito duvidoso, sem conteúdo, orientação ou estratégia clara para a dinamização do território. Precisamos e merecemos mais. Aguardamos ainda que neste verão, tal como se comprometeu o senhor Presidente, possamos visitar os passadiços do mondego. Mas em que condições? Com segurança, senhor Presidente? Com acessos aos meios de socorro? Com estacionamento condignos? Com ofertas turísticas agregadas que façam com que aqueles que nos visitam queiram voltar? Com as condições criticadas pelo senhor Presidente ao Executivo anterior, ou com as condições que pretende criar? Em breve, para quando? Já aqui trouxe a preocupação com a urgente reabilitação e manutenção dos parques infantis. Já me respondeu, fico-me por aqui. Para quando a efetivação da promessa do seu antecessor, do antecessor do seu antecessor, da criação

do cartão social dos bombeiros? O verão é curto, mas por vezes duro e exigente para aqueles que nos defendem sempre e que merecem um reconhecimento sincero e concreto. Importa, senhor Presidente, conhecer o plano do Executivo para a dinamização da economia; para a criação de empresas e emprego, de forma clara, objetiva; para a fixação de jovens e profissionais qualificados; de criação de valor; de proteção do património, da cultura, das tradições, dos recursos endógenos. Nada ouvimos ou lemos que nos conforte e faça acreditar de que vai acontecer, senhor Presidente. Esse é o alento que precisamos, senhor Presidente. E o estado de graça já foi. E esta Assembleia, e hoje tivemos esse exemplo, é o espelho do nosso concelho, em que já poucos parecem acreditar de que efetivamente vai acontecer algo. Importa, senhor Presidente, não deixar adormecido o projeto mobilizador do porto-seco e concretizar as boas intenções de colaboração com a ULS para a consolidação dos serviços de saúde da Guarda, de afirmar a real ligação com o Nerga e as empresas, promovendo a sua capacitação e resposta local, nacional, internacional. Hoje vai ser dado um passo importante, ainda que, quanto a nós, atabalhado na reorganização dos serviços camarários. Já não há desculpa, senhor Presidente. Só será pela Guarda quem por ela trabalhar, quem a tire do marasmo acentuado dos últimos anos até assinalado pela bancada do PSD, quem a faça renascer. Desejo a todos, quanto possível, umas boas férias inspiradoras e retemperadoras. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Pelo controle do tempo que fez, muito obrigado. Também sei elogiar quando as pessoas controlam o tempo. Algum senhor deputado ou senhora deputada deseja pronunciar-se sobre este tema, atualidade política? Penso que não. Nesse sentido daria a palavra ao senhor Presidente da Câmara, se desejar usar dela. Muito obrigado.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Tentarei ser breve. Senhor Deputado Tiago Gomes, bem-haja pelas palavras encorajadoras. Encorajadoras para todos nós, sem exceção. Porque da saúde todos precisamos. Todos os deputados, todas as deputadas, todas e todos os Presidentes de Junta aqui presentes, certamente me acompanham neste desejo. E é claro que nós vemos sempre com preocupação e é este diálogo que nós tentamos manter sempre com a administração

do nosso hospital. Porque nós sempre dissemos isto. Sempre dissemos, sempre dizemos e sempre o diremos. Enquanto nós acreditarmos nesta administração, tudo faremos para a defender. No dia em que nós considerarmos que esta administração não está a fazer um bom trabalho, nós pediremos a sua substituição. É com esta frontalidade, com este pragmatismo que nós iremos agir durante o nosso mandato, porque foi desta forma que, na nossa campanha eleitoral, o dissemos à administração do Hospital. Foi olhos nos olhos. Não mandámos dizer por ninguém. Não mandámos recado por ninguém. Mas é claro que nos preocupa a VMER constantemente inativa porque não há profissionais de saúde disponíveis para poder fazer as horas na VMER. Sabemos que está a ser feito esse trabalho, esperamos que rapidamente isso se resolva e de uma vez por todas. Porque falhas, conforme eu dizia há pouco tempo, falhas pontuais todos admitimos. Constantes é que jamais. Mas é claro que aquele protocolo que nós assinámos, senhor deputado, há cerca de um mês e meio atrás, - é assim senhora Vice-Presidente e senhora Vereadora? - que nós assinámos há um mês e meio atrás para alavancar aquilo que poderá ser, no futuro, o Centro de Investigação Nacional do Envelhecimento. O montante que o município da Guarda quis colocar em cima da mesa para ajudar a ULS a fazer o projeto, não é a obra, é o projeto de recuperação, de reabilitação do pavilhão Rainha D. Amélia, sempre na senda e na prossecução da reabilitação da conclusão das obras da segunda fase, na sua totalidade, do Hospital Sousa Martins. Bem se recordam, foi aqui próximo, há uns meses atrás, houve um compromisso. E o compromisso era para a totalidade das obras do Hospital Sousa Martins, durante a vigência desta legislatura governamental. Foi esse o compromisso. E estamos certos de que esse compromisso será honrado. É assim que nos devemos ver as coisas. É o Pavilhão 5, é o Pavilhão 1, o chamando comboio, é a Psiquiatria, é o Pavilhão Lencastre, é a Rainha D. Amélia e o antigo Raio-X. E, portanto, isto é a totalidade das obras da segunda fase do Hospital Sousa Martins. E é isso que nós iremos continuar a perseguir. Tal como, num diálogo franco, aberto e constante, para a reabertura da totalidade das extensões de saúde e nós temos falado constantemente com a ULS, com a administração do nosso hospital por causa da prossecução dessa necessidade. Há três ou quatro que ainda não estão abertas. Já foi prometido várias vezes. A ver se a promessa, de uma vez por todas, chega à realidade. É isso que nós ambicionamos e no mais curto espaço de tempo porque vem aí o verão. É claro que as reuniões mensais, ainda há pouco alguém falava

sobre isso, aquelas reuniões mensais com a administração, com as ordens profissionais, com os sindicatos, com todo o setor da saúde, irão ser uma realidade a breve prazo, porque o regulamento, é necessário um regulamento que constitui o conselho municipal da saúde. O nome, legalmente, não pode ser este. Tem que ser outro nome, já nos disseram. Mas o fim é exatamente o mesmo. Mas esperemos que daqui a algum tempo estejamos também aqui a aprovar essa regulamentação para que, mensalmente, todos se possam sentar, à porta fechada, e resolver os problemas de uma vez por todas. Olhos nos olhos e políticas à parte, porque a Guarda falará sempre mais alto. E alguém falou há pouco também, e eu aqui devo enaltecer, há cerca de dois anos atrás, sensivelmente, o trabalho que as juntas de freguesias todas do concelho fizeram, e honra seja feita ao grupo de emergência que divulgou, e bem, à época, o trabalho que as juntas de freguesia do concelho fizeram na angariação de fundos para comprar equipamentos para a nossa ULS. O grupo de emergência fez a divulgação, depois das juntas de freguesia se terem junto, e conseguiram um montante muito avultado, muito próximo dos cem mil euros, e bem hajam às juntas de freguesia por também desta forma terem ajudado à melhoria das condições de saúde, através dos equipamentos, no nosso concelho. No que diz respeito ao centro histórico, senhora deputada, é mais do mesmo. E já falámos esta manhã sobre essa matéria. Já houve tanta dialética sobre esse ponto de vista. Pré-falência. Pré-falência. De repente está tudo em pré-falência. De repente os estabelecimentos fecharam, senhoras e senhores deputados, os estabelecimentos na Rua da Torre fecharam todos nos últimos meses. É claro que todos estamos convocados para a recuperação do centro histórico. Vejam só, uma coisa tão simples quanto esta. Este Executivo, depois de ouvir muitas pessoas na rua, muitos comerciantes, muitos feirantes, muitos compradores, decidimos mudar de local a feira de antiguidades. O que é que aconteceu? Imediatamente os estabelecimentos comerciais abriram ao domingo. Mas tivemos a coragem de o mudar de sítio para o centro histórico, porque os compradores e os vendedores assim o pediam. É a ouvir as pessoas e ir de encontro ao que elas dizem que o caminho se faz caminhando. E é este caminho que nós, no curto prazo que estamos aqui já em funções, e até ao final do nosso mandato, é aquilo que nós iremos continuar a fazer. Sobre a casa da legião, senhora deputada, eu lamento que a senhora tenha dito uma falsidade. Em caso algum este Executivo, nem eu nem as senhoras Vereadoras, disseram que é para fazer um parque de estacionamento. Houve

uma consulta... Desculpe, não me interrompa. Desculpe, não me interrompa, faz favor. Senhor Presidente, peço desculpa. Houve uma consulta que foi lançada depois de ser aprovada pela Câmara Municipal. Aguardamos o relatório técnico, bem escalpelizado, dentro da legalidade, para que depois se possam tomar todas as decisões. É isso que nós estamos a fazer e não é aquilo que a senhora acabou de dizer há pouco. Senhora Deputada do CDS/PP, bem-haja pela sua intervenção, estamos perfeitamente alinhados. Já falámos de manhã, a propósito de outra intervenção, sobre a necessidade da barragem do Luzelo e não só. Naturalmente que acompanho tudo isso. E por isso é que nós, município da Guarda, fizemos questão de colocar no Plano Nacional do Regadio aquelas intenções, que eu falei aqui de manhã, para a ribeira de Massueime, para a ribeira das Cabras, para a zona sul do concelho, para a zona nascente e para a zona do vale do Mondego. Haja a coragem e os fundos comunitários necessários. Mas antes dos fundos é preciso haver a coragem de colocar estas intervenções, todas ou parte delas, no Plano Nacional de Regadios. Haja a coragem política de se fazer este trabalho. Sobre a política cultural, tanto se falou aqui e agradeço ao senhor deputado a sua intervenção. Então, vamos lá ver. Então, afinal de contas, acho que tudo é cultura. A cultura é para todos, para os mais eruditos e para o Zé povo, para o António e para a Maria. Tudo é cultura. Então, os Santos da Guarda não são cultura? A programação do TMG não é cultura? O Guarda Wine Fest não é cultura também? O Festival de Jazz, o Festival de Blues (falaremos sobre isso em breve), toda a programação de verão? Afinal de contas tudo rola. Afinal de contas tudo continua a rolar porque os técnicos, os funcionários do município aos quais estamos gratos pelo trabalho que têm vindo a fazer ao longo dos últimos meses, e certamente vão continuar a fazer no futuro, o caminho faz-se caminhado e é esse o caminho que nós estamos a trilhar. Já para não falar nos festivais do mundo rural. Gratos, estou, eu e as senhoras Vereadoras que me acompanham nessa matéria, no facto de as juntas de freguesia se quererem associar, as sete deste ano e mais sete no próximo ano, aos festivais de cultura no mundo rural, na nossa vila de Gonçalo e nas nossas aldeias, com os novos desafios que nós estamos a lançar a algumas freguesias. Porque a cultura não é só de cidade. É de cidade e é do nosso mundo rural. E vejam só, o Plano Municipal de Cultura chegou há poucos dias. Vai estar em discussão. É um documento maçudo, mas muito importante, naturalmente, para o futuro. Estamos todos certos disso. E certamente que é isto que será vertida toda a estratégia de cultura

para os próximos anos. É isso que se pretende, porque quem fez o documento foi a Universidade do Minho. Mas nós hoje assistimos aqui a uma coisa nova, que é uma nova forma, um novo estilo inaugurado pelo PSD. É a política do bota-abaixo. E, de repente, parece que querem matar o pai. Aqui d'el Rei ... como é que diz o povo? Rei morto, rei posto. É assim, não é? Muito obrigado. Mas acho que é aquilo que se quer fazer agora. Quer-se matar o pai. Já toda a gente se esqueceu. Olhe, eu tenho muita honra, senhor Deputado. Eu tenho muita honra de, em 2013, ter pertencido a um Executivo do seu partido, fui convidado por esse senhor. Tenho muita honra. Quem não tem honra e orgulho do seu passado, jamais pode viver no presente e ambicionar governar no futuro. E por isso é que nós iremos cada vez apoiar mais as associações culturais, conforme já foi dito pela senhora deputada hoje de manhã. As culturais, as desportivas, as sociais. Vamos continuar a fazer essa aposta. Nós temos absoluta confiança em todos os funcionários do município. A menos que, olhe, ainda há pouco tempo, e vou apenas dizer isso, os senhores Vereadores, todo o Executivo que me acompanha, de vez em quando acontece uma questão ou outra de processos disciplinar na Câmara. É normal que assim aconteça. Mais do que isto não digo. Ainda há pouco tempo houve. Isso fica no recato do Executivo, como podem compreender, até pela proteção das pessoas. Mas nós temos absoluta confiança nos funcionários do município. Agora o senhor referiu, olhe, as pessoas que o senhor refere, o senhor referiu e agora tenho que falar. Uma das pessoas está com problemas de saúde. Não vou falar o nome. Temos que respeitar isso. Está por escrito que uma das pessoas está com um problema de saúde. Está por escrito. Nós somos do tempo em que a palavra vale mais do que uma assinatura, mas isto está por escrito. E peço absolutamente respeito, reserva e respeito sobre aquilo que eu estou a dizer. E não vou citar nomes. O outro caso, também é bom que a Assembleia Municipal, que o povo da Guarda saiba. Houve uma mobilidade para a Câmara da Guarda, há uns anos atrás, de um colaborador. Mobilidade que veio de fora da região para cá para trabalhar vinte e cinco horas semanais. As condições foram aceites, tudo dentro da lei. Ao fim de algum tempo, houve nova mobilidade do mesmo funcionário, de vinte e cinco para vinte e nove horas. Tudo dentro da lei. De repente... já agora, em termos de vencimento, isto também é público, com as vinte e nove horas semanais, auferem um vencimento de dois mil e setecentos euros mensais brutos. O que aconteceu há pouco tempo, uma comunicação que nós recebemos, foi que se quer (e quanto à

legitimidade é legítimo, isto é legítimo) uma progressão na carreira para as trinta e cinco horas semanais. Que fará com que o vencimento das trinta e cinco horas semanais, está-se mesmo a ver para onde é que isto vai. Claramente que sim, e já próximo, se calhar, de um Secretário de Estado, não sei. Mas nada contra isto. (...) Mas o serviço continua a funcionar. Já aprovámos, há poucos dias, a nova programação do Museu que estamos a trabalhar no futuro. A história é tão só esta. Agora, quando se quer dizer um chorrilho de asneiras e atirar com terra aos olhos das pessoas, simplesmente pela política do bota-abaixo, é isto que acontece. No que diz respeito, senhora deputada, muito obrigado pela sua intervenção, mas eu aconselho mesmo é que possam ler a entrevista do Dr. José Amaral Lopes, o primeiro diretor executivo da Capital Europeia da Cultura. Porque, depois de tanto dinheiro gasto, olhe, veja só o dinheiro que foi gasto na Capital Europeia da Cultura, nós já dissemos, mas honra seja dita e nós já dissemos que alguns dos projetos da Capital Europeia da Cultura, alguns, aqueles com os pés bem assentes no chão, no chão da Guarda, alguns, nós admitimos que podemos recuperar, dependendo do seu custo. Um deles já recuperámos. Isto, continuamos a falar em matéria de futuro e a fazer outros projetos já sobre esse ponto de vista. Mas dizia eu que o custo da candidatura, olhe, dava para recuperar o pavilhão de S. Miguel e o pavilhão do Inatel, aquilo que falámos de manhã. Dava quase para isto. Não devemos comparar o que não é comparável, só devemos comparar em termos financeiros. Mas isto é um facto e é bom que as senhoras e os senhores deputados tenham a noção daquilo que aqui foi dito. No que diz respeito à questão dos refugiados. Não se deve falar como voz do dono, de quem quer que seja, que ande a soldo de alguém mais interessado em denegrir a imagem da Guarda. Comigo nunca contem com isto e certamente que ninguém conta com nenhuma e nenhum dos senhores deputados. No que diz respeito ao primeiro episódio, nós, na reunião de câmara, já falámos sobre isto. No recato. Mas os senhores, já agora, peçam informação para o Alto Comissariado para as Migrações, tutelado por uma Secretária de Estado que teve o cuidado de me ligar naquele dia porque toda a intervenção foi absolutamente coordenada pelo Alto Comissariado para as Migrações e pela tutela governamental. E, portanto, aquilo que eu aconselho, podem falar com a ACM porque foram eles que coordenaram toda essa operação. No que diz respeito ao segundo episódio, mais não falarei do que isto, porque nós mantemos absoluta confiança nas instituições, nos funcionários da Câmara Municipal da Guarda que tiveram

um trabalho exemplar, tal como os colaboradores da Cáritas Diocesana, no acompanhamento daquelas cento e setenta pessoas que chagaram, há cerca de quatro meses, à Guarda. E retiro aqui o meu chapéu ao excelente trabalho que foi feito ao longo dos últimos meses. Senhor Presidente, muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Terminámos...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhor Presidente, peço desculpa. Só mais dois apontamentos que devo dizer ao senhor deputado, também, já agora.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “No que diz respeito ao encontro dos nómadas digitais, falámos disto há uns meses atrás e o desafio foi imediatamente aceite. E, portanto, trabalharemos sob esse ponto de vista também. No que diz respeito aos passadiços do Mondego, parques de estacionamento, Wc’s, caminhos de acesso, nada estava licenciado. Zero. A única coisa que estava licenciada, remontando ao dia 19 de outubro de 2017, é esta a data, tenho aqui os documentos se quiser ver, foi simplesmente a lombriga, permitam-me a expressão mais brejeira, principal de Videmonte até à barragem do Caldeirão. Era a única coisa que estava licenciada desde o dia 19 de outubro de 2017. Recordo-me bem, foi o dia da Tomada de Posse enquanto Vereador, à época, numa reunião que tive, nesse dia de manhã, em Coimbra. E o caminho do licenciamento, porque nada disto poderia ser feito, do que acabei de referir agora, sem estar devidamente licenciado. E tem sido um trabalho herculeano com os funcionários do município e, naturalmente, com as tutelas, em razão da matéria, seja da Agência Portuguesa do Ambiente, seja do ICNF, que têm ajudado a fazer o licenciamento. E os caminhos de acesso já estão licenciados. Bastou falarmos com os técnicos e mãos à obra. Vamos licenciar. A obra, há de ir à próxima reunião de Câmara para adjudicar já, os caminhos de acesso. Das casas de banho, vejam só, estão quase licenciadas. É uma boa notícia que tenho para dar. Tirando algumas virgulas agora, de alguma documentação que faltava, já está no bom caminho. Porque nós não assumimos abrir os passadiços do Mondego sem as condições de segurança e sem as condições de

higiene necessárias. Está-se mesmo a ver, ao longo de doze quilómetros de passadiços, o que é que iria acontecer. Sem casas de banho os passadiços não abrem. E foi nessa perspectiva que nós dissemos e fizemos um excelente, acho eu, um excelente *teaser*, como se costuma dizer, um *teaser* jornalístico. Toda a comunicação social local e nacional falou nos passadiços do Mondego. E o que é que nós dissemos? Até ao final do verão irão abrir ao público. Mas sempre com as condições de segurança e higiene necessária. É esse caminho que nós estamos a fazer e é isso que nós, ao longo dos próximos meses, iremos assistir. Agora sim, muito obrigado, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Iriamos, então, entrar com a alteração do ponto relativamente ao edital. Portanto, a informação escrita do senhor Presidente da Câmara passaria para o ponto 2.8 e o ponto 2.7 introduzido é a alteração ao Regulamento do Conselho Municipal de Juventude.” -----

-----  
**Ponto 2.2 - Abertura de Procedimento de Contratação de Serviço de Fornecimento de Energia Elétrica de Média Tensão (MT), Baixa Tensão Especial (BTE), Baixa Tensão Normal (BTN) e Iluminação Pública (IP) - Concurso Público Internacional através da ENERAREA - Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior - Autorização Prévia para Assunção de Compromissos Plurianuais - discussão e votação.** -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Está à discussão. Se alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja falar, faz favor. Peço só um bocadinho. Senhor Presidente, deseja apresentar o documento agora ou depois fala no fim?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “É um documento muito simples, senhor Presidente. É um documento que visa, tão simplesmente, baixar custos da energia no município da Guarda. Isto é uma contratação em escala que se pretende com outros municípios da região. É aquilo a que estão todos cada vez mais a aderir, simplesmente para baixarmos o custo da energia à custa da contratação em escala. É isso que se propõe, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Senhor deputado Breia, faz favor. Tem a palavra.” -----

- **José Breia Lopes, Deputado (PG):** “Boa tarde a todos. Só assim uma reflexão rápida. Se vocês tivessem oitenta alunos à vossa frente e tivessem discursos como os que têm todos, estavam feitos ao bife. Só vos quero dizer isso. Temos que ser telegráficos, senão a mensagem perde-se. Passando à frente, o objetivo desta proposta é o da sustentabilidade económica no consumo de eletricidade por parte da autarquia. A fatura energética é pesada e, face à evolução do contexto internacional, só tenderá a agravar-se. Daí que se torne necessária a contratação em grande escala para fazer baixar o preço da energia, entrando, para tal, os municípios que integram a Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior, num procedimento concursal comum. É assim possível e vantajoso o lançamento de um concurso com vista à celebração de um único contrato de aquisição de energia para os municípios que integrem esta Agência. Mais de 60% dos encargos com energia elétrica são com a iluminação pública, daí que a nível da cidade tenha havido um esforço enorme na substituição da iluminação, substituindo o vapor de sódio por iluminação led. Só por curiosidade, eu falei com quem sabia disto, cada lâmpada de sódio gasta cerca de 156 watts, se for na PLIE gastavam 250 watts. Multipliquem pelas centenas ou milhares de postes que temos. A iluminação led implica uma redução para 56 watts a 85 watts. Portanto, só aqui, sendo 60% da fatura energética, vamos ter uma poupança significativa. Portanto, houve um esforço para a substituição dessa iluminação de vapor por iluminação led, estando a sua cobertura a rondar os 99%. A nível das freguesias rurais está também em marcha a substituição gradual da iluminação. Esperamos, senhor Presidente, que a mesma ocorra o mais rápido possível e permita-me questioná-lo acerca do ponto da situação da substituição das luminárias nas freguesias rurais. Segundo dados obtidos a partir da ERSE, estamos a falar de uma poupança anual, por luminária, de até 623 quilowatts, configurando a substituição do tipo de lâmpada, não só um exercício de sustentabilidade económica, mas também ambiental. Assim, acredito que todos devemos votar favoravelmente esta proposta que, tal como referi inicialmente, é vantajosa para o município face ao contexto em que vivemos. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Tem a palavra o senhor deputado do Bloco de Esquerda. Faça favor.” -----

- **Bruno Andrade, Deputado (BE):** “Muito obrigado, senhor Presidente. Segundo esta proposta que temos agora aqui para aprovação, e o senhor Presidente, se eu estiver errado, que me corrija, isto é o pedido a esta associação, à ENERAREA, situada em Belmonte, para fazer o desenvolver concursal para aquisição de eletricidade para a Guarda. Neste caso até são quatro municípios, que é Almeida, Pinhel, Guarda e Sabugal. Isto é um concurso que se diz internacional e por muito que me espante, bom, na altura foi feita essa associação, a ENERAREA, que é a Agência Regional de Energia, um dos membros da Assembleia Geral desta Agência é propriamente a EDP. Ora, se isto é internacional e se nós só em Portugal contamos com a EDP, a Endesa, a Iberdrola, a Goldenergy, a Galp e agora a Meo Energia, acho que não será de bom agrado esta associação ter um membro na Assembleia Geral, a própria EDP. De qualquer das maneiras, senhor Presidente, e uma vez que este concurso é para instalação de iluminação pública, as freguesias do concelho da Guarda também estão contempladas ou é só para a área urbana? Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado pela sua intervenção. Não sei se mais alguma senhora deputada ou senhor Deputado deseja intervir? Penso que não. Não sei se o senhor Presidente da Câmara deseja dizer mais alguma coisa?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Sim. Só um esclarecimento muito rápido, senhor Presidente. No que diz respeito aos membros da Assembleia Geral, olhe, senhor deputado, desconheço quem é que são. A ENERAREA é uma agência de energia constituída pela Associação de Municípios da Cova da Beira, que é quem tutela, em termos de executivo, a ENERAREA. Portanto, devemos respeitar a Associação de Municípios da Cova da Beira, com os doze Municípios seus associados, como aqueles que nós aqui acabámos de referir para que não restem dúvidas, nem haja aqui nenhuma arca empoeirada. Que não restem dúvidas sob esse ponto de vista. A Guarda não está a fazer nem mais, nem menos, do que todos estão a fazer no país. É apenas e tão só isto. No que diz respeito ao concurso, é a iluminação pública de todo o concelho,

naturalmente. E depois há a baixa tensão especial e média tensão. Tudo isso está lá plasmado. Senhor deputado Carlos Breia, no que diz respeito à substituição gradual da iluminação pública, nós estamos a fazer um acompanhamento profícuo com a EDP. O primeiro plano teve a ver com a erradicação total das lâmpadas de vapor de mercúrio mais antigas, mais obsoletas, com maiores consumos, mais perigosas também para a saúde pública. Neste momento está a decorrer a substituição do vapor de sódio obsoleto, é assim que tecnicamente é chamado, e é o caminho que se está continuamente a fazer. Até ao final do mandato não sei se estará a iluminação pública toda substituída, mas estará certamente uma grande parte dela substituída já por lâmpadas led. Muito obrigado, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Iríamos colocar este ponto 2.2 à votação.” -----

- Resultado da votação do Ponto 2.2 - Abertura de Procedimento de Contratação de Serviço de Fornecimento de Energia Elétrica de Média Tensão (MT), Baixa Tensão Especial (BTE), Baixa Tensão Normal (BTN) e Iluminação Pública (IP) - Concurso Público Internacional através da ENERAREA – Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior – Autorização Prévia para Assunção de Compromissos Plurianuais – discussão e votação. -----

- Aprovado, por unanimidade, com oitenta e um votos a favor. -----

**Ponto 2.3 - Proposta de Desvinculação do Município da Guarda da ADRUSE – Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela - discussão e votação.** -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não sei se o senhor Presidente deseja usar agora da palavra, se depois no fim. No fim? Muito obrigado. Alguma senhora deputada ou deputado deseja intervir? Faça favor.” -----

- **Luciano Gomes, Deputado (PSD):** “Este assunto é um assunto que parece muito simples, mas não é. Eu concordo, enfim, com a decisão, com a deliberação da reunião de Câmara. Foi aprovado com três votos a favor e dois contra. Dois votos contra do PSD, salvo erro. Salvo erro, portanto, creio que sim, senhor Vereador. Eu tive oportunidade de ler a ata e dizer-vos o seguinte: se formos ao site da ADRUSE, eu creio que o município

aderiu em 93, se formos ao site da ADRUSE, a Guarda não aparece na zona de intervenção. Estão cinco municípios. A Guarda aparece em nota de rodapé, ou seja, na legenda. O que, para mim, em bom português, é uma manhosice, diga-se de passagem. Portanto, o município da Guarda aparece lá num conjunto de quarenta municípios. Ou seja, é associado como é o IPG e temos mais um outro associado aqui da Guarda que eu agora não me recordo. E, portanto, nós pagámos quotas durante vinte e nove anos, supostamente. Certo? Ou seja, não usufruímos de nada, tivemos numa associação dentro da qual não tirámos partido absolutamente nenhum. Aliás, o senhor Presidente da Câmara diz isso na reunião de Câmara, e bem. E, a ser assim, mais vale tarde do que nunca. O assunto foi agora ao órgão executivo e, pisme-se, vinte e nove anos depois, vinte e nove anos depois de não termos usufruído de nada nem coisa nenhuma, vamos extinguir, e muito bem, ou melhor, vamos desvincular-nos da Associação. E concordo perfeitamente com isso. No entanto, há aqui, digamos... aliás, há aqui um mas. E o mas é este, é que o senhor Vereador Carlos Monteiro levanta uma questão, também, na Câmara Municipal sobre o pagamento, salvo erro, de cinquenta mil euros de quotas em atraso, julgo eu. Porque eu não sei qual é o valor mensal, confesso-vos que não sei. Mas que há ali cinquenta mil euros. O que não é despiciente. Cinquenta mil euros é muito dinheiro, como é evidente. O senhor Presidente da Câmara diz que temos que pagar porque há um parecer jurídico nesse sentido e o Vereador Carlos Monteiro diz: não, o assunto cessou, está resolvido (o termo não é bem este, mas é mais ou menos o que ele quis significar) há cinco anos atrás. Portanto, já está resolvido. Ora, eu, para o assunto estar resolvido formalmente, ele tem que vir a este órgão, porque é isso que a Lei 75, no seu artigo 33º, com remissão para o artigo 65º, obriga a vir aqui e somos nós que temos que aprovar, deliberar aquilo que foi aprovado em reunião de Câmara. Tal como na entrada era a mesma coisa. Ou seja, na entrada e na saída, digamos assim. Bom, agora a questão do voto contra do PSD, salvo erro, foi a questão dos cinquenta mil euros. Portanto, não foi tanto a forma, não foi tanto a saída da associação, a desvinculação. Essa, parece-me que estamos todos de acordo. Mas o senhor Vereador falou nisso. Uma discussão acalorada, aliás, como são muitas na reunião de Câmara. E, portanto, foi isso que aconteceu. Ora, eu fico na dúvida, porque há aqui uma dúvida que também é pertinente. É que, se formos aos estatutos da própria associação, não me recordo qual é o artigo agora, mas diz lá que dois anos após, ou um ano após a última eleição,

tacitamente nós éramos excluídos por incumprimento. Eu não sei quando é que foi a última eleição ou quando foram as últimas eleições, o que eu sei é que está lá isso. Ou seja, se calhar era isso que o senhor Vereador Carlos Monteiro queria dizer, é que já houve eleições, a Guarda incumpriu porque não pagou a respetiva quota e, portanto, já devíamos ter saído há muito tempo. Ou seja, tacitamente saímos. E daí, senhor Presidente da Câmara, a minha dúvida é esta. Eu concordo consigo, concordo com a liberação do Executivo porque a desvinculação tem que vir aqui a este órgão, mas tenho dúvidas, e gostava de ser esclarecido, se não for hoje, numa próxima sessão, sobre se temos a obrigação, de facto, de pagar os tais cinquenta mil euros e porquê. É essa a minha questão. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora deputada ou senhor deputado deseja intervir? Faça favor, senhor deputado.” -----

- **José António Pereira, Deputado (PG):** “Ora, muito boa tarde, mais uma vez. É verdade, tal como diz o senhor deputado Calheiros, que no site da ADRUSE está lá a Guarda em nota de rodapé. Também é verdade que no site da ADRUSE está lá o mapa da zona de influência da ADRUSE, os concelhos da zona oeste do distrito. Mas também é verdade que, no histórico do mesmo site, se verifica que a ADRUSE, em tempos, teve zona de influência no nosso concelho, nomeadamente em quinze aldeias de montanha. Bom, todos nós já pertencemos e continuamos a pertencer a alguma associação. E, ou pagamos as nossas quotas por simpatia, ou pagamos as nossas quotas porque usufruímos ou colaboramos com a associação permanentemente. Parece que o que está aqui em causa que é indiscutível que, neste momento, não faz sentido nenhum estarmos inseridos na ADRUSE, uma vez que deixou de ter a zona de influência. No entanto, parece que as quotas foram pagas até que ano? Não foi até ao dia de hoje. Em 2017, havia um elemento representante do município da Guarda nos órgãos sociais da ADRUSE. Certo? Então, até esse momento, nós certamente estaríamos entrosados na ADRUSE. Pelo menos até essa altura devemos pagar quotas. É apenas isso. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora deputada... faça favor.” -----

- **Luciano Gomes, Deputado (PSD):** “Eu compreendo o que acabou de dizer, mas tenho dúvidas, porque efetivamente nós estivemos representados nos órgãos sociais. Isso é verdade. Mas eu não sei se a representação, o facto de estarmos representados, obrigava ao cumprimento, ou se estávamos a pagar quotas no momento. É isso que eu não sei. Quer dizer, eu, para votar aqui uma situação destas... porque vamos lá a ver. A questão é... desculpem lá, eu não sei se é assim. Vocês dão como adquirido que assim seja. Eu não sei. Desculpem lá que eu não sei. Eu sei como muitas associações funcionam. E, portanto, aliás, a partir do momento em que nós incumprimos, eu não sei até quando é que nós pagámos as quotas, eu não sei. Eu gostava de saber. Portanto, o que eu sei é que os estatutos são claros. Há lá um artigo que diz que a partir do primeiro ano a seguir às eleições, se continuarmos no incumprimento, tacitamente somos excluídos. E é isso que eu gostava de saber, porque se devíamos ter saído e não fomos, também, se calhar, não temos que pagar as quotas em atraso. É essa a questão. Eu só quero que me esclareçam disso, mais nada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se... senhor Deputado Miguel Borges, faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Bem, este é o velho caso do - chamem o pai. Chamem o pai e pode ser que o pai, em 2017, vos possa explicar exatamente qual o sentido de voto que cada um de vocês deve tomar. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Mais alguma senhora deputada ou senhor deputado deseja intervir sobre este tema? Não havendo, dava a palavra ao senhor Presidente da Câmara, se desejar intervir.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Então, para que não restem dúvidas sobre os pais e as mães, a Câmara da Guarda pagou o montante de quarenta e três mil, duzentos e trinta e sete euros. Foi esse o montante, com rigor, que foi pago. A Câmara da Guarda, vou ler o parecer do consultor jurídico, para que não restem dúvidas. Se alguém quiser, senhor Presidente, eu posso facultar. Desde que a proteção dos dados... acho que está perfeitamente salvaguardada. A Câmara Municipal da Guarda integrou os órgãos sociais da ADRUSE e participou em assembleias gerais desta

associação, designadamente nas assembleias em 2010, em 2014, em 2015 e outros anos, para além de ter assinado em 2015 o acordo de parcerias Estrela 2000, factos estes constantes dos documentos que foram enviados à Câmara Municipal. Com os fundamentos supra enunciados, sou de parecer que não tendo a decisão do senhor Presidente da Câmara Municipal, comunicada em 18-01-2010, sido objeto de anulação e já não o podendo ser, deverá considerar-se a mesma apta a produzir efeitos, mantendo-se o município da Guarda como associada da ADRUSE, para todos os efeitos legais e com todos os direitos e deveres estatutários, designadamente no que respeita ao pagamento das quotizações que se encontram em falta. Este, *ipsis verbis*, é o parecer do consultor jurídico. E este foi o montante que a Câmara Municipal da Guarda pagou das quotas que estavam em dívida desde o ano 2005, para que conste. E a Câmara da Guarda é uma entidade de bem e deve saber honrar os compromissos, porque acima de todos nós está a Guarda e está o nosso concelho. Muito obrigado, senhor Presidente.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Colocava o ponto 2.3 à votação.” -----

- Resultado da votação do Ponto 2.3 - Proposta de Desvinculação do Município da Guarda da ADRUSE – Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela - discussão e votação. -----  
- Aprovado, por unanimidade, com setenta e seis votos a favor. -----

**Ponto 2.4 - Procedimentos Concursais para Provimento de Cargos de Direção Intermédia de 2º Grau – Abertura dos Procedimentos – Proposta de Júri – discussão e votação.** -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Alguma senhora deputada ou senhor deputado deseja pronunciar-se sobre o ponto 2.4? Senhor Presidente, deseja intervir já? No fim. Dr. João Correia, senhor deputado, faça favor.” -----

- **João Correia, Deputado (PSD):** “Exmo. senhor Presidente, no fundo, na última assembleia também já me coube a mim vir aqui colocar algumas questões em relação à reorganização da Câmara Municipal. E, mais uma vez, é com júbilo que assistimos ao

processo de continuidade de reorganização da autarquia. Na realidade, a proposta de abertura de concursos e nomeação dos respetivos júris será mais um passo importante. Será, repito. Dez chefes de divisão, estruturas importantes e de elevada responsabilidade, assumidas como unidades orgânicas, cada uma obviamente com as suas especificidades. E repito, com as suas especificidades. Pretende-se que estes elementos respondam a requisitos como capacidade de organização, planeamento, liderança, decisão, otimização de recursos e orientação para resultados. Assim está escrito no documento que vamos aprovar. Para melhor servir a população com maior eficácia e prontidão, mas também com elevada qualidade, irá o Executivo procurar, de certeza, pessoas confiáveis e de confiança. O júri aqui proposto, deverá obedecer aos critérios legais. Deverá. Para isso basta procurar personalidades de reconhecido mérito profissional, credibilidade, integridade pessoal para presidente, e para os vogais acresce que a atividade tenha sido exercida preferencialmente na área dos recursos humanos, ou da administração local autárquica. Não será complicado, obviamente, responder a estes requisitos. Presumo que o documento aqui proposto preenche os critérios sem margem para qualquer dúvida, os critérios legais. Contudo, analisando a constituição dos júris, ficamos com a ideia que foi difícil encontrar as ditas personalidades. Julgava eu que não era difícil. A presidente omnipresente em todos os concursos, a presidente do júri claro..." -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** "Senhor deputado, peço imensa desculpa. Para evitarmos qualquer problema, se estiverem membros do júri ou alguns funcionários da autarquia aqui presentes na sala, eu pedia-lhes o favor de se ausentarem enquanto discutimos e votamos este ponto. Muito obrigado. Peço desculpa, faça favor." -----

- **João Correia, Deputado (PSD):** "Dizia eu que a presidente do júri é omnipresente. Estará presente nos dez concursos. E por ser superdotada, por certo, vai conseguir avaliar candidatos de áreas distintas. Nunca me passou pela cabeça, no local em que eu trabalho, colocar enfermeiros a avaliar concursos para chefes de serviço de médicos, ou médicos a avaliar concursos de enfermeiros chefes. Nunca me passou isso pela cabeça. Ou na área administrativa colocar um outro licenciado, com capacidade de chefia, também a presidir a concursos. Portanto, parto do princípio que esta presidente do júri

é, na verdade, alguém extremamente bem escolhida. Deve ter sido extremamente difícil porque, na verdade, será superdotada. Alguns dos vogais são, desde há pouco tempo, nomeados chefes em regime de substituição e repetem-se inclusivamente nos júris. Vão estar nos diversos júris, repetindo-se. Num ou noutra caso levado ao extremo, poderá acontecer que o candidato e o vogal suplente possa ser o mesmo. É evidente que nunca acontecerá. Se isso acontecer o vogal suplente será substituído por outro suplente. Mas, haveria necessidade? E direi, poderá. Obviamente que bastará uma grelha de avaliação bem executada e blindada para que tudo corra bem e para além de qualquer suspeita. Eu, como já estive em muitos júris, percebo que uma grelha pode dar para muita coisa. Senhor Presidente, com toda a certeza serão escolhidos os melhores. Teremos, de certeza, essa garantia com base no mérito, com base na experiência da função e com base em todos os requisitos que são apresentados na proposta. Contudo, em nome da transparência e da eficácia na utilização do bem público, deverá ser prioritário, repito, deverá, que a máxima jobs for the boys dê lugar a boys for the jobs. Será, poderá, deverá. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor deputado, muito obrigado. Não sei se mais algum senhor deputado ou senhora deputada deseja intervir sobre este tema? É agora o momento. Faça o favor.” -----

- **Rui Ribeiro, Deputado (PS):** “Renovo os meus cumprimentos a todos. Relativamente à documentação que nos foi disponibilizada e que tivemos oportunidade de analisar, gostaria só que o senhor Presidente de Câmara nos esclarecesse se está em condições de garantir que nenhuma das pessoas que integra os diversos júris dos diversos concursos será candidato a algumas das posições que vão ser lançadas a concurso. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguém... faça favor.” -----

- **José Quelhas Gaspar, Deputado (PG):** Boa tarde a todos. Sendo a primeira vez que aqui venho, senhor Presidente, na sua pessoa e em seu nome, cumprimentar a todos. Ora bem, senhor Presidente da Câmara, nas palavras da bancada do PSD, ficaríamos

impossibilitados de congratular a ação do Executivo pelo óbvio e obrigatório cumprimento da lei. Muito bem. Temos todos convicção da integridade ética deste procedimento concursal, com certeza, como aqui bem disse o senhor deputado João Correia. Agora pergunto. Congratula ou não, esta sala, a inexistência nesta Câmara até ao dia de hoje de chefias efetivas? Qual seria a estratégia? Com que intenção? Que dirá, ainda, e solicito a atenção de todos aqui a um pormenor específico, aos parâmetros de alfaiate, aqui sim, de alfaiate, em concurso lançado a 15-12-2021, para integração de um gabinete em funções e aparentemente para ficar, ou não, até ao 30 de janeiro. O PG, naturalmente, votará a favor desta proposta. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor deputado. Senhor deputado Miguel Borges, faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Senhor Deputado, relativamente a esta questão é assim. Eu acho que toda esta Assembleia, na última reunião que tivemos aqui, se mostrou favorável a que houvesse uma nova organização dentro da Câmara porque o senhor Presidente de Câmara assim nos solicitou. E acho que todos nós votámos favoravelmente para todos darmos as armas necessárias a que o senhor Presidente de Câmara desenvolvesse o seu trabalho. E, portanto, acho que todos os que aqui estamos votámos. Portanto, nós, neste momento, sabemos que há uma necessidade e concordo consigo. Mas essa foi a votação anterior. Nós hoje estamos aqui a votar uma coisa completamente diferente. Nós hoje estamos aqui a votar claramente a constituição de júris para concursos procedimentais. São coisas diferentes, senhor deputado. E, senhor deputado, deixe-me, desta feita, concordar com tudo aquilo que foi dito pelo PSD. Se legalmente este procedimento até pode ser correto... e sobre isto eu não me quero pronunciar porque espero que, a esta câmara, o Executivo traga coisas que são legais. É assim que eu voto. Espero nunca ter que estar aqui a votar uma coisa que, depois, a seguir, seja ilegal. Espero e tenho essa confiança no Executivo. Outra coisa é ser imoral e eticamente reprovável. E aquilo que nos trazem aqui é imoral e eticamente reprovável. Porque eu não posso ter uma senhora presidente de júri para todas as situações, e depois, a seguir, os colegas vão sendo alterados. Numa altura eu estou a tomar café com um membro de júri que é meu colega e no momento a seguir estou a avaliar esse colega

com quem há pouco tempo estive a tomar café. Isto é eticamente reprovável. É também eticamente reprovável o senhor Presidente escolher para chefe de divisão, em regime de substituição, alguém para uma determinada área e, depois, essa pessoa ser júri para a ocupação do cargo nessa mesma área. É eticamente reprovável. É assim. Para já, não poderá concorrer. Acho que isto é ilegal. Se não puder concorrer, senhor Presidente, escolheu alguém, em regime de substituição, durante dois meses, que não se mostrava competente para as funções? Esta é a questão, senhor Presidente. Nós gostaríamos muito, muito, porque não queremos obstaculizar em nada aquilo que é o trabalho do senhor Presidente, e não queremos obstaculizar em nada aquilo que é a função do município. Mas, neste momento, achamos que até para não termos qualquer tipo de responsabilidade em coisas que achamos que são imorais e, de alguma forma, não éticas, o grupo parlamentar do Partido Socialista irá votar contra esta proposta.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor deputado, muito obrigado. Permita-me, senhor deputado, que, como jurista, o que está aqui em causa hoje é a constituição de um júri. Parece-me que estamos a extravasar isso, a entrar num ponto de outras intenções. O que estamos aqui a votar é a constituição de um júri. É só isso. É aquilo que eu tinha que dizer. De qualquer maneira, não sei se mais algum senhor deputado deseja usar da palavra? Está em tempo. Se não, daria a palavra ao senhor Presidente da Câmara.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Estamos aqui a assistir à tentativa de levantar, senhoras deputadas e senhores deputados, senhoras presidentes e senhores presidentes de junta de freguesia, de levantar suspeitas sobre um processo absolutamente limpo e legal, para que não restem dúvidas. Se houver dúvidas, façam o favor, recorram aos locais certos e adequados. Mas não necessitam de o fazer porque o processo é limpo, é transparente e é legal. Vamos à matéria de facto. Bom, senhor Deputado, isto é mais ou menos aquela coisa, e mais uma vez vou ter que dizer esta expressão, olha para o que eu digo não para o que eu faço. O facto de aquela que se propõe ser presidente de todos ou de quase todos os concursos, uma pessoa reconhecida em toda a região ligada aos recursos humanos e não só, dá-nos a confiança necessária. Mas olhe, em 2018 e 2019, houve concursos de chefes de

divisão nesta casa e foram presididos pela mesma pessoa. Na altura já não havia problema. Agora já há problema. Nunca ninguém levantou suspeitas sobre o que quer que seja. A não ser quando, em 2019, a certa altura, fevereiro ou março de 2019, por aí, os concursos estavam prestes a serem adjudicados, à época, para seis chefes de divisão e para uma diretora de departamento, o cargo de direção de departamento foi homologado, os chefes de divisão foram todos anulados. Os chefes de divisão que estavam até há dois meses atrás, sensivelmente, mês e meio, estavam todos, há três anos, de forma interina em regime de substituição. Uma completa e fundada ilegalidade porque a lei é muito clara naquilo que diz. E por isso é que nós, com esta coragem e com esta determinação da reorganização da nossa casa, em dois meses, depois da última Assembleia Municipal, já estamos aqui a querer abrir os concursos para chefes de divisão. Hoje chefes de divisão, amanhã chefes de serviço e outros cargos que tenham que vir aqui à Assembleia Municipal. É essa a nossa coragem, a nossa vontade e a nossa determinação. Senhor deputado, isto é simplesmente porque é concurso público, nós não podemos condicionar quem quer que seja. Aliás, eu, há pouco, estava aqui a dizer que saíram os técnicos, os funcionários o município, mas há aqui mais funcionários públicos que também podem concorrer a estes concursos. Se bem me recordo, são quatro anos de técnico superior. É aquilo que está aqui plasmado. E, portanto, há várias pessoas que aqui podem concorrer. Tudo dentro da lei. Agora, então, nós tivemos o cuidado de haver cruzamentos para não haver dúvidas. Então, se por um lado nós pomos chefes de divisão no concurso que são chefes de divisão atualmente. A lei é muito clara. Ou quer uma coisa ou quer outra. Ou concorre ou é membro do júri. É tão simples como isto. Não há dúvidas sobre essa matéria. Ou é júri, ou concorre. Então, mas depois, a seguir, nós fizemos questão de andarmos por ali a deambular, a colocar uns para um lado e outros para o outro. E sempre com o princípio, a maioria do júri, é gente de fora. A maioria do júri de cada divisão, das dez divisões, são gente de fora. Mas fizemos mais ainda. Metade da totalidade do júri é de fora também. Algo que não acontecia antes. Era tudo da casa. Aliás, em 2018 e 2019 até foi contratada uma empresa. Foi contratada uma empresa para fazer o trabalho de sapa. Não. Desta vez é feito tudo cá em casa. Porquê? Porque nós confiamos no trabalho dos funcionários do município. Ou será que agora se está a chamar... os senhores e as senhoras já saíram, estamos a chamar nomes, a querer apelidar, a adjetivar alguma coisa contra aquelas pessoas que ali estão? Alguns

são funcionários da casa e outros são de outros serviços públicos. Estamos a querer adjetivar, antes do tempo, alguma coisa contra aquela gente? A condicionar o seu trabalho? Acho que não é o caminho que deve ser feito para honrar a imagem desta Câmara da Guarda. E aquilo que se pretende que é uma reorganização limpa, transparente e, acima de tudo, legal para tudo isto. Falaram aqui dos jobs for the boys. Então, vamos lá aos jobs for the boys. 2021, senhoras deputadas e senhores deputados. Sabem quantas mobilidades foram feitas, em período eleitoral, nesta casa, em 2021? Setenta funcionários desta casa. Isso é que é jobs for the boys. Mais os trinta lugares que foram abertos em concursos para provisão aqui de lugares, em plenas eleições autárquicas 2021. Para que conste, isto sim é que é jobs for the boys. Muito obrigado.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “A Mesa vai colocar este ponto à votação. Mas permitir-me-ão, e creio que não vou violar rigorosamente nada, mas apenas ler o que está na última página desta proposta. Foi aprovada por seis votos no Executivo. Seis votos a favor e uma abstenção.” -----

- Resultado da votação do Ponto 2.4 - Procedimentos Concursais para Provimento de Cargos de Direção Intermédia de 2º Grau – Abertura dos Procedimentos – Proposta de Júri – discussão e votação. -----

- Aprovado, por maioria, com trinta e sete votos a favor, doze abstenções e dezanove votos contra. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Declaração de voto? Faça favor.” -----

- **Bruno Andrade, Deputado (BE):** “Muito obrigado, senhor Presidente. O Bloco de Esquerda votou a favor porque é a favor de todo o tipo de criação de emprego público e estes dez cargos, que depois serão seguidos por mais outras trinta ou vinte e poucas pessoas, será para criar mais emprego no concelho da Guarda. Queria realçar esta questão do ambiente e que seja contratada a pessoa certa na questão da geologia, que é isso que é pretendido. Depois veremos quem vai para estes cargos. Todos nós estaremos atentos. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor deputado, muito obrigado. Só um bocadinho. Senhor deputado Miguel Borges, faz favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Deixar claro, senhor Presidente, que nós não pomos em causa a competência e integridade de nenhum técnico desta Câmara, nem de nenhum dos senhores técnicos desta Câmara. No entanto, votámos contra exatamente por não nos parecer ético, nem moral, o procedimento. Apenas por aí.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor deputado, muito obrigado. Tem a palavra o senhor Deputado João Correia.” -----

- **João Correia, Deputado (PSD):** “Senhor Presidente, muito obrigado. Na verdade, penso que, do texto que eu aqui apresentei, demonstrei que o grupo do PSD está de acordo com a reorganização administrativa da Câmara. Nada disso está em causa. Como foi aqui dito, e o senhor Presidente também fez questão de dizer, o que está em causa são os júris de concurso. E foi isso que foi votado. Isto é apenas isto. Não nos parece, tal e qual como disse o deputado Miguel Borges, não nos parece ético, na verdade, a composição destes júris. E, também, não do ponto de vista técnico, e apesar de referências que o senhor Presidente aqui apresentou em relação à presidente do júri, acredito sim. Mas não acredito muito em pessoas omnipresentes e com superpoderes. E é isso. Nada me move, nada nos move, melhor dito, contra os funcionários da Câmara. Pelo contrário. São eles que fazem funcionar esta instituição. E, portanto, não vale a pena vir aqui com trocadilhos, ou criar falsas questões, porque não estamos contra os funcionários da Câmara. Achamos só que deve ser límpido. E um concurso destes, e dadas as palavras do senhor Presidente da Câmara, um concurso destes, exigia-se, exatamente, que fosse limpo, para evitar as confusões e os problemas anteriores. Já agora, não sei se o senhor Presidente neste *jobs for the boys* ou *boys for the jobs* que falou, e desculpe, senhor Presidente, só acrescentar mais isto, se falou dos precários que estavam há quatro anos a aguardar que as coisas se resolvessem. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Faça o favor, senhor deputado.” -----

- **Luciano Gomes, Deputado (PSD):** “A minha abstenção deve-se ao facto, reconhecendo o mérito da proposta e a legalidade da mesma, mas tenho aqui algumas dúvidas que já foram aqui também, e corroboro a posição do Dr. João Correia, relativamente a

questões de ética. E também reconhecendo que eu não tenho um conhecimento profundo, digamos assim, até porque estou aqui há pouco tempo, mas, estudando o assunto, pois, volto a dizer, em relação ao mérito e à legalidade parece-me que não há problema absolutamente nenhum. Mas, de facto, há ali outras questões que, para mim, enfim, são pertinentes e daí a minha abstenção.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor deputado José Valbom, faça favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Boa tarde, senhor Presidente e boa tarde a todos os deputados. Esta é uma daquelas votações em que, para mim, é relativamente simples. Porque, se não há nenhuma violação da lei, como eu não sei antecipar o resultado, nem consigo fazer jogos de intenções, só posso deixar andar o processo até ao fim. Isto é uma cidade, isto é um executivo, isto é um país onde existem leis, onde existem códigos do procedimento administrativo. Se alguém se sentir prejudicado, protesta. Agora, estamos aqui e a discussão, no essencial, foi sobre um processo de intenção que eu verdadeiramente não sei. Eu nem sequer sei quem é o presidente do júri, nem sei quem são os do júri. Por isso, eu não posso formalizar um juízo sobre isso. Mas... sim, sei quem são, mas não sei... não sei com que intenção estão. E provavelmente, olhe, os senhores Vereadores no Executivo provavelmente tiveram o mesmo raciocínio que eu. Eu não sei, efetivamente, qual é a intenção dos elementos do júri. Não sei fazer juízos de intenção. Eu não tenho a mínima ideia sobre as intenções. Sei da legalidade, está garantida. O João, o meu amigo, disse-me que sim. Sei que existe recurso. E eu não sei, efetivamente, e vou repetir outra vez, fazer juízos de intenção. Não consigo.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Declaração de Voto?” -----

- **José Quelhas Gaspar, Deputado (PG):** “É muito rápido. Senhor deputado João Correia, deixe-me só dizer-lhe que a insuspeição de que fala não é reconhecida na forma como vocês votaram.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores deputados, eu peço imensa desculpa. Este ponto é apenas para declaração de voto. E creio que na declaração de voto só fala o declarante.” -----

**Ponto 2.5 - Atribuição de Benefícios Fiscais previstos no artigo 71.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais - Isenção IMI/ARU - discussão e votação.** -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Permito-me apenas, aqui, por uma questão de honestidade, dizer que o nome desta senhora aparece em triplicado, como era normal quando eu fazia escrituras de habilitação de herdeiros, porque a própria senhora faz dois requerimentos e ela própria não sabe como é que se chama. E, portanto, acabou por induzir em erro. Penso eu que o nome correto desta senhora é Marta Mendonça Moutinho Relvas. Mas há um requerimento em que ela põe Martins Relvas, ou Martinho, e daí a confusão. Portanto, é neste ponto que eu gostaria apenas de esclarecer este pormenor. Algum senhor deputado ou senhora deputada deseja intervir sobre este ponto? Senhor deputado, faz favor.” -----

- **António Oliveira, Deputado (PG):** “Boa tarde a todos e a todas. Exmo. senhor Presidente da Assembleia Municipal da Guarda, Dr. José Relva, senhoras e senhores Deputados, Exmo. Presidente da Câmara Municipal, Eng.º Sérgio Costa, senhoras e senhores Vereadores, todos os presentes e a quem nos segue por meio de audiovisuais, os meus cumprimentos. No contexto do ponto 2.5 da ordem de trabalhos, pretendo esta breve e sintética intervenção, em representação do Movimento Pela Guarda, elogiar, alertar e criticar construtivamente o executivo municipal, o município e até mesmo as diferentes entidades com responsabilidades, para a enorme importância e decisiva necessidade de existência de um bom e acolhedor ambiente fiscal e económico no nosso concelho, para os empresários, comerciantes e investidores. Bem sabemos que muito não depende do poder autárquico e que não são os políticos, os executivos municipais que criam postos de trabalho, mas todos somos poucos para ajudarmos a criar um bom e acolhedor ambiente e uma forte dinâmica económica de captação de investimento. Não nos podemos nunca esquecer que quem cria postos de trabalho são as empresas e,

em minha opinião, quase tudo o resto vem por acréscimo. Saibamos receber e acolher todos os potenciais investidores de forma clara, legal e transparente, pois o capital não tem cor. Obviamente que desejamos investimentos o mais verde e sustentáveis possível e que os postos de trabalho sejam o mais qualificados e que usufruam de boas remunerações. Os projetos não podem adormecer e, a este propósito, o executivo tem aqui um papel decisivo. O Porto Seco, projeto estruturante que será o mais impactante nas próximas décadas para a cidade e região, tem de sair do papel, pelo que nunca é demais ter presente e lembrar o senhor Presidente e todo o Executivo para que, muito rapidamente, se vejam movimentos. Senhor Presidente, sabemos que o tema Hotel Turismo não está parado. Não pode estar e já aqui demos boa nota disso na Assembleia Municipal, e contamos consigo e com a sua perseverança, capacidade de negociação e de diálogo com o nosso governo para que, rapidamente, seja dado o devido destino a tão importante emblemático património para a nossa cidade. Que o futuro potencial investidor, privado ou não, seja experiente, competente, e com capacidade e de preferência do setor... - Sim, mas isto é o enquadramento. Sim, mas o enquadramento não se limita só única e simplesmente a falar do ambiente fiscal, mas macroeconómico e microeconómico empresarial na cidade. E já lá chegamos. - A ampliação da nossa plataforma logística de iniciativa empresarial da Guarda, atualmente com cerca de cinquenta empresas, e cerca de oitocentos postos de trabalho, vai passar para mais quarenta e um novos lotes que podem significar mais quarenta e uma novas empresas e muitos novos postos de trabalho. É já uma realidade em execução. Senhor Presidente, muitos parabéns ao impulso dado. Continue focado, se faz favor. Sabemos e é público que há bons indícios e intenções de muitos empresários e investidores que estão de olhos postos na nossa cidade, e em particular na PLIE, para investirem. Foi pública a notícia de que duas fábricas espanholas de cervejas vão instalar-se na plataforma logística da Guarda prevendo criar, no arranque, setenta e cinco postos de trabalho. Que outras empresas lhes sigam o exemplo. Foi também pública a boa decisão de criação, em estreita colaboração com o Instituto Politécnico da Guarda e do Nerga, Associação Empresarial da Região da Guarda, de um espaço tecnológico que vai funcionar no centro histórico. Esperamos e desejamos que este espaço conte com a melhor gestão e forte liderança, pois só assim será decisiva para a criação e captação de novas empresas do setor tecnológico e digital e que estas contribuam para a fixação de tão importante

massa crítica humana. Ou seja, as frentes de trabalho são muitas e exigentes, mas sabemos que o senhor Presidente e a sua equipa são capazes. Neste particular, o nosso elogio à decisão do executivo em isentar IMI, por três anos, a quem recupere património imobiliário dentro da área de regeneração urbana, ARU, para fins comerciais ou habitacionais, que seja arquitetonicamente interessante para a cidade. Senhor Presidente, também foi boa a decisão em isentar, até ao final do ano, as taxas de ocupação de espaços públicos e/ou com redução em 50% se ocupados lugares de estacionamento, para que os nossos empresários e comerciantes do setor da restauração e bebidas, possam proporcionar aos munícipes boas e acolhedoras esplanadas. Para quem não tem presente, um cluster é, na prática, uma concentração de empresas que se comunicam por possuírem características semelhantes e coabitarem no mesmo local, colaboram entre si e assim tornam-se mais eficientes. Queremos e desejamos que a Guarda crie e continue a acolher os melhores recursos humanos, as melhores condições logísticas e fiscais, fiscalidade competitiva, para que não um, mas diferentes clusters escolham a nossa cidade e região para aqui se instalarem. Para mim, em vez de cidade a Guarda capital do enchido x ou y, opte para que a Guarda seja é a capital dos clusters empresariais e possa sedear o cluster das empresas ligadas à logística, outro da indústria de componentes automóveis e um terceiro das empresas tecnológicas e etc. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Sendo o ponto 2.5, dizer, claramente, que nós iremos votar favoravelmente ao ponto 2.5. E, depois, já agora, aproveitar este ponto 2.5 para falar acerca de outras coisas. Quer dizer... Ainda acerca da minha última intervenção, gostaria, como é óbvio o senhor Presidente responderá ou não, de lhe deixar algumas questões. Abriu ou não inquérito relativamente à situação que se passou com refugiados Ucrrianos? Foi isso que eu questionei. Para quando o cartão social dos Bombeiros? Existirá ou não existirá SIAC, este ano, na Guarda? Existirá ou não carnaval, para o ano, na Guarda? E pronto, basicamente era isto. É a minha intervenção no 2.5. Iremos voltar favoravelmente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Mas espero que não me levem a mal, mas há uma situação conhecida de todos. E continuarmos aqui hoje, como o fizemos até agora, senhor deputado, a falar na questão dos Ucrrianos, eu acho que seria bom-senso estarmos todos calados. Pode. Sabem todos porque é que eu digo isto. Acho que seria de bom-senso, estando o que está a decorrer...” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Dr., o que é da justiça é da justiça. O que é da justiça é da justiça. Nunca, na minha intervenção, pus em causa ou sequer falei acerca do último caso acontecido. O que é da política, o que é da Guarda, é da Guarda. Eu falei apenas se houve ou não abertura de inquérito aquando das primeiras notícias, não acerca daquilo que é da justiça. Nem sequer falei do crime que foi cometido ou não cometido, porque não estamos cá para julgar. Eu falei acerca das primeiras notícias, acerca da deslocalização de refugiados e, sobre isso, eu perguntei se a Câmara abriu ou não inquérito. Eu não confundi nada, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não sei se mais algum senhor deputado deseja intervir sobre este tema, ponto 2.5; não desejando, colocava o ponto à votação. Pode, pode. Faz favor, peço desculpa.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Senhor Deputado, muito obrigado pela sua intervenção. É este o caminho da formiga que nós estamos a fazer. Foi aquilo que nós nos propusemos fazer e é aquilo que nós vamos continuar a fazer, o trabalho da formiga em procura de novos investimentos para a nossa região, para o nosso concelho, para as nossas freguesias. E daí nós estamos em diálogo permanente e frequente com as tutelas governamentais respetivas, porque são as tutelas governamentais respetivas que têm que dar impulso a alguns dos processos que o senhor deputado bem elencou. E nós já nos predispusemos, colocámos as cartas em cima da mesa e ansiamos, naturalmente, que daí possam dar resposta célere que a Guarda precisa e que a Guarda merece em algumas das matérias que bem referiu. Mas, naturalmente, o caminho do futuro é também com os clusters tecnológicos, como já aqui foram falados. Isso é muito importante e essa questão das taxas das esplanadas, foi uma situação amplamente discutida no seio do executivo e achámos por bem ser uma boa alavanca, digamos, para o comércio e para os serviços, que tinham acabado de

sair de uma pandemia. Não podemos esquecer que em março foi quando saímos da pandemia. Em março. E, naturalmente, depois de sairmos da pandemia houve outra espécie de pandemia que é guerra que, infelizmente, fez com que os preços e os custos dos combustíveis e dos materiais e de todas as matérias-primas tivessem galopado. Naturalmente que este é um pequeno contributo para que a nossa restauração, os nossos cafés, possam ter melhores condições para poder fazer melhores preços, digamos, aos seus clientes e, dessa forma, terem a rentabilidade necessária para sustentar as suas famílias. E é nessa matéria, também, que nós estamos a trabalhar. Nós temos falado com algumas pessoas, algumas delas do governo, para a necessidade de se criar um pacote de atração para pessoas e empresas. O município fará o seu trabalho. Mas não é com meia dúzia de medidas, de meia dúzia de milhares de euros, que ninguém vem de Lisboa para a Guarda. Não é por aí que vêm. Essas medidas, como sabemos, que foram implementadas no ano anterior e, a jogar pela comunicação social, essas medidas pouco ou nada resultaram na mobilização ou na deslocalização das pessoas para o interior, para o chamado interior do país. Temos que fazer muito mais do que isso e estamos todos convocados para podermos atrair as pessoas necessárias e as empresas necessárias para continuar o desenvolvimento da nossa terra. Senhor Presidente, eu vou abrir apenas aqui uma exceção à regra e nunca mais o irei fazer, dentro deste ponto responder a outras matérias. É só para que não restem dúvidas. Vou voltar a referir o que disse há pouco. Não foi aberto nenhum inquérito, porque toda a situação foi comandada pelo Alto Comissariado para as Migrações. Ponto. Façam o favor de falar com eles, se assim o entenderem. No que diz respeito ao carnaval, olhe, o carnaval era em fevereiro, ou foi em fevereiro, perdão. Final de fevereiro. Costuma ser fevereiro, março. O carnaval não se carrega no botão e já está. É com a envolvência de todas as freguesias e de todas as associações. E houve reuniões. Vejam só, começámos, porque nós queríamos fazer aquelas janeiras fantásticas, que é um belo evento com as freguesias e com as associações. Tivemos que cancelar, porquê? Por causa da covid. E a preparação do carnaval, dos desfiles de carnaval pelas freguesias, olhe, para não contratarmos muitas coisas fora, para fazermos com as pessoas de cá. São as freguesias e as associações que fazem e são meses e meses de preparação. E não era possível. Nunca esqueçamos que só em março é que a pandemia foi levantada, digamos assim. No próximo ano, cá estaremos, se Deus quiser, para podermos comemorar o carnaval,

nos divertirmos à brava, com folia. E, dentro do carnaval, nunca ninguém levará a mal. É sempre assim, que nós fomos crescendo a ouvir estas coisas. E aí podemos falar mal uns dos outros à vontade. É a folia, é o carnaval, é assim mesmo. Sempre foi assim e sempre será assim. E, portanto, é essa a nossa predisposição, porque é aquilo que nós temos decidido internamente. O mesmo relativamente ao SIAC. Já falámos sobre isso na última reunião de Câmara e, portanto, não vale a pena estar aqui a repetir tudo aquilo que nós já referimos na reunião de Câmara. E, portanto, é isso que nós vamos continuar a caminhar para o futuro. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente da Câmara, muito obrigado. Colocava então este ponto 2.5 à votação.” -----

- Resultado da votação do Ponto 2.5 - Atribuição de Benefícios Fiscais previstos no artigo 71.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais – Isenção IMI/ARU - discussão e votação. -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta e sete votos a favor. -----

**Ponto 2.6 - Adenda ao Protocolo de Reabilitação do Campo de Futebol de Vila Cortês do Mondego – discussão e votação.** -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não sei se algum senhor deputado... senhor Presidente, quer intervir agora ou depois no fim? No fim. Senhor deputado, faz favor.”

- **José Breia Lopes, Deputado (PG):** “Boa tarde, novamente. Não sei se é do conhecimento de todos, mas felizmente os nossos espaços desportivos têm uma boa ocupação. Aliás, alguns deles estão a rebentar pelas costuras. E daí a necessidade deste protocolo que foi assumido com a autarquia de Vila Cortês do Mondego. Portanto, a Câmara vai assumir os encargos com a manutenção do campo de futebol de Vila Cortês do Mondego. De referir que a propriedade do mesmo não vai mudar, apenas os custos da manutenção que se estimam em cerca de três mil euros anuais. A contrapartida é a disponibilização de mais um campo de treino/jogos com relva sintética, numa altura em que o campo do Zambito rebenta pelas costuras. A prioridade da utilização desse espaço será sempre da equipa da casa, tendo, para tal, que apresentar atempadamente o calendário de jogos/treinos para a época que de avizinha. O desporto no concelho vai

beneficiar com esta simbiose que se vai estabelecer entre as duas autarquias. De realçar que o valor atrás referido será unicamente para a manutenção, ficando os custos de transportes e outros a cargo dos clubes. Assim, o grupo municipal Pela Guarda vai votar favoravelmente esta proposta, em nome do bem-estar e da prática do desporto dos guardenses, esperando que também esta Assembleia acompanhe este sentido de voto. Tenho dito.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora deputada... senhor deputado, faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Nós iremos votar favoravelmente esta proposta. E gostaríamos de salientar que esta proposta tem muito a ver com a proposta que o Partido Socialista trouxe aqui na última Assembleia, relativamente à questão da cultura e relativamente à questão da dinamização cultural em Gonçalo e em Famalicão da Serra. E, portanto, foi nessa altura, quando trouxemos aqui, foi exatamente com este princípio, na altura uma questão que foi votada contra pela maioria. Depois, senhor Presidente, queria questionar, porque esta é uma situação que eu tentei procurar, esta situação já foi trazida várias vezes a reuniões de Câmara, não, senhor Presidente? Esta adenda, isto é mesmo uma dúvida que eu tenho. Este protocolo já foi trazido este ano, o protocolo com a Junta de Freguesia de Vila Cortês, várias vezes à Câmara e gostava de saber exatamente quais foram as alterações, se as houve ou se não. Quer dizer, pode não ter vindo. Estou a questionar mesmo porque não sei. Nós iremos votar favoravelmente.” –

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor deputado, muito obrigado. Senhor deputado, faça favor.” -----

- **Lúcio Valente, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cortês do Mondego (Independente):** “Boa tarde a todos. Em nome do senhor Presidente da Mesa quero dar boa tarde a todos e a vossa presença aqui. A única coisa que eu venho aqui dizer, já agora quero dizer além ao senhor deputado do Partido Socialista, que não foi muitas vezes à Câmara Municipal o documento. Foi a primeira vez, houve ali alguma coisa que não tinha havido a deliberação da Assembleia de Freguesia sobre o campo. Porque o campo, o terreno, o espaço é da Freguesia de Vila Cortês. Pronto, foi só essa a questão.

Portanto, não podia ser o clube a tomar uma decisão, sem passar primeiro pela Junta de Freguesia. Foi essa a questão, mais nada. E aquilo que eu vi foi deliberado em Assembleia de Freguesia, passou para o protocolo e estamos na disposição de o assinar, se a Assembleia assim o entender. Mas agora quero aqui deixar uma palavra de agradecimento ao executivo, a todo o executivo desde que começou. Desde o Dr. Álvaro Amaro, passando pelo Dr. Carlos Monteiro, os senhores Vereadores, o atual Presidente de Câmara, passando por toda a gente, passando por todo o executivo, quero agradecer a construção do espaço. Mas também vos quero dizer uma coisa. Eu disse-o aqui muitas vezes que o campo não era para Vila Cortês, o campo era para a Guarda. E fui aqui criticado e atacado muitas vezes, que em Vila Cortês se estavam a gastar milhares de euros. Era mentira. E hoje, esse campo, é preciso para Guarda. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora deputada ou senhor deputado deseja intervir? Senhor Presidente, faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito telegraficamente, senhor Presidente, muito obrigado. Assim continuamos a avançar na melhoria das condições desportivas do nosso concelho. E por isso é da mais justa e elementar justiça, permitam-me a figura de estilo, que o campo de futebol de Vila Cortês do Mondego passe a ser assumido pelo Município da Guarda na sua gestão e na sua manutenção, porque, desta forma, passa a ficar disponível para os todos clubes do nosso concelho. Esta é uma grande evolução, indo de encontro precisamente àquilo que disse o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cortês do Mondego, que bem me recordo naquela tarde que muito contribuímos para o início deste processo. Já lá vão alguns anos, eu tinha menos cabelos brancos, o senhor também tinha menos cabelos brancos. Mas o senhor sempre disse, honra seja feita, eu fui testemunha várias vezes, que aquele campo de futebol era para todo o Vale do Mondego e para toda a Guarda. E hoje, aqui, passados esses anos, estamos aqui a honrar esse compromisso, a honrar essa palavra. Porque os políticos passam e a obra fica e nunca podemos deixar de honrar as nossas palavras. Muito obrigado, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Colocava à votação.” -----

- Resultado da votação do Ponto 2.6 - Adenda ao Protocolo de Reabilitação do Campo de Futebol de Vila Cortês do Mondego – discussão e votação. -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta e oito votos a favor. -----

**Ponto 2.7 - Alteração ao Regulamento do Conselho Municipal de Juventude da Guarda – discussão e votação.** -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Foi o ponto que foi introduzido e alterámos a ordem de trabalhos. Algum senhor deputado ou senhora deputada deseja pronunciar-se sobre este tema? Regulamento do Conselho Municipal da Juventude. Senhor Presidente, deseja, já que não há nenhum senhor deputado...” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Vai ser uma intervenção muito rápida. Acho que toda a gente está farta de ser cumprimentada, mas cumprimento-vos a todos mais uma vez. Só para dizer aqui rapidamente, agradecer, primeiro, a introdução deste ponto na ordem de trabalhos. Apesar do esquecimento, este regulamento no plenário do Conselho Municipal da Juventude, que é presidido pela Vice-Presidente, a professora Amélia, está aprovado desde abril. Portanto, não ser aprovado agora, ia atrasar ainda mais a agilização dos trabalhos deste conselho. Por fim, só dizer que este regulamento, que espero que seja aprovado agora, vem com dez anos de atraso, porque os Conselhos Municipais da Juventude foram instituídos em 2009 por um regime jurídico. Em 2010 foi aprovado um regulamento, em 2012 houve alteração à lei do regime jurídico e o nosso regulamento não mudou desde 2010. Vamos mudá-lo agora, pelo menos em publicação em Diário da República. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora deputada ou senhor deputado deseja intervir? Senhor Presidente da Câmara, tem a palavra se o desejar.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhor Presidente, apenas realçar aquilo que o senhor deputado acabou de dizer, e muito bem, que tarda dez anos esta adaptação do regulamento Municipal da Juventude. E agradeço muito ao trabalho, apesar de estarem designados, eleitos consoante os casos, há poucos meses, já começam a querer fazer esse trabalho e estamos gratos e confiantes de que o Conselho Municipal da Juventude fará, com certeza, um excelente trabalho ao longo deste mandato. Senhor Presidente, há uma coisa que eu não posso deixar de dizer também. No tempo que eu era mais jovem, o primeiro Conselho Municipal da Juventude, eu estava aí desse lado como deputado municipal, e eu, já não está aqui acho que mais ninguém desse tempo, já não está cá ninguém, estive no primeiro grupo de trabalho para fazer o Conselho Municipal de Juventude e o primeiro regulamento. E há uma coisa que ficou desde sempre subjacente. Nos Conselhos Municipais de Juventude, muito para além dos partidos ou das cores partidárias ou dos movimentos políticos, é a juventude que mais ordena e é pela juventude que se deve trabalhar. E certamente é isso que se vai fazer no Conselho Municipal da Juventude, é esse, digamos, nosso objetivo de todos nós e estamos certos que é esse trabalho que vai ser feito. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Colocava, então, o ponto 2.7 à votação.” -----

- Resultado da votação do Ponto 2.7 - Alteração ao Regulamento do Conselho Municipal de Juventude da Guarda – discussão e votação. -----  
- Aprovado, por unanimidade, com setenta e nove votos a favor. -----

**Ponto 2.8 - Informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda acerca da Atividade Municipal.** -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não sei se deseja intervir, se é o texto que está. Algum senhor deputado ou senhora deputada deseja intervir sobre este tema? Penso que não. O senhor Presidente da Câmara também não deseja. Colocava, finalmente à votação a aprovação de todas as propostas, de todas as deliberações em minuta. Quem vota contra? Quem se abstém? Votadas por unanimidade com setenta e



-----  
-----